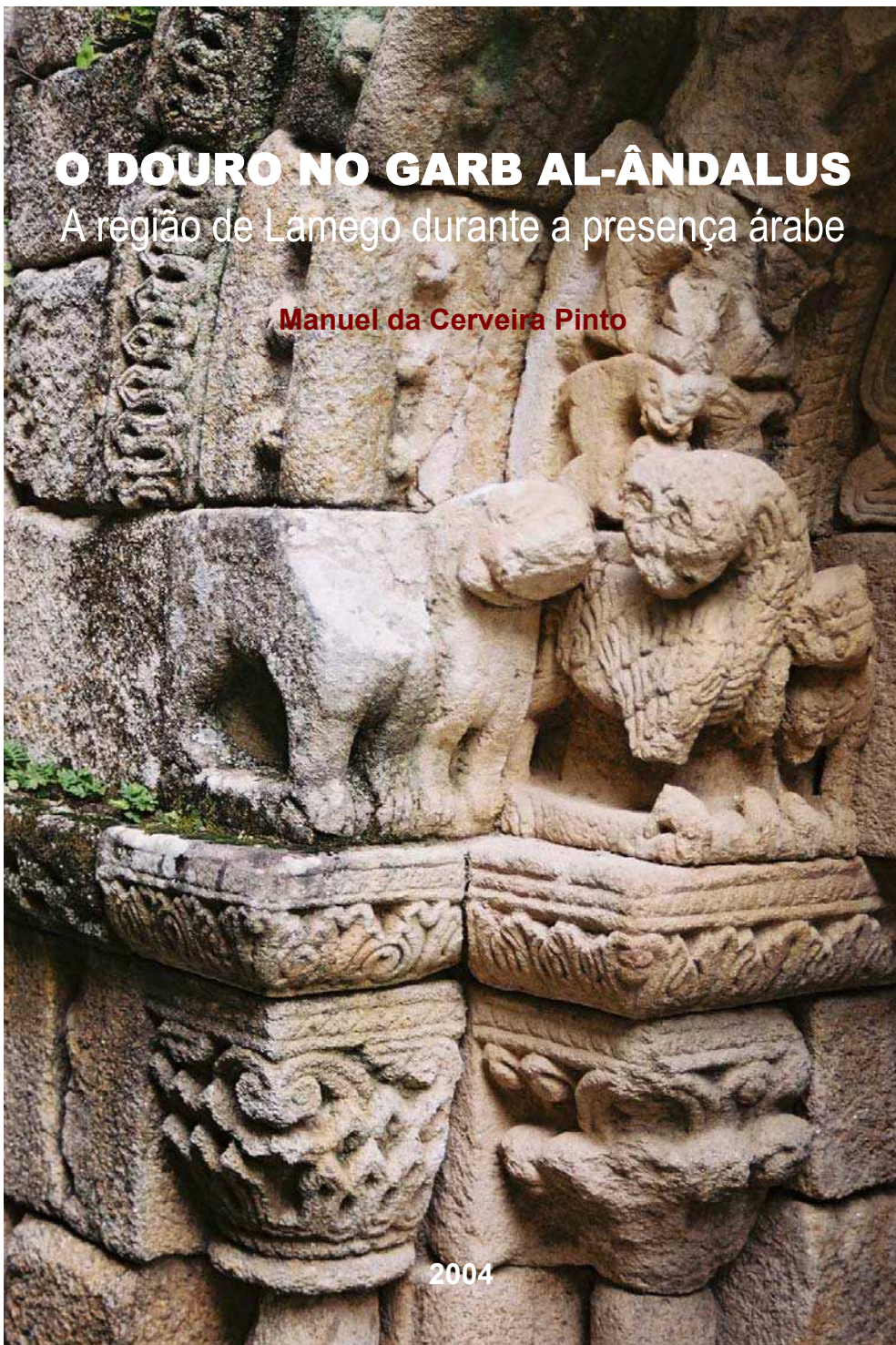


O DOURO NO GARB AL-ÂNDALUS

A região de Lamego durante a presença árabe

Manuel da Cerveira Pinto

2004



“A autêntica viagem de descoberta não se faz buscando novas terras mas buscando com novos olhos”

Marcel Proust

O Douro no Garb al-Andalus

A região de Lamego durante a presença árabe

ÍNDICE

I – Introdução.....	pág. 1
1. O “ <i>maktub</i> ” e a necessidade de reinterpretar a História.	
2. O mito da invasão	
3. O mito da conquista	
4. O mito da “reconquista”	
5. Cinco séculos de esquecimento	
[Referência breve à forma espontânea como surgiu a ideia do tema, ao analisar, em trabalho monográfico, as origens da minha aldeia natal, localizada na margem sul do Douro, nas proximidades de Lamego. Os “mitos” da história árabe.]	
II - Identidade e Património.....	pág. 18
A história e a cultura à luz de um outro olhar.	
[Onde se explica a necessidade de rescrever uma parte da nossa história e de sobre ela lançar um outro olhar, que seja tanto quanto possível despido de preconceitos e que, independentemente da sua própria conclusão, será no fundo a reflexão principal a tirar da dissertação, pois não é possível construir a nossa identidade sem o outro e sem o seu próprio olhar.]	
III - A presença árabe na região de Lamego referida em estudos precedentes. Enumeração e pequeno estudo crítico das (ou de algumas) fontes.....	pág. 24
[Análise de alguns estudos precedentes sobre a forma como a presença árabe na região de Lamego (e mesmo no norte da Península Ibérica) tem sido vista por variados autores. Tentame de estudo crítico das fontes.]	
IV - A fixação dos povos árabes na Península Ibérica e no vale do Douro.....	pág. 34
1. Pequena introdução sociológica ao Islão.	
[Reflexão sumária sobre o islamismo e as características das sociedades islâmicas, sem a qual não será fácil compreender as diferenças de base face à sociedade cristã e ocidental.]	

2. Resenha histórica

[Apontamentos sobre o povoamento da Península Ibérica desde os tempos mais remotos até à ocupação árabe, de forma a permitir entender melhor aquela que viria a ser a sociedade do al-Andalus.]

3. Factores que terão contribuído para a fixação dos povos árabes e magrebinos ao longo do rio Douro.

[A sedimentação dos povos árabes/berberes na Península Ibérica foi um processo rápido, e a ocupação inicial, fulgurante. O estabelecimento ao longo da fronteira natural que constitui o rio Douro assenta em factores de várias ordens, relacionados não só com as características naturais e geográficas do vale mas também em decisões políticas e sociais bem definidas.]

V - Vestígios da presença árabe ao longo do rio Douro.....pág. 49

1. O “*ribat*” de Boassas - as fortificações de fronteira e os postos de vigia.

2. Arqueologia e arquitectura.

(Castelo, muralha e cisterna de Lamego. Igreja de Almacave. Igreja de Balsemão. Igreja de S. Martinho de Mouros. Castro do Morro da Mogueira. Igreja de Cárquere. Boassas. Igreja de S. Pedro das Águias. Igreja de Barrô. A Casa do Cubo. Azulejos de Escamarão. Igreja de Tarouquela. Ermida do Paiva. Etc.)

3. Cultura, usos e costumes

(Manifestações culturais e sociais populares. Símbolos. Resquícios de linguagem. O barco rabelo. A cultura da oliveira e da vinha. Os socalcos. As lendas e histórias de mouras encantadas, etc.)

4. Toponímia

(Monte Mouro. Almedina. Fáfel. Almacave. Almofala. Midões. S. Martinho de Mouros. Fazamões. Boassas. Açougues. Arribada. Alcáçova. Córdova. Alqueives. Arrabaldes. Barbeita. Etc.)

5. Conclusão do capítulo V

[Capítulo relacionado com o tema do seminário, em que se enumeram e se faz o levantamento dos vários indícios da presença árabe/islâmica ao longo do vale do Douro, com especial relevância para a povoação de Boassas, que parece, inclusive, ter sido fundada nessa época em torno de um “*ribat*”.

Inclusão de um ou vários mapas, que identificam os locais onde se localizam os vestígios e estudo dos casos mais relevantes.]

VI - A cidade de Lamego durante o domínio árabe/islâmico.....pág. 115

1. Um pouco da história de Lamego
 - 1.1. Lamego árabe
 - 1.2. Os “Reis Mouros” de Lamego
2. Identificação da cidade islâmica¹
 - 2.1. Localização geográfica da cidade e seu termo
 - 2.2. Superfície intra e extra-muros (traçado da muralha; portas; arrabaldes)
 - 2.3. Compartimentação interna (freguesias; bairros; localização da alcáçova e da almedina...)
 - 2.4. Cadastro da cidade (ruas e praças; outros espaços sociais - zonas residenciais, zonas de mercado, zonas cultivadas, cemitério...)
 - 2.5. Análise da planta (classificação da planta; identificação dos centros sociais.)
3. População; propriedade; economia; sociedade; administração pública e justiça.
4. Religião
5. Cultura
6. Vestígios arqueológicos e arquitectura
7. Higiene e saúde urbanas
8. Conclusão do capítulo VI

[Caracterização da cidade de Lamego durante o período árabe/islâmico. Identificação de todos os possíveis vestígios da época, tanto em termos arqueológicos e arquitectónicos como socio-culturais. Possível concepção de elementos gráficos (plantas e desenhos) da cidade. História da sua ascensão até aos tempos da tomada definitiva pelos cristãos.]

VII. Conclusão Geral.....pág. 135

O Douro enquanto território de fronteira do Garb al-Ândalus.

¹ Com base em: MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Cidades medievais portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)*, Separata da Revista de História Económica e Social, 1982

[Prevalece a ideia de que o Douro constituiu, de facto, durante o período árabe, uma importante linha de fronteira, sucessivamente povoada em locais estratégicos (“*ribats*”; castelos; antigos castros romanizados e as mais importantes cidades), que foi herdando aspectos da sua cultura que se foram esvanecendo e modificando ao longo do tempo, mas que após quase sete séculos se fazem notar ainda nas mais variadas formas. A importância do Douro, em termos de território de fronteira, é tal que existem indícios, tal como defende Picard, de que poderá ser o único local onde foi construída uma linha de defesa constituída por uma série de fortificações, e “*ribats*”, como o de Boassas, e que são sugeridas também pela toponímia.]

VIII. Tábua cronológica.....	pág. 143
IX. Glossário.....	pág. 157
X. Bibliografia.....	pág. 168

O Douro no Garb al-Ândalus
A região de Lamego durante a presença árabe

I - Introdução

O estudo efectuado sobre a minha aldeia natal, intitulado *Boassas - «Uma Aldeia Com História»*, iniciado há alguns anos, à laia de curiosidade, um pouco como uma espécie de recolha de património, costumes e tradições, foi ganhando contornos cada vez mais definidos e revelou muitas surpresas, a maior das quais terá sido, então, a provável origem árabe do seu próprio nome, referida por vários autores.

A isto vieram-se juntando, sem que os procurasse, de forma natural e espontânea, outros elementos, os quais sublinhavam não só a presença, como a persistência, da cultura árabe/islâmica nestas terras durienses.

Assim, os vestígios, que pareciam antes não existir, talvez porque não houvesse a necessária atenção e acuidade, surgiam agora cada vez com maior frequência. E, fosse na riquíssima toponímia, fosse em achados arqueológicos ou em hábitos e usos ancestrais, o pó ia-se levantando e dissipando, deixando entrever riquezas há muito escondidas. Com ele ia desaparecendo também o preconceito, fortemente enraizado, de que os vestígios da presença muçulmana se quedavam apenas pelo sul e um pouco pelo centro daquele que é hoje o território português.

Certo é que o tempo foi generoso no fornecimento de novos elementos, aguçando assim cada vez mais a curiosidade. E a necessidade foi-se tornando imperiosa, na urgência de saber mais sobre algo que, embora parte integrante e indissociável da nossa cultura e identidade, nitidamente aparenta a sensação de estar como que “escondido”, encoberto pelos sedimentos de séculos, mas também por uma grande incompreensão e vastos preconceitos.

Os vestígios que vão surgindo e que se estendem ininterruptamente ao longo do rio Douro, desde a foz até terras de Espanha, sublinham uma forte presença, uma herança persistente, um facto indelével, que se tem, de alguma forma, insistido em olvidar.

Neste percurso, a zona de Lamego e aquele que na época romana se chamou “território Geronzo” (ou Gerôncio) e que é hoje a vasta Serra de Montemuro, parece

mesmo terem sido local propício para o estabelecimento desses povos oriundos do Oriente e do Norte de África.

Com eles vieram novas usanças, conhecimentos herdados de culturas do Oriente longínquo, da Pérsia, da China e da Índia, mas também de Roma e Alexandria, do Helenismo e da cultura clássica, os quais iriam contribuir substancialmente para um enriquecimento cultural ímpar da Península Ibérica e da Europa.

Este processo acabaria por culminar no surgimento e florescimento de uma civilização nova de características únicas e excepcionais, num território que passaria agora a chamar-se al-Ândalus.

Também o estudo precedente, designado “*Boassas - Uma aldeia na fronteira do Garb al-Ândalus*”¹, onde se intenta demonstrar a presença e a possibilidade da origem árabe deste povoado, acaba por mais não ser que o corolário dessa ideia e o resultado do somatório de todos esses indícios e vestígios.

O Mestrado em Património e Turismo veio dar novo alento e abrir novas possibilidades. Malgradamente não foi possível efectuar, tal como pretendíamos, o estudo sobre Boassas no âmbito da disciplina de Demografia Histórica, uma vez que os registos sistemáticos da população (“*actos vitais de nascimentos, casamentos e óbitos*”)² e que são as fontes específicas da disciplina, não existem anteriormente ao século XVI.

Fica assim por demonstrar a nossa intuição de que a população de Boassas terá um ascendente árabe/berbere muito forte. Há, porém, alguns documentos muito antigos sobre a região de Cinfães, onde aparecem mencionados alguns nomes árabes³.

No entanto, independentemente de tudo isso, em última instância, a noção que acabou por prevalecer foi a de que Boassas e seus arrabaldes constituiriam apenas um posto fronteiriço e (ou) de vigia (“*ribāt*”), sendo que todos os indícios apontavam a cidade de Lamego como centro irradiador.

É com base neste pressuposto que se desenrola a dissertação actual, uma vez que os estudos precedentes acabaram por deixar em aberto muitos problemas, sendo certo ainda que os dados existentes nesse estudo antecedente, não constituíam matéria suficiente para estabelecer uma necessária conclusão.

¹ CERVEIRA PINTO, Manuel da - *Boassas, uma aldeia na fronteira do Garb al-Ândalus*, Dissertação do Seminário em Património e Turismo da Universidade do Minho, 2002

² AMORIM, Maria Norberta - *Demografia Histórica, Um Programa de Docência*, pág. 9

1. O “*maktub*” e a necessidade de reinterpretar a História

O estudo deste período tem, no entanto, alguns escolhos que se vão evidenciando à medida que a “navegação” se vai fazendo e que são directamente proporcionais à “profundeza das águas”.

À medida que se vai estudando o vasto período que antecede a formação da nacionalidade, acentua-se a necessidade de chamar a atenção para toda uma série de mitos, que foram sendo construídos ao longo de séculos e que, por isso mesmo, se encontram profundamente enraizados.

A Igreja, à medida que adquiria maior poder, aumentava a sua intolerância, a qual acabaria por culminar com a expulsão ou com a conversão forçada (quando não com um auto-de-fé)⁴. O discurso histórico, feito praticamente apenas pela própria Igreja, ou por ela censurado, é construído com o objectivo primeiro de mostrar os males de que estava carregada “a religião de Mafoma”.

Só a título de exemplo, para ficarmos com uma ideia de como era então retratado o Islão, vejamos o que escrevia o Bacharel João José Pereira em finais do século XVIII:

*“Mafoma, ou Mahomet, cuja vida, e acções escrevo, que de fraco negociante veio a ser o Monarca da Arabia, e o fundador de hum vasto, e florescente Imperio, cujas ruinas formarão tres Monarquias poderosas: aquelle vasto genio, que tem o socorro das Sciencias humanas, offuscou a gloria dos mais abalizados politicos; o impostor leterrimo, o falso, e damnoso Profeta, author afamado de huma Religião, que por sua extensão a disputa ao Christianismo; aquelle destruidor de tantos Reinos, que ensopou a terra de sangue, e que procurou destruir todas as luzes, e verdadeiras noções, que os homens seus predecessores tinham adquirido. Este monstro, este malvado nasceo em Meca, cidade da Arabia (...)”*⁵

Invariavelmente os historiadores deparam-se com vastas incompreensões pela tentativa de alterar esta situação, acabam por constatar isto mesmo e desabafam, como forma de se libertarem do peso que constitui toda uma série de “inexactidões” que foram sendo construídas ao longo dos tempos, e que acabaram por transformar em “*coisa menor*” a presença muçulmana em solo Ibérico e Europeu. Algo que, como refere Adalberto Alves, “*traduz-se sempre, ou na ignorância pura e simples dessa*

³ Ver: AZEVEDO, Rui Pinto de (prefácio e organização) - *Documentos Medievais Portugueses*

⁴ Ver, RIBAS, Rogério de Oliveira, in “*Islão Minoritário na Península Ibérica*”, págs. 67 a 77

⁵ PEREIRA, João José - *História da vida, conquistas e religião de Mafoma, e do governo civil e militar do Império Ottomano*; (...) Lisboa, Offic. De Simão Thaddeo Ferreira, 1791, págs. 1 e 2 (livro do acervo bibliográfico da “Casa do Cerrado”, em Boassas)

*presença, na sua subestimação, ou na sua avaliação em termos de mero antagonismo étnico-religioso”.*⁶

No entanto, esta incompreensão chega, por vezes, a transformar-se em vil desprezo quando não pura ignorância. Mesmo figuras como o próprio David Lopes acabariam por sofrer este estigma. Já em 1922, a propósito de um convite para uma visita ao Brasil, desabafava assim o grande arabista a João de Barros, quando este dele se despedia à saída de sua casa: *“O Sr. Ministro insistiu muito para que eu fosse ao Rio (de Janeiro). Diga-lhe que é melhor que eu não vá. No dia em que se souber que ele leva consigo um arabista, não faltarão graças e maledicências.(...)”*⁷

Mais recentemente, em 1968, dizia António Losa: *“Parece que o fatalismo - o maktub dos filhos de Mafoma - persegue inelutavelmente os que em Portugal se apaixonaram algum dia pelas coisas arábicas.*

*O arabista é, entre nós, o indivíduo a quem se recorre para satisfazer pequenas curiosidades, a quem se agradece à pressa - quando se agradece. E mal fecha os olhos, cansado e desiludido, cai sobre ele, mais pesado que a lousa sepulcral, o véu do silêncio.”*⁸

Por outro lado, em termos da própria história da arte há mesmo, não raramente, indícios claros de uma tentativa de “apagar” a história. O “*passar da esponja*” que, textualmente, referem Correia de Campos⁹ e Adalberto Alves¹⁰, é sentido também, quase invariavelmente, por todos aqueles que investigam nos locais, que pesquisam e procuram (e encontram) os vestígios arqueológicos e históricos dessa época.

Embora possa haver casos em que a destruição dos vestígios foi “inocente”, o que era, nitidamente, o resultado de um paradigma cultural remanescente e enraizado, em muitos outros casos, e de uma forma geral, constata-se que isso foi intencional. E se podemos afirmar que o povo, sobretudo através de uma viva tradição oral, manteve uma visão dos «*mouros*» positiva, tolerante e até despreconceituada, o mesmo se não pode afirmar dos círculos do poder político e religioso. E se por vezes esse “*apagamento*” é feito de forma subtil; outras... nem por isso.

O chamado *Arco de Almedina* em Coimbra, permanece como exemplo vivo, recente (meados do Século XX), da destruição dessa memória e dessa herança cultural. Mas, emblematicamente, não é só o apagar da memória que ali se encontra em jogo. É

⁶ ALVES, Adalberto - *Portugal e o Islão - Escritos do Crescente*, pág. 11

⁷ LOPES, David - *Páginas Olisiponenses*, pág. 20

⁸ LOSA, António - *Influência Andaluza na Arquitectura Portuguesa dos Séculos XIX e XX*, pág. 27

⁹ CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, pág. 79/80

¹⁰ ALVES, Adalberto - *Portugal e o Islão - Escritos do Crescente*, 1991, pág. 87

também o carácter ideológico que perpassa na atitude ridícula e insensata de transformar (à picareta) um arco ultrapassado (de ferradura) num arco ogival. Se tivermos então em conta que foram os próprios árabes que trouxeram para a Península Ibérica, e consequentemente para a Europa, o próprio arco ogival ¹¹ e que o arco de ferradura não será de origem árabe e sim visigótica, então esta atitude chega a ser anedótica ¹².

Esta mesma atitude revela-se ainda na própria igreja de Santiago, também em Coimbra, onde os vestígios moçárabes da fachada foram deliberadamente “apagados”. Aí, uma janela de arco ultrapassado ou de ferradura foi, nitidamente, substituída por uma outra de volta perfeita...

O facto de, no território que é hoje Portugal, a presença muçulmana ter durado menos cerca de trezentos anos do que em Espanha, foi significativo, até na forma como os vestígios foram sendo mais rapidamente destruídos.

No entanto esses vestígios existem, continuando contudo a ser remetidos para planos secundários nas prospecções arqueológicas e históricas com verdadeiras excepções, como é o caso, por exemplo, do profícuo Campo Arqueológico de Mértola, o qual apenas vem confirmar essa regra.

Ainda hoje não é muito pacífico, nem muito bem visto, que se façam estudos sobre a época árabe, sendo que os autores que o fazem vão amiúde tendo sérias dificuldades em defender as suas teses, quanto mais não seja por uma desconfiança fortemente enraizada, gerada por décadas e décadas de preconceitos e falsos mitos.

Vejamos um outro exemplo. Contra todas as evidências e como muito bem defende e documenta o arqueólogo Professor Doutor Vasco Mantas, insiste-se, ainda hoje, em classificar o monumento apelidado de *Cava de Viriato*, em Viseu, como sendo um acampamento romano, isto quando na realidade todos os vestígios indicam claramente tratar-se de uma fortificação árabe, construída muito provavelmente por Almançor e como forma de apoiar as suas várias incursões guerreiras a norte do Garb al-Ândalus ¹³. Sabe-se também que foi ali que o exército do célebre *hájibe* se encontrou com as tropas dos ditos “condes cristãos dissidentes” da região, para seguir no assalto a Santiago de Compostela. A necessidade de que existisse um grande acampamento para o facto é, no mínimo, evidente e a semelhança com uma estrutura idêntica, existente no Iraque, desarmante!...

¹¹ Ver: BURCKHARDT, Titus - *La civilización Hispano-Árabe*, pág. 173

¹² No entanto, tal como refere Pierre Guichard (*Al-Ándalus*, 711-1492, pág. 51), não nos podemos esquecer que o arco ultrapassado podia já, nessa época, ser também encontrado em monumentos Omíadas do Oriente.

¹³ MANTAS, Vasco Gil - *Arqueologia e história antiga, dos monumentos aos homens de ontem e de hoje*, in “As Oficinas da História”, págs. 120/123

2. “O mito da invasão”

Segundo Cláudio Torres, a chamada invasão da Península Ibérica, iniciada em 711, será o principal mito relacionado com este período da história. Os habitantes ibéricos mantêm-se, não abandonam o território e muitos convertem-se ao Islão. Inicialmente há até um surto de conversões em massa, sobretudo por parte das comunidades mais desfavorecidas, para quem o tornar-se muçulmano irá significar o arrecadar de alguns direitos e o melhorar significativamente a sua situação social.

*“O espelho dessa conversão, é a mudança de nome. O João passa a chamar-se Mohammed e torna-se muçulmano, apesar de os seus pais permanecerem cristãos.”*¹⁴

Os cristão que não se convertem mantêm, graças à tolerância dos muçulmanos, a sua religião e o seu culto mas, de uma forma geral passam a adoptar os usos e costumes árabes. Os hábitos dos muçulmanos, sem que haja qualquer espécie de coacção, impõem-se e entranham-se na população, a qual rapidamente se “arabiza”.

*“Cristianismo, judaísmo e islamismo são irmãs. (...) Só exagera as diferenças entre elas quem quer justificar agressões e dominações (...)”*¹⁵. E assim, porque de parte a parte havia vantagem em clivar as diferenças, manteve-se e exagerou-se o mito da invasão. *“Aos cristãos para explicar a derrota - só muitos maus poderiam ter vencido os bons - e justificar a reconquista. Aos muçulmanos, para poder atribuir a um milagre de Alá o domínio de um território tão rico como a Península Ibérica em apenas meia dúzia de anos.”*¹⁶

O comércio irá ser o veículo por excelência da aculturação e se o igualitarismo entre os comerciantes é um facto, não o será menos a necessidade de uma relação pacífica para que se efectuem as trocas. A expansão do Islão faz-se ao ritmo das trocas comerciais, em que o contacto e o estabelecimento de acordos entre os muçulmanos e as populações é um factor fundamental. A presença não pode ser violenta, na medida em que esta iria ser nefasta aos interesses comerciais. É um período em que, segundo Cláudio Torres, *“a troca de produtos se confunde com a troca de ideias (...)”*.¹⁷

Se repararmos também na miscigenação que se faz então, entre a população muçulmana e cristã, de que há numerosos exemplos, mesmo entre a nobreza e a realeza, então, diremos nós, que se tratou também, sem dúvida, de uma troca de afectos...

De facto, se repararmos no carinho com que é retratada e aceite a presença

¹⁴ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in *Jornal Público* de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

¹⁵ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in *Jornal Público* de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

¹⁶ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in *Jornal Público* de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

¹⁷ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in *Jornal Público* de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

islâmica, na visão positiva e popular das histórias e lendas de “mouras encantadas”, retratando belas e misteriosas mulheres que há séculos habitam as florestas e o nosso imaginário, então, teremos que aceitar que foi uma ocupação que não deixou marcas negativas.

3. O mito da conquista

Também a ideia de uma *conquista* árabe não corresponderá inteiramente à realidade. Podemos até verificar que são, inicialmente, as próprias figuras gradas, e de primeiro plano, da sociedade visigoda da época, que começam por encorajar a entrada massiva dos árabes na Península Ibérica graças, sobretudo, ao impasse e a um avançado estado de degradação política e social a que havia chegado o domínio visigodo em todo o território.

São factos históricos o convite feito pelo Conde Julião e a aceitação por Tarique Ibn Ziate da proposta dos filhos de Vitiza para que este os ajude a derrubar do poder o rei D. Rodrigo.¹⁸

No entanto, estamos em crer que o espantoso domínio árabe/muçulmano da quase totalidade da Península Ibérica em apenas cerca de três anos (quando as poderosas legiões romanas haviam levado mais de um século) sendo, obviamente, fruto de uma multiplicidade de factores favoráveis que a tornaram possível, somente pode ser explicada se tomarmos em conta a existência de uma grande aceitação por parte da generalidade da população, bem como dos seus próprios governantes e chefes políticos.

Podemos constatar significativamente, e tomando como exemplo, que a própria Toledo, que era então a capital do reino Visigótico, abre as portas ao exército de Tarique, isto com a ajuda dos Judeus que, face a uma situação insustentável de opressão por parte do poder visigodo, se juntam aos “invasores”.¹⁹

De facto, os judeus, há já cerca de um século, desde o reinado de Sisebuta, mais concretamente desde o ano de 616, haviam começado a ser perseguidos e espoliados. Eram então forçados a converter-se ao cristianismo, sendo que se o não fizessem dentro dos prazos estabelecidos, eram desterrados, sendo-lhes confiscados os bens, isto não sem antes receberem cem chicotadas.

Não será assim, pois, de estranhar que as comunidades judaicas tenham visto nos muçulmanos os seus libertadores celestiais, e a eles se tenham junto, ajudando-os

¹⁸ Ver: DOMINGUES, José Garcia - *Portugal e o al-Ándalus*, pág. 51

¹⁹ Ver: HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, pág. 51

mesmo na conquista de várias cidades, uma vez que estes, mediante o pagamento de um estipulado tributo lhes devolviam a liberdade e lhes permitiam o livre exercício da sua religião.²⁰

Na realidade não serão mesmo apenas os judeus a unirem-se ao “invasor”. De um modo geral todos os descontentes e oprimidos, nomeadamente os servos e escravos, mas também a própria classe média, que viviam ainda pior sob o domínio visigodo que aquando do governo romano, acabam por lhes facilitar a tarefa.²¹

Um outro factor relevante, e talvez mesmo preponderante, eram também as próprias relações comerciais dos povos da Península Ibérica, nomeadamente dos Judeus, com o Oriente, com os Árabes e com o Norte de África, as quais eram já muito antigas e se encontravam profundamente enraizadas, acabando assim por haver uma presença árabe/berbere acentuada, assente na continuidade, a qual passa também pelo respeito dos hábitos locais e pela própria religião.

A Península Ibérica sempre se relacionou com o Norte de África, as parecências são ainda muitas e fazem lembrar uma época em que era através desta região que se ligavam os dois continentes. Os romanos sempre mantiveram possessões no outro lado do estreito e estabeleceram relações que nunca foram interrompidas, mesmo durante o domínio visigótico. Irá, pois, ser um facto de suma importância o conhecimento, na sociedade, ou em parte da sociedade ibérica, da cultura árabe/islâmica, dos seus múltiplos aspectos civilizacionais, usos, costumes, religião, etc.

Será curioso verificar como será mesmo o próprio governador cristão de Tânger e Ceuta, o já mencionado Conde Julião, a abrir as portas desta última cidade a Muça, mediante um vantajoso acordo, incentivando a tomada da Espanha e facultando-lhe mesmo os navios para o transporte das tropas para uma primeira expedição comandada por Abu-Zara-Tarif, em 710.²²

Podemos assim constatar que os árabes não eram, de forma alguma, os desconhecidos que, de um momento para o outro, aportam à península, facto aliás provado quer pelo observado anteriormente, quer também pelas já mencionadas negociações dos filhos de Vitiza e que iriam estar também na génese do estabelecimento dos exércitos de Tarique.

Se repararmos, por sua vez, que as vitórias militares irão ser quase irrelevantes, face ao número de capitulações pacíficas perpetradas por toda a Ibéria, e em que podem

²⁰ Ver: DOZY, Reinhart - *Historia de los Musulmanes de España*, vol. II, pág. 36 e 37

²¹ Ver: DOZY, Reinhart - *Historia de los Musulmanes de España*, vol. II, pág. 43

²² Ver: DOZY, Reinhart - *Historia de los Musulmanes de España*, vol. II, pág. 40

ser tomados também os exemplos de Coimbra, Santarém e muito provavelmente Lisboa²³, então poderemos constatar que a dita “conquista” fez-se muito mais ao nível da força da poderosa civilização muçulmana que pela imposição das armas.²⁴

No entanto haverá que ter em conta que a nova forma de combater dos exércitos árabes/islâmicos, assente na cavalaria e, conseqüentemente, numa grande mobilidade e rapidez, em contraponto à forma estática e pesada dos exércitos ibéricos, que não estavam preparados para este tipo de luta, facilitou também de sobremaneira os combates iniciais.

Até o próprio aspecto religioso não terá sido, como à primeira vista poderia parecer, um factor de impedimento ou de grande obstaculização à “invasão” muçulmana, pois que existiam entre as próprias religiões autóctones, de carácter monofisita, e o islamismo, múltiplos pontos de contacto. Neste aspecto, terá sido preponderante o “preparar do terreno” levado a efeito pelas doutrinas unitaristas do arianismo, que se havia expandido na península.²⁵

O próprio islamismo é por vezes visto como um aperfeiçoamento das outras grandes religiões monoteístas, judaísmo e cristianismo, chegando a adoptar, inclusive, alguns aspectos das mesmas. Esta vertente iria desenvolver-se no al-Ândalus e acabaria mesmo por culminar num movimento de criação de uma nova religião, misto de cristianismo e islamismo, o qual parece ter em *Ibn Maruân*²⁶ um dos protagonistas principais, senão o principal.

A própria poligamia, acaba por não se apresentar, aos olhos da época e sobretudo nos primeiros tempos da dominação árabe, como um factor de rejeição das sociedades ibéricas face ao advento do islamismo, pois que, em muitas delas, mesmo nas cristãs, a poligamia era aceite e considerada normal como, por exemplo, no arianismo, maniqueísmo ou priscilianismo²⁷.

Há mesmo relatos históricos de reis cristãos que tinham mais do que uma esposa, (por vezes árabe, como foi o caso de Afonso VI e da moura Zaida, filha do célebre rei de Sevilha Ibn-Abad al-Mu'tamid²⁸) sem que isso, que se saiba, tenha provocado alguma celeuma na época.

²³ Ver: DOMINGUES, José D. Garcia - *Portugal e o al-Andalus*, pág. 59

²⁴ Ver: ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, pág. 12

²⁵ Ver: GUICHARD, Pierre - *AL-Andalus, 711-1492*, pág. 14

²⁶ Ver: DOMINGUES, José D. Garcia - *História Luso-Árabe*, págs. 98,99 e 323

²⁷ Ver: RODRIGUES, António Jacinto - *O Priscilianismo, mitos e factos numa peregrinação entre a luz e as trevas*

²⁸ Ver: HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, Volume I, pág. 175

É também conhecido o facto de que Egas Moniz, filho de Múnio Viegas, tinha mais que uma mulher, como o prova o seu testamento datado de 1081 e no qual o mesmo se refere, com insistência, “*a esposas suas sobreviventes*”²⁹. O próprio historiador Armando de Almeida Fernandes, relativamente a este facto, vai ao ponto de nos dizer que, se conhecesse outro caso, ficaria a acreditar “*nas possibilidades legais da poligamia mediéfica*”, desconhecendo talvez o sucedido com D. Afonso VI e relatado por Alexandre Herculano, dando-nos a ideia de como, ainda hoje, esta realidade nos provoca estranheza e nos parece inaceitável.

Estamos certos, porém, de que um estudo ou uma pesquisa um pouco mais aprofundada sobre esta época iriam revelar outros casos, pois que se estes se verificavam assim entre a nobreza, como não seria com o povo?

Enfim, na realidade, os primeiros tempos do domínio árabe parecem mesmo ser de grande aceitação, tolerância e miscegenação por parte da população ibérica. Para isto terá também contribuído indubitavelmente, e de sobremaneira, o facto de que os muçulmanos, mediante o pagamento de taxas e impostos, aceitavam a convivência com a população autóctone, cristã e judia, toleravam os seus usos e costumes e não impunham, em caso algum, a conversão. Disto mesmo constitui um facto sem dúvida sintomático e revelador que, ainda em pleno século XI, ou seja, mais de quatro séculos depois do estabelecimento do domínio árabe, a população de Lisboa fosse ainda maioritariamente cristã.

Por contraste com tudo isto, o avançar das hostes dos reis do norte, inicialmente através de acções dispersas, instigadas pelos Francos e outros povos do norte e, até por isso, em grande parte isentas de qualquer projecto político abrangente, assente, em parte, na presúria, no saque e nas pilhagens (é célebre a pilhagem de Lisboa por Ordonho III de Leão), iria durar muitos séculos. Quase tantos quantos os que tem hoje a nação portuguesa, isto num território que, ao longo desse vasto período de tempo, havia já sofrido profundas alterações a todos os níveis, quer religioso, quer político, quer cultural.

Todos estes factos obstam profundamente a uma ideia, obviamente bastante fictícia, de *reconquista*, na qual se subentenderá o retomar de um território que teria uma identidade própria cristã e que havia sido conquistado pelos muçulmanos, mas que, na realidade, já há muito não existia.

²⁹ FERNANDES, A. de Almeida - *Portugal Primitivo Mediévo*, pág. 33

Por outro lado, mesmo após o estabelecimento do domínio cristão, a osmose entre as várias culturas continuou por largos séculos e foi moldando uma sociedade ibérica de características muito próprias e originais, as quais constituem ainda hoje um forte pilar da sua identidade.

Aparentemente, os próprios árabes desde cedo manifestaram uma vontade de romper com as antigas realidades e de impor uma nova identidade ibérica, facto que se poderá ver consubstanciado na própria criação de um novo país chamado al-Ândalus³⁰.

4. O mito da “reconquista”.

Um dos principais mitos ligados à época do domínio árabe prende-se com a ideia subjacente à vulgarmente chamada “*Reconquista*” cristã. Na realidade não há uma *reconquista*, mas sim, quando muito, uma conquista. O período temporal em que irão decorrer todas estas alterações socio-políticas na Península Ibérica é tão vasto que, por si só, constitui motivo suficiente para obstar a uma tão leviana definição.

Estamos em crer que, nesta noção de *reconquista*, perpassa a ideia forçada de que, após a invasão inicial em 711, logo os poucos cristãos, que então se refugiaram nas Astúrias, passaram ao contra-ataque e foram “*recuperando o seu território*” palmo a palmo, dia a dia, no sentido Norte-Sul.

A realidade, porém, parece ter sido bem outra e, na verdade, as fronteiras do al-Ândalus irão permanecer vastos anos bem delimitadas, salvaguardando as *algaras* e incursões típicas das lutas da época. É sintomático como só ao fim de mais de quatro séculos é que, por exemplo, a linha de fronteira do Douro é definitivamente anulada o que, mesmo assim, não impediu que importantes cidades e vastos territórios continuassem a permanecer na mão dos príncipes árabes.

De facto mesmo cidades a norte do Douro, como por exemplo Chaves, apenas deixariam a tutela do crescente em meados do século XII, mais precisamente no ano de 1160³¹, ou seja, quase quatrocentos e cinquenta anos após a chegada de Tāriq e já após a tomada de Lisboa.

A própria noção de tempo, na época, assim como o próprio desconhecimento geral da geografia e da história, corroborado pela total inexistência de documentos coevos dos dois primeiros séculos de domínio árabe/islâmico, bastariam, por si só, para

³⁰ Nota: Já em 716-717 as moedas árabes, bilingues, traduzem o termo Hispania pela nova designação de al-Ândalus (Ver GUICHARD, Pierre - *Al-Andalus, 711-1492*, págs. 29 e 30)

³¹ Ver: MATTOSO, José - *História de Portugal*, pág. 446

inviabilizar esta ideia, a qual se pressente ter sido fabricada muito posteriormente e com objectivos bem definidos.

Por outro lado, o poder árabe/islâmico havia-se profundamente enraizado e organizado. Após mais de quatro séculos de domínio absoluto que apenas as dilacerantes lutas intestinas iam enfraquecendo, sendo que a própria novel sociedade do al-Ândalus havia florescido em espantosas e múltiplas manifestações culturais e científicas, adquirindo uma muito grande especificidade.

A espantosa constatação de que em 1160 cidades do norte, como Chaves, ainda se encontravam sobre o domínio muçulmano, colide também com um dos outros mitos, segundo o qual os árabes apenas teriam ocupado o sul da Península e que a sua forte influência apenas se teria feito sentir aí.

Será importante ter em conta que, tal como já havíamos referido, quando se dá o dismantelar da linha de fronteira constituída pelo Douro, haviam passado mais de quatrocentos anos sobre o início da dominação árabe/islâmica da Península, que esta se encontrava quase totalmente “arabizada” nos seus usos e costumes e que mesmo a grande parte dos cristãos, por isso chamados *moçárabes*, havia de bom grado aceite essa aculturação.

Havia ainda um número considerável dos chamados *muladis*, como Ibn Maruân, os quais haviam optado, de moto próprio, pela conversão ao islamismo e mesmo quando o poder político é transferido para os cristãos a intercultura continua a agir através dos chamados *mudéjares* e dos *mouriscos*.

Não deixa ainda de ser sintomático, e elucidativo, do que acabamos de expressar que a própria irreversibilidade das vitórias e conquistas, de Fernando Magno e seu filho Afonso VI, só acabará por suceder quando ambos se “*propõem aceitar a originalidade social e até religiosa do Islão*”³², facto verificável nos tratados estabelecidos aquando da tomada de Toledo em que à população muçulmana são garantidos todos os direitos, nomeadamente: «*(...) tolerância inteira para com o culto muçulmano; nenhum aumento de tributos; liberdade plena para todos os que quisessem seguir El-Kader, e conservação dos juizes e leis civis dos árabes, para por elas se regerem estes. (...)*»³³

5. Cinco séculos de esquecimento

A indiferença votada ao período histórico a que respeita o domínio árabe da

³² BORGES COELHO, António - *Portugal na Espanha Árabe*, pág. 22

³³ HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, pág. 176

Península Ibérica constitui ainda hoje, sobretudo em Portugal, uma falha cultural enorme, que se arrasta penosamente desde há muitos séculos e que, lamentavelmente, teima em permanecer.

Este estigma subsiste graças, sobretudo, a uma intolerância cultural e a um certo etnocentrismo, consecutivamente fomentados ao longo dos tempos, que atropelam e deformam todo o necessário e desejável rigor científico da História, a qual foi sendo moldada através dos tempos ao sabor de nacionalismos bacocos, de preconceitos xenófobos, racistas e religiosos, bem como de critérios mais que duvidosos, cujo paradigma culmina no período fascista, em que o regime, ao procurar uma definição de “raça e de cultura” em que pura e simplesmente não cabiam as influências orientais ou africanas, vistas e tidas como inferiores, eliminava, por isso, toda a herança árabe.

Ainda hoje, passadas três décadas sobre a queda do regime fascista, perdura a ideia generalizada de que os árabes se limitaram a invadir a península, instalaram-se sobretudo no sul e pouco ou nada deixaram da sua cultura. Pelo menos nada que se compare em Portugal às cidades andaluzas de Córdova, Sevilha ou Granada, tão habituados que estamos, pelas nossas deficiências civilizacionais, a julgar todas as manifestações culturais apenas pelos seus aspectos materiais mais imediatos, sobretudo aqueles visualmente mais exuberantes.

Numerosos exemplos poderão ser citados. Desde os próprios manuais e livros escolares, que levemente, do período romano, profusamente desenvolvido e ilustrado, “saltam” para o período românico/cristão, copiando uma realidade centro-europeia que nada tem que ver com o que então se passava na Península Ibérica. Ou até mesmo nos próprios estudos universitários, onde apenas se estudam as manifestações “moçárabes” e mesmo assim muito pela rama. A própria designação “moçárabe” constituirá, em último caso, uma maneira subtil de disfarçar a evidência da presença muçulmana, contrastando com a forma como, por comparação, se designam os romanos por esse nome e não por Ibero-romanos ou outra designação similar.

Um dos mais recentes indícios desta omissão, ou discriminação, acontece na recentemente publicada *Monografia de Cinfães*, onde o período árabe é pura e simplesmente banido, ou melhor, antes assim fosse, porque o que se menciona desta época é apenas... “*as razias e saques que os muçulmanos faziam*”.

Como se não bastasse uma omissão histórica de “apenas” cinco séculos, fazem-se afirmações deste calibre, como se fazer “saques e razias” fosse um predicado apenas dos muçulmanos!... Ou seja, dá-se a ideia de que durante oitocentos anos de história

ibérica, a única coisa que os muçulmanos fizeram foi “saques e razias”... Claro que não se mencionam os “saques e razias”, a escravatura, a exploração e os massacres perpetrados pelos romanos, pelos visigodos, pelos túrdulos, ou mesmo pelos portugueses durante os “descobrimentos”, ou ainda os actos canibais praticados pelos soldados cristãos ocidentais durante as cruzadas...

Será que alguma vez estes “historiadores” pensaram como é que se terão sentido, por exemplo, os habitantes (muçulmanos, cristãos e judeus) de Lisboa, após vários séculos de convivência e cultura árabe/islâmica, por passarem a ter, de um momento para o outro, de obedecer às leis, usos e costumes dos cristãos do norte. Por outro lado não consta também que a tomada de Lisboa, bem como a de Évora, Santarém, Silves, Coimbra, Lamego, etc., tenham sido perpetradas pelos cristãos sem “saque nem razia”, bem pelo contrário...

Sabemos até que o próprio bispo de Lisboa combateu ao lado dos muçulmanos contra as tropas de D. Afonso Henriques, o que lhe valeu, apesar da religião e dos seus 70 anos...ficar sem cabeça...³⁴

Não adianta escamotear a questão, separar os “bons” para um lado e os “maus” para outro. Sabemos hoje perfeitamente que o “saque” era uma prática comum aceite instituída e mesmo forma de pagamento das próprias tropas, assim como também era comum a “razia e a escravatura”. A barbárie sempre foi comum, não só a todas as guerras e conflitos, como a todas as partes em confronto...

A própria história registou estas usanças. Reparemos mesmo o que, por exemplo, refere a este propósito Alexandre Herculano: (...) *”Ordonho aproveitou as forças que ajuntára para fazer uma entrada nas terras dos infiéis. Passou o Douro; desceu pelo território mussulmano, que hoje chamamos Beira e Extremadura até a foz do Tejo; tomou e saqueou Lisboa, e voltou a Leão rico de despojos e captivos.”*³⁵

Ou ainda, acerca de actos bárbaros, como este que é relatado sobre o cerco de Lisboa: *“(...) Com a desesperação, começaram bandos de povo faminto a sahirem fóra dos muros, e a irem entregar-se aos christãos, renegando da própria crença para salvarem as vidas. Mas de nada valia a muitos delles esta resolução extrema: ou o fanatismo religioso, ou antes a feroz esperança de incutir terror nos sitiados com um espectáculo d’estranha cruesa, fazia com que, decepadas primeiro as mãos daqueles malaventurados, fossem repellidos de novo para os muros.”*³⁶

³⁴ Ver: OLIVEIRA MARQUES, A. H. de - *Nova História de Portugal*, pág. 203

³⁵ HERCULANO, A. - *História de Portugal*, pág. 148

³⁶ HERCULANO, A. - *História de Portugal*, pág. 377

Obviamente muito haverá a dizer sobre o período árabe do território que hoje é Portugal, imenso sobre a Península Ibérica e também algo, sem dúvida, sobre o que é hoje o território duriense.

No entanto a tarefa não se afigura fácil. A todos estes preconceitos, fobias, etnocentrismos e culturalismos aliam-se, perigosamente, a indiferença e a ignorância, no que perfazem uma barreira, senão intransponível, pelo menos muito sólida e assim, só muito a custo se vão lentamente abrindo as brechas que permitirão aceder a todas essas riquezas ainda escondidas.

Os primeiros passos, contudo, começam finalmente agora a ser dados neste sentido, por pessoas como o arqueólogo beirão Cláudio Torres, cujo trabalho notável levado a cabo em Mértola, constituirá sem dúvida exemplo a seguir nos tempos próximos. Mas também o do arabista, poeta e escritor Adalberto Alves que tem aprofundado o estudo das letras e sobretudo dos poetas árabes da época.

O labor de ambos tem revelado à cultura portuguesa uma imensa riqueza escondida a qual, essa sim, constituirá, o verdadeiro *Tesouro da Moura Encantada* de que fala o povo nas suas lendas e histórias.

No Douro, embora tudo, literalmente, esteja ainda por fazer neste campo, muito há a estudar e a descobrir. As evidências são, porém, imensas.

O etnocentrismo continua, no entanto, a marcar pontos e a deturpar a visão objectiva e crítica da história, fomentando desta forma o desconhecimento, a ignorância, o desinteresse e a indiferença. Neste caso sobre um dos períodos mais interessantes e marcantes da história da Península Ibérica e que veio a ter repercussões, não só em Portugal e Espanha, como até a nível mundial, na forma como influenciou o Renascimento e a própria saga dos denominados “Descobrimentos”...

De facto, não será necessário um estudo muito aprofundado para esclarecer porque motivo os “descobrimentos” são perpetrados pelos países Ibéricos e não por outros países europeus.

Na realidade o conhecimento científico, havia sido aportado ao extremo oeste do continente europeu pelos árabes que haviam absorvido e desenvolvido os fundamentos da cultura greco-romana, mas também do extremo-oriente, da Índia e da China. Só se fossemos cegos não veríamos a importância fenomenal que, por exemplo, aportou para o conhecimento, para o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural a utilização dos algarismos e a introdução do “zero”.

Estamos até em crer que o próprio espírito do Renascimento tem a sua génese na Península Ibérica e não em Itália como até hoje é vulgarmente aceite...

No entanto, após oitocentos anos os preconceitos, as diferenças culturais, sociais e sobretudo religiosas, ainda não foram completamente ultrapassadas. Os primeiros passos para esta desmistificação são dados, provavelmente, por Alexandre Herculano, na sua História de Portugal, vendo no domínio árabe da península não apenas o factor guerreiro, conquistador e usurpador, mas também os aspectos sociais, políticos, de organização do territórios e sobretudo o fantástico impulso sociocultural aportado pela civilização árabe. A tomada de consciência deste facto levaria Fernando Pessoa a afirmar que, mais que lusitanos ou celtas, o povo português é, essencialmente, o resultado de duas civilizações - a romana e a árabe.

No entanto, mesmo Alexandre Herculano, embora se tenha conseguido libertar, como ele próprio afirma, da sua nacionalidade, com vista a obter uma maior isenção, independência e rigor histórico-científico, não se consegue libertar, porém, da sua religião e acaba por tecer, também ele, comentários etnocentristas e mistificadores, desprovidos de qualquer rigor histórico ou científico, como quando afirma, por exemplo que, o facto de a Península Ibérica não conseguir encontrar a paz, se deve ao aspecto de esta ser dominada pela religião muçulmana e não pela cristã. No entanto há que ter em conta que esta observação é feita em meados do século XIX...

Os poetas auguram uma maior clarividência, por isso e porque nada poderia enaltecer melhor a cultura árabe que as palavras de um grande poeta, permitimo-nos recordar aqui Fernando Pessoa:

*“(...) nós, Ibéricos, somos o cruzamento de duas civilizações - a romana e a árabe. Vingamos a derrota que os do Norte infligiram aos Árabes nossos maiores. Expiemos o crime que cometemos ao expulsarmos da Península os Árabes que nos civilizaram.”*³⁷

Porque a esperança de um mundo melhor reside, obviamente, numa melhor relação entre os povos, num entendimento e respeito mútuo entre as várias culturas e religiões, embora humilde, espero possa ser, este, um pequeno contributo.

³⁷ PESSOA, Fernando - *Da Ibéria e do Iberismo*, in ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, pág. 25

II - Identidade e Património
A identidade ibérica - pluralidade de culturas

II - Identidade e Património

A identidade ibérica - pluralidade de culturas ¹

«A identidade não se compartimenta, não se reparte em metades, nem em terços, nem se delimita em margens fechadas (...).» ²

«A identidade não é algo que nos seja entregue na sua forma inteira e definitiva; ela constrói-se e transforma-se ao longo da nossa existência(...)» ³

Se é certo que existe uma “identidade” ibérica, esta, para nós, só fará sentido como sendo todo o conjunto das múltiplas culturas que a formaram (e formam). No entanto, para estabelecer cada um desses contributos e em que medida terão eles contribuído para a formação dessa identidade, teremos forçosamente que começar por perguntar: O que será então a “identidade” de uma determinada comunidade, tribo ou grupo de pessoas?...

Talvez uma aproximação possível seja aquela que sugere Amin Malouf ao constatar que quanto maior é o número de pertenças, de influências, de relações com outros povos e culturas, que são tidas em conta, mais específica se revela a própria “identidade”. Neste sentido, poderemos então afirmar que a riqueza cultural será então tanto maior quanto mais específica se mostrar a identidade. No entanto o que se verifica geralmente é uma necessidade latente, que existe por parte da comunidade (e sobretudo do poder), de valorizar e mesmo “cristalizar” uma determinada época, determinadas influências, ou seja, precisamente uma parte apenas de toda a diversidade daquilo que será, no fundo, o todo constituinte dessa própria “identidade”.

Assim, acontecerá também que, consoante a comunidade valorize mais este ou aquele aspecto, tenderá a valorizá-los em detrimento de outros, acontecendo por vezes que tente mesmo destruí-los, escondê-los ou minimizá-los, ou que se proponha mesmo “apagá-los”. Será disso exemplo, o que aconteceu com o período árabe do espaço ibérico, agora português, até praticamente aos tempos actuais. Ainda hoje temos sérias

¹ CERVEIRA PINTO, Manuel - *Questões de Identidade e Património*, [baseado no texto inédito]

² MALOUF, Amin - *As Identidades Assassinas*, pág. 10

³ MALOUF, Amin - *As Identidades Assassinas*, pág. 33

dificuldades em aceitar a herança árabe, a influência da cultura berbere, as afinidades evidentes com os povos árabes, do Magrebe e do Norte de África.

A própria noção de *“preservação da identidade cultural”*, tal como é geralmente apresentada, hermética e cristalizada, não é de todo inocente e pode inclusive gerar grandes equívocos. De facto, desta forma, nem sequer será possível preservar qualquer espécie de *“identidade cultural”*, na medida em que esta será, na realidade, constituída precisamente pela relação dicotómica com *“o outro”*.

Ou seja: se partirmos do princípio que *“o que determina a pertença de uma pessoa num dado grupo é, essencialmente, a influência de outrem; a influência dos que lhe são próximos - pais, companheiros, correligionários - que tentam apropriar-se dele e a influência dos que estão do outro lado, e procuram excluí-lo”*⁴, logo não será possível preservar, em absoluto, a identidade cultural porque esta estará sempre em permanente mutação, e se isto é verdadeiro para o indivíduo o mesmo sucederá também para uma comunidade, povo ou país.

No entanto, malgrado não seja difícil entender esta premissa, o que sucede actualmente na Europa é que hoje, mais que a própria massificação e *“globalização”* são os movimentos migratórios (que sempre aconteceram, são próprios da humanidade e estão na origem das várias identidades) que acabam por ser o bode expiatório da destruição de pretensas *“identidades culturais”*. *“As sociedades ocidentais, tão orgulhosas do seu espectacular nível de vida que nem ousavam confessar a si mesmos a que ponto a sua vida se enovelava sob a pressão do lucro, escondem-se num temor tanto mais ridículo que receiam menos não ser coisa nenhuma que terem de ser outra coisa.”*⁵

Com tudo isto cresce a intolerância, o reafirmar de nacionalismos e regionalismos bacocos e serôdios. Nega-se *“o outro”*, a influência das outras culturas, da possibilidade de troca e de enriquecimento. Nega-se assim, também, uma parte substancial da própria identidade cultural, ao mesmo tempo que, inversamente, cresce o sentimento anti-europeu e anti-ocidental, por parte dos outros povos e culturas.

Assim, somos também levados a concordar com Samir Amin quando afirma que *“a recusa a aceitar e compreender a dimensão universal da cultura que a mundialização real iniciada pelo capitalismo impôs já - apesar do carácter contraditório desta mundialização cujas vítimas são os povos da periferia - e o*

⁴ MALOUF, Amin - *As Identidades Assassinas*, pág. 34/35

⁵ VANEIGEM, RAOUL - *A economia parasitária*, pág. 57

*desenvolvimento de um nacionalismo culturalista negativo anti-ocidental sem mais - e com frequência neurótico - não constituem o germe possível de uma resposta eficaz.”*⁶

Obviamente a “identidade” será sempre um factor a ter em conta quando se fala de preservação do património cultural, porém será necessário haver um grande cuidado para que não hajam partes dessa “identidade” que sejam subestimadas ou mesmo omitidas. Por outro lado e tendo em conta que a “identidade” está sempre em transformação e construção, teremos imperiosamente que deixar em aberto a possibilidade de que o próprio património se modifique, se transforme, se adapte e valorize.

Se é certo que «...*nós, Ibéricos, somos o cruzamento de duas civilizações - a romana e a árabe...*»⁷, não será menos certo que o seremos também de muitas outras, não menos significativas ou importantes, tais como os Visigodos; os Fenícios; os Celtas; os Cartagineses; os Judeus; os Gregos; os Vikings; os Africanos; os Berberes; etc...

Centralismo cultural e ditadura do gosto

*“A ignorância dos outros e a desconfiança em relação a eles e até o chauvinismo e a xenofobia são apenas a prova dos limites da evolução de todas as sociedades até aos nossos dias.”*⁸

A noção de património exprimirá sempre o mesmo conceito?

De facto a resposta a esta questão pressupõe sempre uma grande ginástica intelectual e um grande esforço de libertação dos ditames culturais que nos envolvem e se encontram profundamente enraizados na sociedade ocidental e que gostamos de ver como modelo civilizacional.

Obviamente que a noção de património nem sempre exprime o mesmo conceito. Há uma multiplicidade de factores que pesam na consagração de um qualquer valor patrimonial. Poderemos nós dizer que sociedades (em extinção) como os índios Bororós da Amazónia, terão valores patrimoniais menores ou inferiores aos de qualquer país ocidental?... O consumir de um rito ancestral não será para eles tão importante quanto uma catedral ou uma estátua para nós?... A resposta parece óbvia. No entanto se para nós não nos parece estranho que a determinada altura os índios da Amazónia ergam catedrais em plena selva, já o mesmo não se poderá dizer se num qualquer país europeu

⁶ AMIN, SAMIR - *O eurocentrismo, crítica de uma ideologia*, pág. 235

⁷ PESSOA, Fernando - *Da Ibéria e do Iberismo*, in ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, pág. 25

⁸ AMIN, SAMIR - *O eurocentrismo, crítica de uma ideologia*, pág. 107

as pessoas resolverem adoptar ritos ancestrais desses mesmos índios. O etnocentrismo encontra-se tão enraizado que nem damos por ele.

Na realidade o que muda são apenas os factores de referência relativos à própria cultura, que desta forma, quer num caso, quer noutro irão adquirir novas cambiantes. Para um habitante de Samoa os valores culturais e patrimoniais de referência são obviamente diferentes daqueles para um habitante de Paris ou Lisboa. No entanto, se compararmos um habitante de Lisboa e um outro, de uma qualquer aldeia de Trás-os-Montes ou Alentejo, verificaremos precisamente o mesmo, e assim sucessivamente, até chegarmos ao indivíduo.

Desta forma, o papel das pequenas comunidades, e mesmo do indivíduo, terá que ser forçosamente cada vez mais importante, e determinante, para estabelecer o que irá ser considerado património cultural, enquanto objecto representativo dessa comunidade, e enquanto legado a deixar às gerações vindouras. De facto é hoje, mais do que nunca, necessário *“agir localmente e pensar globalmente”*⁹

Novas formas de olhar o mundo

*“Porque é o nosso olhar que aprisiona muitas vezes os outros nas suas pertenças mais estreitas e é também o nosso olhar que tem o poder de os libertar”*¹⁰

*“...a mais óbvia forma de barbárie: a falta de respeito pelo estrangeiro.”*¹¹

Sem dúvida que actualmente são necessárias, urgentes, novas formas de “olhar o mundo”. O modelo ocidental ou eurocêntrico, encontra-se completamente esgotado, tornou-se predador e incompatível com uma visão do mundo onde coabite a diversidade cultural. Desta forma não terá sentido continuarmos a lutar pela preservação do património aqui, quando o estamos a destruir do outro lado do mundo. A noção de globalização impõe também uma nova forma “global” de olhar, e apreciar, o próprio património.

Classificamos a floresta laurissilva da ilha da Madeira e destruimos a Amazónia... Apesar da barbaridade talvez haja algo a reter na destruição dos “Budás” do Afeganistão pelos Talibã... Para além da provocação implícita ao ocidente (a que não será alheia também uma certa hegemonia cultural do ocidente), para além do “fundamentalismo”, barbaridade e prepotência demonstrados, talvez devêssemos fazer

⁹ VANEIGEM, RAOUL - *A economia parasitária*, pág. 94

¹⁰ MALOUF, Amin - *As Identidades Assassinas*, pág. 31

¹¹ MERNISSI, Fatema - *O Harém e o ocidente*, pág. 22

uma reflexão mais profunda. Serão as estátuas de pedra, memória de um tempo extinto, mais importantes que as próprias pessoas vivas, que os seus ritos, as suas crenças, a sua língua?... Não será de facto um contra-senso a preocupação demonstrada com simples estátuas quando comunidades inteiras (portadoras de riquezas iguais ou maiores) se encontram à beira da extinção.

Porque nos preocupamos tanto com a destruição dos Budas e praticamente omitimos o facto de estarem em vias de desaparecer cerca de 70 comunidades indígenas do mundo?... Não será um paradoxo que ao mesmo tempo que classificamos um conjunto de estátuas como Património Mundial condenemos à extinção comunidades inteiras?...

Mais uma vez parece haver aqui também um enorme fosso cultural, uma barreira civilizacional, que nos tolhe a visão moldada por séculos de etnocentrismo. A cultura para nós ocidentais, continua a estar irremediavelmente ligada às “grandes construções” da humanidade e embora nos últimos tempos se tenha tentado de alguma forma modificar esta visão (classificando paisagens, áreas naturais, construindo ecomuseus, etc.), o facto é que ela prevalece. O nosso olhar continua ainda a “aprisionar os outros” e mais grave ainda, a votá-los ao desprezo e mesmo à extinção. Num mundo em que “*a economia fez o homem à imagem da mercadoria*”¹² cabe-nos, em primeira instância, deixarmos de ser meros objectos de consumo...

Claro que não defendemos uma qualquer redoma de vidro para preservar “as características” ou a “identidade cultural” (mais uma vez) dessas comunidades. Antes bem pelo contrário, pensamos que só havendo, de facto, uma verdadeira troca recíproca de influências se poderá fazer alguma coisa. As possibilidades de sobrevivência aumentarão quanto maior e mais equitativa for a troca cultural e portanto, como vimos atrás, o reforço da própria identidade cultural de todas as comunidades.

Quanto ao al-Ândalus, temos a convicção plena de que terá sido graças a esta visão ampla, a esta aceitação do “*outro*”, à tolerância demonstrada pelos seus governantes na época de ouro do califado, na amena convivência e mestiçagem entre as várias culturas e religiões, em que é muito difícil de qualificar personalidades como Averróis “(*...*) (*Ibn-Rochd*) *de muçulmano, Maimónides de judeu e Tomás de Aquino de cristão, conscientes de que só assim poderão aprender uns com os outros sem reticências*”¹³, que terá sido possível alcançar um tão grande apogeu civilizacional.

¹² VANEIGEM, RAOUL - *A economia parasitária*, pág. 45

¹³ AMIN, SAMIR - *O eurocentrismo, crítica de uma ideologia*, pág. 134

III - A presença árabe na região de Lamego referida em estudos precedentes.

Enumeração e pequeno estudo crítico das (ou de algumas) fontes.

III - A presença árabe na região de Lamego referida em estudos precedentes.

Enumeração e pequeno estudo crítico das (ou de algumas) fontes.

[Análise de alguns estudos precedentes sobre a forma como a presença árabe na região de Lamego (e mesmo no norte da Península) tem sido vista por variados autores. Tentame de estudo crítico das fontes.]

Uma das principais dificuldades, sentida por quem estuda a época do domínio árabe da Península Ibérica, prende-se com a impossibilidade de estudar os textos originais.

Autores como o próprio António Borges Coelho ¹, acabam, assim, por compor um trabalho não isento de lacunas, sobretudo no aspecto crítico, porque são obrigados a traduzir a partir de outras línguas que não a original.

Por outro lado, não é de todo compreensível como, ainda hoje, obras fundamentais da literatura árabe desse período continuem por traduzir na íntegra, como sucede por exemplo com a obra *Al-Dakhira* (O Tesouro) do poeta de Santarém Ibn Bassâm e que é dedicada precisamente ao *Garb al-Ândalus*.

Observemos então alguns dos livros que mencionam a presença árabe/islâmica na região de Lamego, e a forma como o fazem.

1. PTOLOMEU

Parece ser o famoso cosmógrafo alexandrino Ptolomeu, no século II, na sua obra intitulada *Lusitânia*, quem primeiro atribui a Lamego um lugar na História, referindo-se-lhe como *Lama*.

2. GEÓGRAFOS E HISTORIADORES ÁRABES

Os geógrafos e historiadores árabes referem, a norte de Coimbra (*Qulumrîya*) as cidades do Porto (*Bortuqal*); Braga (*Braca*) Viseu (*Bazeu*); Lamego (*Lamico*); a terra natal do conde Sesnando - Lafões (*Alafoens*); Águeda (*Ada*) e Oliveira de Azeméis (*Olibaira*).

¹ BORGES COELHO, António - *Portugal na Espanha Árabe*, (2 volumes) Lisboa, Caminho, 1989, 2.ª edição

3. AL-RASIS²

O célebre Al-Rasis, embora não fale directamente sobre Lamego refere a região e o próprio rio Douro na sua “DESCRIPCIÓN GEOGRÁFICA DE AL-ANDALUS”, dizendo a determinada altura:

«(...) [Capítulo XLV: De outro rrio que llaman Duero.]

El otro rrio es el que llaman Duero; e nasce de la çierra de Montoya, e es muy grand rrio e lieua muy grand agua. E entra en la mar al poniente, so vna çibdat a que llaman Goya e agora es llamado El Puerto de Portugal. E ha en el seyçientos e diez migeros.»³

Sem dúvida curiosa é a menção que faz Al-Rasis ao Rei Rodrigo e ao seu suposto túmulo em Viseu, dizendo:

«(...) [Capítulo CXXXIX: De como los moros vencieron e ganaron la tierra.]

(...) E despues que la lid fue vencida, ajuntaronse todos e contaron los muertos, maguer eran tantos que non se pudian contar, e tomaron las armas e los caballos e quanto mas tenian, e soterraron los moros que fallaron muertos, e nunca podieron fallar a el rrey Rodrigo nin quien digera del caballo a par del rrio, e cuidaban se auia hechado a morir en el, mas non fallaron el caballo nin outra señal. E decian que muriera en la mar; e otros que fugiera a las montañas e que se lo comieran bestias fieras. E non sabian lo cierto fasta que, a cabo de gran tiempo, fallaron en Visseo vna sepoltura en que estaban escritas vnas letras que dezian ansi: AQVI IACE EL REY DON RODRIGO REY DE LOS GODOS, QUE SE PERDIO EN LA BATALLA DE SAGVIBE.»⁴

4. FERNANDES, Rui - “*Tratado de hum rico panno de fina verdura que há em heste Reyno de Portugal de compasso de duas legoas arredor da cidade de Lam.º...*”

Esta descrição de Lamego e seus arredores por um personagem da própria cidade, que nela vivia e trabalhava em pleno século XVI (1532) é um verdadeiro achado. Uma verdadeira arca de surpresas que, logo no primeiro parágrafo nos surpreende, ao referir que:

² AL-RAZI, Ahmad Ibn Muhammad Ibn Musà - *Cronica del Moro Rasis*, Madrid, Seminario Menéndez Pidal y Editorial Gredos, 1975

³ AL-RAZI, Ahmad Ibn Muhammad Ibn Musà - *Cronica del Moro Rasis*, pág. 116

⁴ AL-RAZI, Ahmad Ibn Muhammad Ibn Musà - *Cronica del Moro Rasis*, págs. 350/351

“(…) *as mais coisas dele (do território de Lamego) são feitas de mouros, e têm alguns nomes arábicos, como é uma Igreja nesta cidade, a que chamam Almacave, que é nome arábico, e há muitos edifícios antigos em quintas de redor mouriscos.*”⁵

Trata-se de uma descrição bastante séria e minuciosa da vida da época, da cidade e seus arredores, numa altura em que o seu esplendor já se havia extinguido, que vivia agora com sérias dificuldades, as quais Ruy Fernandes não deixa de mencionar, sobretudo nos aspectos relacionados com o seu trabalho na indústria dos tecidos.

É um relato pungente, em que se pode ler nas entrelinhas as dificuldades a enfrentar pela extinção da indústria da região. Refere Ruy Fernandes: “*Até agora se comia nesta cidade oitocentos mil réis de lonas, que se faziam para El-rei Nosso Senhor, que saía das sisas do dito compasso, e se repartia por fiadeiras, e tascadeiras, e dobadeiras, tudo pelo miúdo, que é regateiras e panadeiras, até os presos nisto ganhavam de comer em dobar, e almocreves em carretos, e homens pobres que não tinham ofícios aprenderam a tecelões das ditas lonas, com que até agora se mantinham; e este ano passado que não houve contrato, pelas pazes de França, ficam desbaratados, e se as obras que Vossa Senhoria mandou fazer não foram, muitos perecer(i)am pela terra ser muito pobre de dinheiro, e os mais dos anos lhe levam os mantimentos para Lisboa e para outras partes.*”⁶

Já vimos a importância que dava Ruy Fernandes aos «mouros», pois começa o seu livro mencionando a herança cultural legada a Lamego por estes. No entanto não se ficou por aí. Ruy Fernandes havia-se já apercebido da importância que os mouros haviam tido no desenvolvimento da região e o afastamento destes destas paragens não podia augurar nada de bom.

Os mouros já não vinham “*de Sevilha e de Granada*”, como chega a referir, e a própria feira se extinguiu, aproveitando ele a deixa para pedir ao próprio rei que a “reformasse”, pois que esta era “*enobrecimento da terra, porque esta feira era do melhor sítio da terra, por todas as mercadorias haver neste compasso*”.

5. HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, 1846

A obra de Alexandre Herculano, ao fazer a resenha dos tempos da pré-nacionalidade, cita variadas vezes a cidade de Lamego, sem que, porém, o autor, em algum momento, disso tenha tirado qualquer ilação.

⁵ DIAS, Augusto - *Lamego do Século XVI*, pág. 3

⁶ DIAS, Augusto - *Lamego do Século XVI*, págs. 33 e 34

A importância da cidade, na época torna-se evidente e por lá passam alguns dos momentos históricos mais relevantes da história desse período.

A narrativa de Alexandre Herculano, num português exemplar, é cativante ainda hoje, passados tantos anos e, parece-nos, bastante bem sustentada em termos de investigação e documentação.

Parece mesmo ser Alexandre Herculano, não só o primeiro autor a utilizar as próprias fontes dos historiadores árabes (lamentavelmente, o facto de não saber árabe, acabou por aportar alguns erros), como a demolir algumas das barreiras e falsos mitos efabulados por muitos autores e historiadores precedentes, como as polémicas e mui discutidas cortes de Lamego.

Acabaria por pagar caro essa originalidade.

6. DOZY, Reinhart P. - *Historia de la España Muçulmana*, 1861

Esta é uma obra fundamental para a compreensão da História do domínio muçulmano da Península Ibérica.

Profusamente sustentada nos documentos dos historiadores árabes e cristãos da época é, ainda hoje, de consulta obrigatória para qualquer trabalho sobre a Espanha muçulmana.

Refere também a região do Douro e mesmo Lamego, a propósito das campanhas de Almançor.

A sua visão da História, de grande rigor e erudição, sem se deixar cair em mitos e preconceitos, apresenta-se bastante surpreendente para a época

7. SIMONET, F. Javier - *Historia de los mozárabes de España*, 1896

É uma obra póstuma que, lamentavelmente, foi publicada com um atraso de 30 anos. Trata-se, porém, e no dizer de Pierre Guichard, de uma peça capital e fundamental, ainda hoje, na historiografia da Espanha muçulmana.

É de facto Simonet que, nesta sua História dos Moçárabes, malgrado um anti-arabismo latente, sugere haver a cultura islâmica no al-Andalus sido também um fenómeno espanhol, e que fala, pela primeira vez, dos *muçulmanos espanhóis*, em vez dos «árabes de Espanha», como acontecia até então.

Esta obra, muito fundamentada nos documentos dos próprios historiadores árabes, encontra-se recheada de dados interessantes referentes ao que viria a ser o território nacional, acabando por dar também algum destaque a personagens que, de

alguma forma estiveram ligados ao nascimento da nacionalidade, como Ibn Meruān; al-Serumbaqui ou o conde Sesnando. Simonet menciona variadas vezes Dozy e mesmo A. Herculano.

A própria região de Lamego é também citada de quando em vez.

Esta obra, conjuntamente com a História de Dozy, acabaram por constituir o núcleo chave de influência das tendências de investigação que prevaleceram até meados dos anos 70 do século XX.

8. ALBUQUERQUE, José de Pina Manique e - *Lamego, raízes históricas*, 1940

Talvez acabe por ser o Eng.º José de Pina Manique e Albuquerque o primeiro autor recente a fazer alguma justiça à necessária história da cidade e região de Lamego, isto já em pleno século XX (cerca de 1940), num pequeno opúsculo intitulado “*Lamego - raízes históricas*”, reeditado em 1986 pela Câmara Municipal de Lamego.

Embora de forma sumária menciona a presença árabe/islâmica na cidade.

9. CORREIA DE CAMPOS - *Arqueologia Árabe em Portugal, 1965 e Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal, 1970*

A descoberta dos livros de A. Correia de Campos - *Arqueologia Árabe em Portugal e Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal* - revelou-se uma enorme e grata surpresa. Embora, e tal como ele próprio afirma, não se possam considerar todas as suas ideias e conclusões como sendo liminares, parece-me que todo o trabalho deste autor necessita de um urgente e profundo estudo e reavaliação. Os sintomas disto mesmo surgem já, pela inclusão de algumas das suas teorias em recentes estudos e investigações, efectuados por historiadores sobre os quais não paira vestígio de qualquer suspeição.

Temos neste caso, por exemplo, A. H. de Oliveira Marques, que na sua Nova História de Portugal usa e integra os conhecimentos do citado autor para sedimentar alguns estudos e opiniões, sobretudo no capítulo dedicado à época árabe, intitulado «*Portugal Islâmico*».⁷

Embora, em alguns casos Correia de Campos se possa deixar levar um pouco pela imaginação ou fique de certa maneira exaltado pelo carácter único dos seus estudos, o que é compreensível, e até louvável, pelo que denota de “paixão” pelo

⁷ MARQUES, António Henrique de Oliveira - *O Portugal islâmico* in «Nova História de Portugal» (dir. de Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques), vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1993

próprio trabalho, não nos parece, de forma alguma, que esse seja o carácter geral dos seus estudos, pelo contrário estes encontram-se geralmente bem fundamentados e apoiados por uma minuciosa e aprofundada dissecação das obras analisadas, fruto de um trabalho de campo bastante sistemático e apurado.

Será curioso referir que algumas ideias veiculadas por Correia de Campos na época e que parecem ter sido tão mal aceites, são hoje consideradas como ponto assente, como é o caso da ideia, por ele defendida, do carácter romano das muralhas do Castelo de S. Jorge de Lisboa, contra a noção corrente da sua origem árabe.

Correia de Campos denuncia abertamente um certo “seguidismo” de ideias veiculadas por autores estrangeiros, nomeadamente franceses, por parte dos historiadores nacionais que assim acabam por contribuir por uma interpretação errada da história, indo ao ponto de datar edifícios com erros de quase cinco séculos. De facto, hoje, já alguns autores estrangeiros, como Henri Stierlin, “reclassificaram” a arte muçulmana e islâmica, admitindo a antecipação, por vezes enorme, de técnicas e aspectos construtivos que só haveriam de chegar à Europa central muitos anos mais tarde, como é o caso do palácio fortificado de Ukhaidir, datado de 778 d. C., cujo espantoso sistema de abóbadas, apoiadas em colunas cilíndricas incrustadas, antecipa em mais de duzentos anos a arte românica Ocidental.⁸

Teremos que ter em linha de conta alguns outros aspectos referidos por Correia de Campos e que poderão ajudar muito na interpretação de algumas obras e vestígios arquitectónicos e arqueológicos, como por exemplo a utilização frequente nos monumentos árabes da Alta Idade Média dos arcos de ogiva. Mesmo que nem todos os monumentos referidos pelo referido autor sejam de época árabe, independentemente de terem concepção diferente, nomeadamente através do fecho de arco, tal facto não inviabiliza que muitos sejam de nítida influência árabe.

Outro dos aspectos curiosos dos estudos de Correia de Campos é a quantidade de exemplos arquitectónicos com elementos árabes, de influência árabe ou oriental, que refere existir no norte do país e concretamente ao longo da linha do Douro.

Também neste aspecto o autor acaba por ser secundado por um historiador estrangeiro actual, Christophe Piccard,⁹ o qual vem corroborar a sua noção de que

⁸ Ver: STIERLIN, Henri - *Islão, de Bagdade a Córdova (A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII)*, págs. 122 a 124

⁹ PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII.e – XIII.e siècle) L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000

existiria uma linha de defesa e de fronteira, perfeitamente delineada ao longo do rio Douro.¹⁰

Correia de Campos refere mesmo uma linha de defesa composta por uma série de fortificações e castelos ao longo de todo o trajecto do rio Douro, no espaço que é hoje o território português.

«Antes da constituição do reino, o fosso do Douro serviu, (...) num determinado período, a linha de fronteira entre a Cruz e o Islão. Uma cortina de fortes ou castelos estendia-se por toda essa linha de alturas, começando, também para defesa da costa, no castelo da feira, Vila Nova de Gaia, Castelo de Paiva, Cinfães, Cárquere, Lamego, Penedono, Numão, Castelo Rodrigo e Pinhel, para só nos referirmos aos principais. Ainda existem, na mesma linha de alturas, as ruínas de uma pequena torre ameada na referida vila de Cinfães, actualmente adaptada a residência paroquial, junto da igreja matriz da vila, que é uma edificação sem carácter, do ano 1758.»¹¹

No entanto, nem todos os autores têm esta noção de que os territórios do norte estiveram também, durante largo período, submetidos a uma forte presença muçulmana.

Lamentavelmente, continua a ser frequente ler que nada existe, para além das lendas de mouras encantadas, que assinale a presença árabe nestas terras como, por exemplo, no texto que segue, retirado de uma página da Internet sobre o concelho de Tabuaço e da responsabilidade da própria câmara municipal e que menciona que: “(...) as únicas referências que nesta zona se reportam aos Muçulmanos são as lendas, não tendo sido identificados quaisquer testemunhos materiais. Com efeito, os únicos vestígios presentes encontram-se na imaginação das populações (...)”¹²

10 . ROSEIRA, Maria João Queiroz - Lamego, Um Passado Presente, 1981

Pequeno livro corográfico com algumas informações interessantes ao nível da geografia, do desenvolvimento urbano e da sua história.

Pena é que a parte referente à Idade Média se fique por alguns curtos parágrafos iniciais sem grande desenvolvimento e algo inconclusivos.

A presença árabe é praticamente omitida.

¹⁰ PICARD, Christophe - *“Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions”*, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001

¹¹ CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, págs. 112/113

¹² www.cm-tabuaço.espiqueiro.pt

11. MONTEREY, Guido de - *Lamego, Terras ao Léu*, 1986

Talvez seja esta a mais conhecida monografia de Lamego, sendo provavelmente a única construída dessa forma. Trata-se de um livro honesto, embora algo desconexo, em que a principal virtude reside na grande recolha de elementos sobre a cidade, embora de forma avulsa e desordenada.

Sobre a época em estudo pouco ou nada adianta, caindo nos lugares comuns e estereótipos habituais, e mantendo a usual dicotomia nós/outros, em que ao *nós* corresponde cristãos e ao *outros*, muçulmanos...

12. TORRES, Cláudio e MACÍAS, Santiago - *O Legado Islâmico em Portugal*, 1998

Esta, sem dúvida, uma das obra que mais nos despertou a atenção e curiosidade para a “questão da região de Lamego”.

De facto os autores já aí pressentem que a região é de suma importância para o contexto do al-Ândalus, nomeadamente ao frisar o triângulo Lamego - Balsemão - S. Martinho de Mouros, chegando mesmo a aludir ao território como sendo um dos pólos principais do próprio Garb al-Ândalus.

Uma belíssima edição, muito cuidada e profusamente ilustrada, que deita mão, não só dos mais recentes estudos sobre o al-Ândalus, como, inclusive, as mais recentes descobertas e achados arqueológicos, ou não estivéssemos em presença do arqueólogo Cláudio Torres, um dos personagens que mais tem contribuído, nos últimos tempos, para o estudo dessa época, nomeadamente, no Campo Arqueológico de Mértola, do qual é director.

13. GUICHARD, Pierre - *Al-Andalus, 711-1492*, 2000

Pierre Guichard, professor de História Medieval na Universidade Lumière-Lyon II é, actualmente, um dos maiores e brilhantes especialistas de História da Espanha Muçulmana.

Neste livro, que se lê de uma penada, de tal maneira surge cativante a sua escrita e a sua visão da história que, embora não possua grandes elementos acerca do território hoje português, fazendo apenas uma fugaz menção a Lamego e à sua região, não pudemos de deixar de lhe fazer referência.

Será, talvez, a forma ideal de alguém começar a familiarizar-se com o que foi este período da história e sobretudo do al-Ândalus.

Um livro iniciático, pois.

14. PICARD, Christophe, *Le Portugal Musulman (VIII.e-XIII.e siècle), L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique, 2000*

No mesmo ano, dois livros fundamentais. Depois de Guichard, outro francês - Christophe Picard. Também ele professor de História Medieval, desta feita na Universidade de Toulouse-Le Mirail e especialista em História do Ocidente Islâmico.

Oferece-nos, de facto, uma obra chave para a compreensão da evolução do território até se tornar Portugal. O título elucidativo, “Portugal Muçulmano” reflecte a própria visão acutilante, precisa e de grande rigor, com que nos presenteia neste brilhante ensaio. Revela um Portugal que até hoje tem persistido em se manter escondido, mas que constitui indubitavelmente uma parte importante da sua história, cultura e identidade.

Picard abre, com esta obra, pistas para um melhor conhecimento da própria região de Lamego e sobretudo do Douro, a qual terá sido durante largo tempo um território muito importante, pois aí se terá tentado estabelecer a fronteira entre os reinos cristãos do norte e o al-Ândalus, o que de facto aconteceu, praticamente ao longo de quatrocentos anos.

IV - A fixação dos povos árabes na Península Ibérica e no vale do Douro

IV - A fixação dos povos árabes na Península Ibérica e no vale do Douro

1. Pequena introdução sociológica ao Islão.

[Reflexão sumária sobre as características das sociedades islâmicas, sem a qual não será fácil compreender as diferenças de base face à sociedade cristã e ocidental.]

2. Resenha histórica

[Apontamentos sobre o povoamento da Península Ibérica desde os tempos mais remotos até à ocupação árabe, de forma a permitir entender melhor aquela que viria a ser a sociedade do al-Ândalus.]

3. Factores que terão contribuído para a fixação dos povos árabes e magrebinos ao longo do rio Douro.

[A sedimentação dos povos árabes/berberes na Península Ibérica foi um processo rápido, e a ocupação inicial, fulgurante. O estabelecimento ao longo da fronteira natural que constitui o rio Douro assenta em factores de várias ordens, relacionados não só com as características naturais e geográficas do vale mas também em decisões políticas e sociais bem definidas.]

1. Pequena introdução sociológica ao Islão.

[Reflexão sumária sobre as características das sociedades islâmicas, sem a qual não será fácil compreender as diferenças/semelhanças de base face à sociedade cristã e ocidental.]

Vimos já, anteriormente, como o islamismo tinha alguns pontos de contacto com as religiões professadas na Península Ibérica, aquando do estabelecimento do domínio árabe, nomeadamente com aquelas de carácter monofisita ¹. A população estava habituada ao domínio dos visigodos arianos e à presença de algumas facções cristãs que se aproximavam da “visão” muçulmana da figura de Cristo, como por exemplo o “Priscilianismo” ² e o “Maniqueísmo”. ³

O Islão refere muitos personagens bíblicos, como Abraão, Moisés, David, Salomão, Noé ou Adão. Mas também José e Maria. Por sua vez Jesus Cristo é um dos mais importantes profetas do Islão, cabendo-lhe não só a transmissão de uma importante mensagem sagrada (os Evangelhos), como também é tido como o homem mais “perfeito” de sempre. O Alcorão é tido como a revelação divina (ao Profeta Mohammed) que vem “restabelecer” e “selar” os Evangelhos e a Bíblia, os quais, para o Islão, haviam deturpado a mensagem monoteísta de Abraão. Os próprios dogmas Católicos da imaculada concepção de Maria e o da sua virgindade são aceites e defendidos pelo Alcorão. Da mesma forma também a aceitação da divindade de Jesus está bem patente no Alcorão. Assim, segundo as *Surates 3 e 19*: “*Jesus foi o espírito de Deus insuflado em Maria, engendrado sem a participação do homem.(...)*”. ⁴ A Virgem Maria (*Maryam*) acaba mesmo por ser a única figura feminina a dar o nome a uma surata do Alcorão.

A Suna (Tradição do Profeta) refere ainda que será Jesus o Messias do fim dos tempos que virá julgar a humanidade ⁵.

Porém as semelhanças entre cristianismo e islamismo, ficam-se essencialmente por aqui. Muitos dos aspectos essenciais do cristianismo são na realidade, para o Islão, não só inaceitáveis como profundamente condenáveis. Jesus, embora tenha o papel preponderante que frisamos atrás, não pode ser, segundo a visão islâmica, o “filho de

¹ Ver, na presente obra, o capítulo I. Introdução, págs. 10/11

² Sobre o priscilianismo ver: RODRIGUES, Jacinto - *O priscilianismo, mitos e factos numa peregrinação entre a luz e as trevas*, Póvoa de Varzim, Separata do boletim cultural *Póvoa de Varzim*, vol. XXXVII, 2002

³ Ver: LEGUAY, Jean-Pierre - *O «Portugal» Germânico*, in: *Nova História de Portugal*, pág. 40

⁴ ESPÍRITO-SANTO, Moisés - *Lição, Introdução Sociológica ao Islão*, págs. 11/12

⁵ THORAVALL, Yves - *Abecedário do Islão*, pág. 57/ ESPÍRITO-SANTO, Moisés - *Lição, Introdução Sociológica ao Islão*, pág. 12

Deus” que proclama o cristianismo, uma vez que Deus, mediante a sua essência imaterial, não poderá nunca conceber uma “encarnação” de si mesmo.

No entanto, o dogma cristão mais estranho, e condenado pelo islamismo, é o da Santíssima Trindade, que associa esta visão trinitária a uma cedência ao “grande pecado capital” do politeísmo.

O Islão é, na realidade, um sistema sócio-político teocrático imposto pelo Alcorão (*al Quran*, de *qaraa*, «ler») e pela Suna (Tradição) do Profeta Mohammed (Maomé) e que tem a sua base em cinco obrigações rituais que regem a relação do crente com Deus, as quais são consideradas os seus “pilares” (*arkan ad-din*).

Os cinco “pilares” do Islão são comuns tanto a “sunitas” como “xiitas”, as principais facções dos Islão

Os cinco pilares do Islão: Pontos comuns entre Sunitas e Xiitas.

Xiitas e Sunitas têm como ponto comum os cinco pilares do Islão, facto perfeitamente natural, uma vez que as divergências existentes não se referem tanto à própria religião em si, mas sim à sucessão do Profeta. De facto a cisão do Islão em Sunitas e Xiitas, verificou-se logo após a morte do Profeta Muhammad (Maomé), uma vez que este detinha o poder temporal e espiritual, sendo que na altura da sua morte não havia ainda indicado sucessor para conduzir o destino da comunidade muçulmana. Tal facto levou a que enquanto uns entendiam que o sucessor deveria estar no seu primo e genro, Ali - do qual o próprio profeta havia dito “*Eu sou a cidade do conhecimento e Ali a sua porta*”, outros defendiam que o seu sucessor deveria ser alguém que pertencesse à tribo dos Coraixitas, à qual pertencia o próprio Muhammad. Assim, aos primeiros chamou-se Xiitas, devido à palavra *xi’* (cisão) e aos segundos Sunitas, devido à palavra Suna (tradição).

Esta divisão de opiniões levou a que o sucessor do Profeta acabasse por ser eleito por um grupo dos seus seguidores mais próximos. Tal distinção acabou por recair sobre Abu-Bakr, que veio a ser, assim, o primeiro Califa do Islão e sucessor de Muhammad (632 d. C.). Contudo, Ali acabaria por ser eleito como quarto Califa, sucedendo a Abu-Bakr, Omar e Otmane. A sua legitimidade foi, no entanto, mais uma vez posta em causa e após muitas convulsões a cisão acentuou-se, originando dois califados, um dirigido por Ali, abrangendo o território do Iraque e do Irão e o outro, dirigido por Mu’âwiya, nos territórios da Síria, Palestina e parte da Arábia.

Assim, embora haja de facto uma cisão quanto à sucessão do Profeta, esta não se verifica relativamente à religião em si. Os dogmas do Islão mantêm-se, tanto para Sunitas, como para Xiitas, os quais acreditam plenamente nos cinco pilares fundamentais da prática do Islão (Arkâne al Islame), os quais são: “*Achahada*” (Confissão de fé) Deus é único e Muhammed o seu Profeta (mensageiro); “*Assalat*” (Oração) obrigação de rezar cinco vezes ao dia; “*Assaum*” (Jejum), obrigação de jejuar durante todo o dia no mês do Ramadão; “*Azzakat*” (Esmola), obrigação de oferecer esmola aos mais necessitados no fim do Ramadão; “*Al-Hajj*” (Peregrinação), obrigação de visitar a Cidade Santa (Meca) pelo menos uma vez.

Meca e Medina: lugares sagrados dos muçulmanos

As cidades de Meca e Medina revestem-se de particular importância para todo o crente muçulmano, pois foi entre estas duas cidades que se deu a *Hégira*, ou emigração do Profeta, no primeiro dia do mês de Muharram do ano I do calendário Islâmico (622 d. C.), marcando portanto o início da era muçulmana.

Meca é também a cidade natal do Profeta, tendo sido lá, no cimo do monte Hira, que este recebeu as primeiras revelações. A cidade de Medina é a segunda Cidade Santa do Islão e chamava-se anteriormente Yathrib. O nome da cidade é alterado posteriormente para Al Madinah Almunawwrah, em honra do próprio Profeta. É também em Medina que Muhammad decreta a *jihad* contra os idólatras de Meca.

Na cidade de Meca, no vale do Hedjaz, está localizado, no centro da Grande Mesquita, o Rochedo Sagrado ou *Caaba* (significa «cubo» em árabe). É um rochedo de 15 metros de altura por doze de lado, recoberto por um tecido negro ornado de caligrafias corânicas. A sua localização indica a direcção (*qibla*), na qual se devem fazer as cinco orações diárias.

Segundo a tradição, este edifício terá sido construído por Adão e por seu filho Seth e depois por Abraão e seu filho Ismail. Logo que terminado o trabalho, Deus ordenou a Abraão que motivasse a humanidade a ir até à “Caaba” em peregrinação.

Na peregrinação a Meca (*Hajj*) deverão ser realizadas sete circum-ambulações em redor do Rochedo Sagrado (*Caaba*).

A peregrinação a Meca, que deverá ser feita pelo menos uma vez na vida, por cada crente muçulmano, é um dos cinco pilares do Islão e explica, por si só, a importância da cidade para com a comunidade religiosa islâmica.

No entanto, para além das duas Cidades Santas referidas, existe ainda uma terceira Cidade Santa do Islão, a qual é Jerusalém, local onde se encontra a “Casa Santa” (Templo de Salomão) e que foi o local a partir do qual Muhammad efectuou a «viagem nocturna» entre a *Caaba* e o dito templo guiado pelo arcanjo Gabriel.

Inicialmente, no tempo de Muhammad, Jerusalém marcava mesmo a direcção das orações (*qibla*), mas estas foram posteriormente orientadas para a *Caaba*, na sequência da ruptura com os Judeus de Medina.

Em que consiste o Hajj («Peregrinação»)

O Hajj, (الحج) ou “Peregrinação” a Meca é uma obrigação para todo o crente muçulmano e constitui um dos cinco pilares do Islão. O cumprimento do Hajj deverá ser feito pelo menos uma vez na vida, desde que o indivíduo disponha dos recursos necessários que lho permitam.

A origem da Peregrinação é atribuída ao Profeta Abraão, a sua esposa Agar e a seu filho Ismail, «restauradores» do monoteísmo na Caaba (Rochedo Sagrado). Todos os adultos de ambos os sexos deverão, pois, cumprir este ritual de coesão da *Umma* (comunidade muçulmana), que consiste em visitar os lugares sagrados - Meca e seus arredores e Medina.

Os peregrinos deverão estar em estado de «consagração» (*ihrame*), devendo fazer as abluções maiores e menores; e apresentar-se de forma a abolir as diferenças sociais e étnicas, para o que deverão vestir uma peça de roupa branca sem costuras; calçar sandálias e manter a cabeça descoberta.

O *Hajj* pode durar entre quatro e seis dias. Nesse tempo o peregrino deverá cumprir os rituais estipulados, nomeadamente: sete circum-ambulações em torno da *Caaba*; dirigir-se e captar água da fonte de Zamzam; fazer orações na estação de Abraão; realizar sete caminhadas rituais entre as colinas de Safa e Mina (símbolo da procura de água de Agar para Ismail); deverão ainda dirigir-se ao Monte Arafat para aí realizar um exame de consciência; participar na festa do sacrifício e dirigir-se a Mina, por fim, realizar a lapidação de colunas que simbolizam as tentações de Abraão por Satã (شيطان, «chaytane»).

Este último deverá ser o acto de encerramento da Peregrinação.

Para além do *Hajj*, pode ainda ser realizada uma peregrinação dita «menor» (لارمءُؤُ , ‘umra), que passa por ser um acto individual, o qual pode ser realizado em qualquer data e se circunscreve apenas à cidade de Meca e arredores.

A importância do calendário da Hégira para os muçulmanos

A era muçulmana inicia-se com a “emigração” (em árabe, *هجرة*, *hijra*) de Muhammad de Meca para Yathrib (hoje Medina) a 24 de Setembro de 622 (d. C.). Este acontecimento, de primordial importância para o mundo islâmico, irá estar, inclusive, na origem do primeiro Estado muçulmano.

Os nomes dos meses do calendário muçulmano estão directamente relacionados com as estações do ano e com diversos aspectos culturais. Inversamente ao calendário gregoriano, que se baseia nos ciclos solares, o calendário higrano baseia-se nos ciclos lunares, sendo composto por doze meses de 29 ou 30 dias, podendo o ano ter 354 ou 355 dias.

O calendário muçulmano, ou Hégira, reveste-se de particular importância para o muçulmano, pois ele assinala todas as datas solenes da sua religião, como a data de aniversário do Profeta; as datas de início e fim do Ramadão; a data da noite em que foi revelado o Corão; a do fim da Peregrinação a Meca; a da mudança da *qibla* (directão da oração); a da noite da ascensão do Profeta ao Céu; etc.

As festas religiosas avançam, assim, entre dez e doze dias por ano (relativamente ao calendário gregoriano), sendo que o Ramadão e a Peregrinação completam uma revolução completa do calendário gregoriano de 36 em 36 anos.

Assim, a necessidade imposta pela religião de determinar exactamente, segundo os meridianos, tanto todas as datas destas festividades, como a hora e a directão da *qibla*, levou a que a astronomia se desenvolvesse extraordinariamente, tornando-se inclusive numa das maiores ciências do Islão.

Desde o século IX, as tábuas astronómicas passaram a conter as latitudes de inúmeras localidades muçulmanas, chegando mesmo a ser estabelecida, no século XIII, a função de «astrónomo da mesquita».

Quanto aos dias da semana, estes são acompanhados por um adjectivo ordinal à excepção da Sexta-feira (*jumaa*, «dia da congregação») e do Sábado (*Sabt*, referência ao *Sabbat* judeu).

Por todos estes motivos se infere da importância extrema do calendário da Hégira para o mundo islâmico e para todos os muçulmanos.

A chegada do Islão à Península Ibérica

Nos primeiros tempos do domínio muçulmano peninsular ir-se-á assistir a uma grande adesão por parte das comunidades autóctones à “nova” religião. As comunidades

mais desfavorecidas, nomeadamente servos; escravos e a própria classe média, de uma maneira geral, que viviam subjugados e ostracizados, pelo poder visigótico, o qual lhes havia retirado até as poucas regalias e direitos, que ainda detinham aquando do domínio romano, vão aderir de forma massiva e espontânea ao Islão.⁶

A conversão era fácil, bastando, para tal, fazer a profissão de fé (*chahada*), de moto próprio, em estado de ablução maior e na presença de duas testemunhas muçulmanas. Os escravos e servos que aderiam ao Islão adquiriam o estatuto de homens livres, sendo a sua libertação, para o muçulmano, considerada uma obra de piedade. Por outro lado, todos os cristãos que se convertessem deixavam de pagar tributação.⁷

Da mesma forma, desde que não oferecessem resistência, os proprietários podiam manter as suas terras, pagando, para isso o necessário tributo. As próprias populações podem manter o seu culto religioso e respectivas tradições e não são, em caso algum, forçadas a converter-se. De maneira geral, são mantidas as divisões provinciais e administrativas herdadas dos romanos e visigodos. As terras confiscadas ao clero e à nobreza, cujo poder estava praticamente obsoleto, são repartidas por grande número de pessoas, crescendo, assim, a pequena propriedade, o que levou a um grande surto de desenvolvimento da agricultura. Os próprios servos agrícolas acabam por tornar-se uma espécie de arrendatários e, de alguma forma, gozando até de certa independência...

Há, com a chegada do Islão, de forma geral, uma melhoria efectiva e significativa da qualidade de vida das populações Ibéricas. Como aspecto importante da cultura árabe tenhamos em conta que, o Islão, “*civilização urbana por excelência*”⁸ irá ter na arquitectura e na caligrafia as suas formas artísticas supremas.

Os primeiros anos de domínio muçulmano irão ser pois de calma, conformação e mesmo de estabilização, por parte da população autóctone do ocidente peninsular para com os seus novos senhores, após a desagregação final do Estado visigótico.

⁶ Ver, sobre este tema, DOZY, Reinhardt - *Historia de los Musulmanes de España*, vol. 2, págs. 33 a 35. Não deixa de ser curioso o que a este respeito refere Dozy, neste citado livro, pág. 35 - «(...) *En general no puede ponerse en duda que la condición de esta clase fué muy dura bajo la dominación de los visigodos, cuando se examinan sus numerosas y severas leyes contra los siervos y los esclavos fugitivos, y al ver que en el siglo VIII los siervos de Asturias, cuya condición había continuado siendo la que era la de todos los siervos de España, se levantaran en masa contra sus señores.*»

⁷ Ver: DOZY, Reinhardt - *Historia de los Musulmanes de España*, vol. 2, pág. 43.

⁸ THORAVALL, Yves - *Abecedário do Islão*, pág. 37

2. Resenha histórica

[Apontamentos sobre o povoamento da Península Ibérica desde os tempos mais remotos até à dominação árabe, de forma a permitir entender melhor aquela que viria a ser a sociedade do al-Ândalus.]

O território beira-duriense desde cedo atraiu uma vasta plêiade de povos, tribos e culturas que se estabeleceram e foram deixando as suas marcas nesta região. Em Fozcôa, as gravuras rupestres são das mais antigas que se conhecem, em território ao ar livre.

No cimo do cume onde hoje se ergue o castelo de Lamego, existiu uma povoação castreja, com uma fortificação de forma arredondada, sugerida, ainda hoje pela forma da muralha.

Posteriormente, a presença romana no território ibérico irá ser, por sua vez, de importância crucial para o desenvolver da “identidade” ibérica. As legiões romanas acercam-se da região e ocupam estas povoações fortificadas, dotando-as de melhores condições de defesa. A luta pela imposição do domínio romano iria durar quase dois séculos.

Consta que o excesso de impostos terá levado a que a população de Lamego se revoltasse contra o poder romano, pelo que o governador terá chamado as legiões para impor a ordem. Estas incendeiam e praticamente arrasam toda a urbe. O Imperador Trajano terá então mandado reconstruir a cidade, dotando-a de nova fortificação e uma mais possante cerca muralhada. Lamego adquire então, em meados do século IV, o alvará de «*civitas*».⁹

Na região existem profusos vestígios de construções e povoações de época romana, nomeadamente em Cárquere e S. Martinho de Mouros (Resende); São Cristóvão de Nogueira; Tarouquela; Cidadelhe e Ferreiros de Tendais (Cinfães); Lalim; Meijinhos e Sabroso (Lamego); etc...

*“No actual concelho de Cinfães existem sinais de intensa romanização. Nos velhos castros, além dos objectos comuns (...) têm aparecido fustes de colunas, mós redondas, cerâmica, carvão, fornos com lareira de tijolos, uma inscrição referente ao imperador Augusto e outra funerária com uma invocação a Goncius, de ascendência céltica.”*¹⁰

⁹ Ver: GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, pág. 46/47

¹⁰ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, pág. 33

Havíamos visto já que a região de Lamego, bem como a própria cidade, lograram alcançar grande relevância já durante o domínio visigodo. A cristianização irá generalizar-se e Lamego tornar-se-á então, em finais do séc. V, uma das mais antigas cidades episcopais da Península Ibérica.

Os visigodos, face à desagregação e decadência acelerada do império romano, facilmente alcançam o domínio da Península Ibérica. Nesta época, graças aos senhores feudais, que adoptam a religião cristã, são edificadas as primeiras igrejas e capelas, associadas, geralmente às suas casas e propriedades. Estes templos religiosos irão constituir, posteriormente, o centro de futuras paróquias, dioceses e concílios.

Será, em parte, graças à coesão propiciada por estas primeiras instituições eclesiásticas, que será possível a salvaguarda dos valores da cultura romana. E serão sobretudo os concílios que, com o seu carácter de autênticas assembleias político-religiosas, em que através da institucionalização do direito consuetudinário e do estabelecimento das prerrogativas jurídico-económicas, irão dar origem às primeiras regalias municipais e possibilitar a organização dos futuros estados peninsulares.¹¹

A criação destes núcleos rurais, paróquias e dioceses, propiciou a aceleração da decadência do centralismo urbano característico da sociedade romana, contribuindo assim, de forma acentuada para o enfraquecimento da sua força jurídica. A organização territorial e fundiária da dominação visigótica ir-se-á manter através do longo período da dominação árabe. Contudo, a grande parte das paróquias, estabelecidas já como *freguesias*, ou seja, com o carácter de autênticas autarquias locais, “*legalizadas por usos e costumes ou por forais, só surgiram após a reconquista.*”¹²

O facto de Sisebuto ter mandado cunhar moeda em Lamego, releva da importância que a cidade e o território haviam já então alcançado, ao mesmo tempo que sublinha uma certa independência, sobretudo se tivermos em conta que só se cunhava moeda nas capitais territoriais.¹³

As vias romanas, haviam constituído um dos meios mais poderosos da dominação romana e desde cedo ligaram Lamego a outras importantes cidades da Península Ibérica.¹⁴

Uma dessas estradas, saía de Braga em direcção a Amarante e em Cidadelhe bifurcava-se, seguindo um dos ramais em direcção ao Douro. A travessia era feita junto

¹¹ Ver, COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, Lamego, 1977, pág. 64

¹² COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, Lamego, 1977, pág. 279

¹³ Ver, COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 50

¹⁴ Ver Anexos, Mapa n.º 1 - Principais vias de comunicação do al-Ándalus, pág. 67

à foz do Varosa e prosseguia na direcção de Lamego, passando pela Portela de Cambres, seguia depois para a região de Caria, passando pela Torre da Ucanha.

Mas vários outros caminhos, principais e secundários, serviam a região e a cidade. Segundo M. Gonçalves da Costa “(...) *De Vide, na actual Vila da Rua, partia um ramal para Viseu, por Fráguas, e outro para Trancoso, passando por Sernancelhe e dali continuava em direcção a Almeida e à região transcudana. No Rabaçal perduraram troços da estrada romana que descia até ao Pocinho e por Chaves seguia para Astorga. No outro extremo da diocese, uma outra partia de Castro Daire pela margem direita do Paiva, rio que transpunha em Alvarenga em direcção ao Porto e que mais tarde foi conhecida por estrada da Rainha, por se julgar construída para passagem de Dona Mafalda. Encontram-se documentadas outras vias secundárias, como a que passava a norte de Tabuaço, prolongando-se para ocidente por Barcos e Longa; a de Balsemão, por Melcões, Camba e Castro Daire; a de Lamego, pelo castro de Penude, em direcção a São Martinho de Mouros. Em documentos do século XII fala-se na «estrada mourisca» de Queimada passando «per viam covam, deinde per Ledarium et per illam viam antiquam usque in montem rasum». As inscrições de Santa Maria da Ribeira, Vesúvio e Freixo de Numão fazem supor outra estrada ao longo da margem sul do Douro.»¹⁵*

De facto, por Lamego, passavam, na altura, as mais importantes rotas comerciais da Península. Em direcção ao sul seguia uma estrada que, por Alcântara, ligava a Mérida, Córdova e Sevilha. Uma outra ligava a Coimbra, por S. Pedro do Sul e Lafões. Os peregrinos a caminho de Santiago de Compostela tinham aí passagem obrigatória, quer seguissem depois por Braga ou por Chaves.

Estas estradas, bordejadas por marcos miliários e que constituíram um dos mais poderosos meios da dominação romana, iriam novamente desempenhar a sua função, agora em favor dos exércitos muçulmanos e, sobretudo, em prol do estabelecimento de importantes rotas comerciais que possibilitaram o intercâmbio de produtos, de conhecimentos, de bens e de cultura.

Assim, mais significativo que os próprios militares, que se espalham pelo território, é a presença constante destes comerciantes árabes que, graças à relação que a Ibéria sempre manteve com o Mediterrâneo e suas rotas mercantis, percorrem agora todo o al-Ándalus e também o próprio Garb.

¹⁵ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, págs. 31/32

Este aspecto, tornou-se decisivo na forma rápida como o Islão se propagou pela Península Ibérica e na aceitação que teve nas comunidades que com ele tomavam conhecimento. O Islão é rapidamente absorvido pela população, que se arabiza e adota a língua os ritos e cultura árabe/berbere, isto quando não se converte à própria religião muçulmana (*muladis*).

A língua é, obviamente, um dos principais meios de propagação cultural e, sobre este aspecto, Juan Vernet vai mesmo ao ponto referir o seguinte: “ (...) *hacia fines del siglo X el árabe empezaba a ser lengua mayoritaria de la península gracias a la influencia política de los dominadores y a su superior cultura (...)*”¹⁶

Assim, para termos uma ideia do quanto a “arabização” penetrou no seio das comunidades ibéricas será de referir que, no século XI/XII praticamente já não é falada, no al-Ândalus, outra língua que não o árabe e as bolsas de bilinguismo são meramente residuais.¹⁷

Os árabes irão aproveitar, não só as estradas como as construções e fortificações legadas pelos povos que os antecederam. Aí estabelecem postos de defesa, beneficiam fortificações existentes e constroem algumas outras. Muitos muçulmanos para aí se dirigem para cumprir o seu dever de *Jhiad*.

O al-Ândalus sempre foi considerado um território de *Jhiad* (guerra santa), devido à sua proximidade com os reinos cristãos do norte e consecutivas guerras e conflitos.

¹⁶ VERNET, Juan, - “*Lo que Europa debe al Islam de España*”, pág. 19.

¹⁷ Ver: GUICHARD, Pierre - *Al Andalus, 711-1492*, págs. 143/144

3. **Factores que terão contribuído para a fixação dos povos árabes e magrebinos ao longo do rio Douro.**

[A sedimentação dos povos árabes/berberes na Península Ibérica foi um processo rápido, e a ocupação inicial, fulgurante. O estabelecimento ao longo da fronteira natural que constitui o rio Douro assenta em factores de vária ordem, relacionados não só com as características naturais e geográficas do vale mas também em decisões políticas e sociais bem definidas.]

Os aspectos que terão contribuído para que a fixação dos povos árabes se tenha verificado no território beira-duriense com grande intensidade e durante um vasto período, prendem-se com uma vasta multiplicidade de factores, alguns dos quais foram já apontados anteriormente.

O micro-clima existente na região, em que a zona de Lamego será mesmo a mais amena, favorece as condições propícias às culturas mediterrânicas, nomeadamente aquelas mais familiares e típicas dos povos árabes e berberes, nomeadamente: o azeite; o trigo e a vinha.

Se é verdade que, tal como afirma Cláudio Torres, o Islão é uma cultura delimitada pelo Mediterrâneo, confinada aos locais de propagação da oliveira, já vimos que Lamego é também, a norte do Mondego, a região de excepção em todo o Garb onde, a norte do Mondego, esta cultura tinha lugar.¹⁸

Sobre este aspecto será interessante abrirmos aqui um pequeno parêntesis para observarmos o que acerca da cultura da oliveira nos diz Orlando Ribeiro:

«(...) Da época muçulmana ficaram muitos testemunhos no vocabulário e na toponímia: zambujo, zambujeiro, zambujal, estes dois também nomes de lugar, como Azambuja, azeite, Azeitão (o olival), azeitona, safra, almanjarra, fanga (medida de capacidade para a azeitona), seira (?), almotolia (pequena vasilha de metal de boca estreita apenas utilizada para o azeite). Muitas palavras da mesma origem relativas ao pastoreio revelam talvez o nomadismo atávico dos muçulmanos; mas árabes e berberes também eram sedentários, as suas cidades, maiores e mais prósperas do que as cristãs, possuíam uma cintura de culturas mimosas, onde a oliveira tinha lugar; os berberes montanheiros eram mestres na construção de socalcos e na arboricultura. Os livros árabes peninsulares de agricultura referem tanto a propagação espontânea pelo caroço

¹⁸ Ver, na presente obra, o capítulo V - 4. A toponímia . 6. O nome da freguesia de Oliveira do Douro, pág. 109

*como a plantação; num ano de grande seca transplantaram-se árvores da África para Península.»*¹⁹

De facto os terrenos, muito férteis, ricos e vicejantes, desta região, são de sobremaneira atractivos para estes povos e convidam à fixação. Mas a defesa do território e dos povoados era uma preocupação constante na época e não bastavam os terrenos férteis. Eram necessárias outras condições, que possibilitassem a defesa e também, de preferência, as algaras; assaltos e razias.

As fortificações que, anteriormente, durante o período romano e visigótico, eram apenas locais de protecção dos povoados e a base para o lançamento de ofensivas e controlo das vias de comunicação, passam agora, durante o domínio árabe a ser também locais tácticos de controle e defesa do território. A localização da alcáçova é cuidadosamente escolhida, em locais elevados, de forma a dominar um vasto território circundante, possibilitar a sua defesa e, simultaneamente, servir de base para o movimento de saída e recolha das hostes, que frequentemente partem em incursões guerreiras, saques e razias.

O castelo cristão irá inspirar-se, de forma directa e imediata, nestas fortificações árabes²⁰ e o próprio termo alcáçova (*al-kasbah*) irá permanecer na língua portuguesa, passando a denominar o reduto principal da fortificação.

O Douro irá, desta forma, através da construção de variado número de fortificações, atalhias e postos de vigia, constituir a principal linha estratégica, e divisória, com os povos do norte da península, mantendo-se como território de fronteira durante vários séculos²¹.

Já Ibn Idhari, no seu *Bayan*, refere um personagem, capitão aragonês, *muladi*, chamado Abu l-Ahwas Ma'n ibn 'Abd al-'Aziz al-Tudjibi que, tendo-se passado para o campo Castelhana e Vasco, lhes indica as localidades mais vulneráveis da "fronteira".²²

Os povos anteriores haviam deixado uma rede importante de estruturas que facilitaram o estabelecimento, nomeadamente: povoados fortificados, fortalezas castrejas e romanas; pontes e vias romanas.

Os árabes, por sua vez, vão aproveitar todas estas construções ao longo do percurso do temerário rio onde são, desde logo, construídas outras fortificações e postos

¹⁹ RIBEIRO, Orlando - *Opúsculos Geográficos, IV Volume, O Mundo Rural*, pág. 109

²⁰ Ver: LUCENA, José N. Sousa - *A Beira Alta na História Militar Portuguesa*, in "Beira Alta", vol. LI, fascículos 3 e 4, 3.º e 4.º trimestres de 1992

²¹ Ver: LÉVI-PROVENÇAL, E. - *Histoire de l'Espagne Musulmane*, tome II, págs. 30; 64

²² Ver: LÉVI-PROVENÇAL, E. - *Histoire de l'Espagne Musulmane*, tome II, pág. 226

de vigia, alguns muito importantes e preponderantes, como Osma, Simancas e, sobretudo, a fortaleza Omíada de San Esteban de Gormaz, também chamada Castro Muros (ou Moros), reedificada na época do califado por al-Hakam II.²³

A imponente fortaleza de Gormaz, que se estende quase por meio quilómetro, é bem o testemunho eloquente do quanto as fortificações árabes do al-Ândalus eram, então, algo inigualável em toda a Europa ocidental. A excelência da sua construção, a forma como se implanta racionalmente no terreno, a sobriedade e graciosidade das suas linhas, demonstram não só a força do poder militar Omíada, como os meios poderosos de que Córdoba podia dispôr para assim poder edificar conjuntos fortificados tão imponentes e em tão longínquas paragens.²⁴

A prova de que o rio Douro constituía de facto, na região de Lamego, um poderoso obstáculo materializa-se na forma como, em 1057, Fernando Magno começa por invadir o território muçulmano a partir do leste e não a partir da fronteira mais próxima.

De facto, este curso fluvial estabelece uma enorme barreira física natural, a qual é a primeira a norte do limite da zona mediterrânica do Garb. Lembremos que o rio Douro era já, desde o domínio romano a fronteira entre duas importantes províncias: a *Callaecia* (Galiza) cuja capital era Braga, e a *Lusitania*, com capital em Mérida.

Por sua vez, na zona de Lamego, a proximidade de toda uma cadeia montanhosa, formada pelas serras do Montemuro e das Meadas, ao mesmo tempo que facilita o refúgio e defesa, torna também propícia a pastorícia, de características familiares aos povos berberes.

Assim, embora tenham havido incursões várias pelo norte da península logo desde o início do domínio árabe, (Muça e Abd al-Aziz) verifica-se ser apenas ao longo da linha do Douro o único sítio onde há um claro estabelecimento.

Tudo indicia, assim, que o próprio poder central (Córdoba) possa ter determinado, a dada altura, o estabelecimento de uma linha de defesa ao longo do Douro, e que seria constituída por uma série de elementos de defesa e vigia como fortalezas; *ribats*; *hisns* e atalaias.

²³ Ver: LÉVI-PROVENÇAL, E. - *Histoire de l'Espagne Musulmane*, tome II, págs. 37, 40, 179 e 184

²⁴ Ver: LÉVI-PROVENÇAL, E. - *Histoire de l'Espagne Musulmane*, tome III, pág. 64

V - Vestígios da presença árabe ao longo do rio Douro

V - Vestígios da presença árabe ao longo do rio Douro.

1. As fortificações de fronteira e os postos de vigia - O “*ribāt*” de Boassas
2. Vestígios arquitectónicos e arqueológicos
[Castelo, muralha e cisterna de Lamego. Igreja de Almacave. Igreja de Balsemão. Igreja de S. Martinho de Mouros. Castro do Morro da Mogueira.. Igreja de Cárquere. Boassas. Igreja de S. Pedro das Águias. Igreja de Barrô. Casa do Cubo. Azulejos de Escamarão. Igreja de Tarouquela. Ermida do Paiva. Túmulo moçárabe de Cinfães; Castelo de Penedono; etc.]
3. Cultura, usos e costumes
[Manifestações culturais e sociais populares. Símbolos. Resquícios de linguagem. O barco rabelo. A cultura da oliveira e da vinha. Os socalcos. As lendas e histórias de mouras encantadas, etc.]
4. Toponímia
[Monte Mouro. Almedina. Fáfel. Almacave. Almofala. S. Martinho de Mouros. Fazamões. Boassas. Açougues. Arribada. Alcáçova. Córdova. Alqueives. Arrabaldes. Barbeita. etc.]
5. Conclusão do capítulo V

1.1. A concepção urbanística da “Arribada” de Boassas (Cinfães)

*“O cimo da povoação está ligado ao bairro inferior por uma escadaria tosca e tortuosa que vale a pena descer, para se conhecer as colmeias de moradias designadas pelo nome de Arribada.”*¹

A “Arribada” constitui, indubitavelmente, a zona mais antiga da povoação de Boassas, no concelho de Cinfães. A sua estrutura, sinuosa e algo labiríntica, parece assemelhar-se, em alguns aspectos, ao urbanismo dos povoados árabes. De facto, se atentarmos bem na sua configuração, sobretudo na sua parte mais antiga, a “Arribada” (ou “Arrábida” como é também designada), verificaremos que no aspecto construtivo, no traçado urbano, na forma como as ruas e vielas se organizam em torno de pequenos pátios e terraços, há uma aparente semelhança com a forma como os árabes construíam as suas povoações.

Sabemos que a habitação de tradição árabe se desenvolvia em torno de um pátio, que ocupava cerca de um quarto da área total da casa e em redor do qual se distribuía os compartimentos². A dimensão média de cada casa era de cerca de 70 a 80 metros quadrados. O acesso à rua era feito por um átrio que desembocava neste pátio central.³

Desenvolvendo-se em cascata, ao longo da encosta, os pequenos pátios sucedem-se em volta do arruamento principal e comunicam com este através de um pequeno átrio, por vezes coberto. No centro do conjunto, existe um largo maior, denominado “*o Rossio*”. Este dá origem a três pequenas vielas que por sua vez geram, cada uma, nova sucessão de habitações e pátios. Uma vez cerrados os outrora existentes portões de acesso de cada um destes caminhos, este núcleo ficaria completamente isolado, sendo ainda um complemento de defesa o cerramento de cada uma das portas dos pátios, designadas pelas gentes da aldeia por portas “furenhas” (fronhas?).

Infelizmente já muito degradada, esta zona tem vindo a ser nos últimos tempos alvo de intervenções desastrosas, fruto de uma falta de cuidado e zelo quer por parte das próprias gentes, quer pela autarquia, merecendo urgentemente uma cuidada intervenção,

¹ DIONÍSIO, Sant’Anna - *Guia de Portugal*, pág. 554

² Ver Anexos: Fotografia de um dos típicos pátios de Boassas, pág. 44

³ Ver: TORRES, Cláudio/MACIAS, Santiago - *O legado islâmico em Portugal*, pág. 42

que urge em chegar, embora se encontre já apontada no P.D.M., que prevê, aliás, para toda a aldeia a elaboração de um Plano de Pormenor, graças ao seu interesse enquanto Zona de Valor Patrimonial, mas que, lamentavelmente, de nada tem servido.

No entanto, pese embora todos estes maltratos e delapidação que tem sofrido, a fisionomia deste núcleo principal da aldeia apresenta, ainda hoje, um certo “ar mediterrânico” pouco usual nos povoados desta região ⁴.

1.2. O “*ribat*” de Boassas e as fortificações de fronteira

O topónimo “*Arribada*”, em Boassas, afigura-se-nos revelador da evidência de uma construção defensiva designada em árabe por “*ribāt*” e que foi bastante usual nas costas e locais de fronteira do *al-Ândalus*. A presença deste topónimo, pela grande proximidade fonética com o termo original árabe, acaba por ser ainda mais evidente que Arrábida, com o qual também é conhecida esta zona de Boassas. O mesmo topónimo existe também na cidade do Porto e indiciaria a presença de uma destas fortificações.

Estas edificações parecem ter sido prolíferas ao longo do rio *Douro* e poderão mesmo ter constituído o caso inédito em todo o *Garb al-Andalus*, de uma linha defensiva, à semelhança das existentes no *Oriente* ⁵. É também no *Douro*, na região de *Barbariyya*, a qual coincide precisamente com a zona de *Lamego*, que *Ibn Hayyān* faz a mais antiga menção que se conhece à existência de “*ribats*”, no século IX, mais precisamente no ano 263/876-7 ⁶, os quais tiveram um papel preponderante na defesa do *al-Ândalus*.

Foram, sobretudo, al-Hakam I e ‘Abd al-Rahmān II os principais responsáveis pelo reforço do aparelho militar muçulmano da época nesta região. A fronteira, inicialmente tida como sendo o rio Minho, regride para o Douro, após as rebeliões dos Berberes. Há então uma tentativa clara de fixar no Douro a fronteira definitiva do norte do *Garb al-Ândalus*, sendo reforçado o poderio militar muçulmano através da construção de “*ribats*”. Paralelamente foi reforçado também o poderio administrativo sendo decretado o fim da autonomia destes territórios e colocado (pelo menos) um governador árabe em Coimbra e, talvez, um outro em *Lamego*. ⁷

Distinguiam-se estas construções das outras fortalezas pela presença de

⁴ Ver, Anexos - Fotografia da Arribada, Boassas, pág. 42

⁵ Ver: PICARD, Christophe - “*Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions*”, in “*Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb*”, pág. 207

⁶ Ver: PICARD, Christophe - “*Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions*”, in “*Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb*”, pág. 204

⁷ Ver: PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII.e – XIII.e siècle)*, pág. 111

“*marabutos*”, defensores da fé islâmica (geralmente voluntários) que, realizando o dever de praticar a *jihād*, por um período prolongado, de alguns meses geralmente, aí se estabeleciam praticando a oração, o recolhimento e a guerra, para a defesa do *dār al-islam*.⁸

A análise de uma fotografia ampliada da zona denominada *Arribada*, da aldeia de *Boassas*, revela a existência de uma estrutura que poderá ser a fortificação que deu o nome ao local. Podemos ver, numa zona de difícil acesso, um edifício que parece ter sido ampliado, mas cuja configuração inicial se assemelha a uma torre de planta quadrangular⁹. A sua localização e o envolvimento entretanto verificado pelas construções adjacentes, fazem com que, no local, esta estrutura passe despercebida.

Será necessário, contudo, uma cuidada análise ao local e talvez algumas prospecções arqueológicas, para determinar da antiguidade deste edifício e do seu uso.

Para o controle das fronteiras e dos locais de passagem destas, eram muitas vezes usados outros locais, que funcionando de forma complementar como fortificações, quer como postos de vigia, eram adaptados quantas vezes de estruturas pré-existentes ou de afloramentos rochosos naturais e designados, estes últimos, por *Penas* ou *Penhas*.

Próximo de *Boassas*, o maciço rochoso denominado *Lapa da Chã* (note-se que lapa é sinónimo de pena ou penha), parece ser um destes casos. Todas as evidências para isso apontam. O local é uma autêntica escarpa, quase a pique sobre o rio *Douro*, constituindo uma autêntica fortaleza natural, sendo também esplêndido para a observação do rio numa grande extensão, precisamente até às proximidades de *Lamego* e donde se pode observar ainda o topo da *Serra de Montemuro*.¹⁰

São detectáveis nas imediações indícios da presença humana, alguns socalcos, concavidades escavadas nos topos das rochas e até um trecho de uma calçada, aparentemente sem uso há séculos e que poderá ter sido em tempos o caminho de ligação entre a aldeia e este posto de vigia.¹¹

A própria elevação onde este maciço se insere, designa-se, sintomaticamente, “*Monte do Facho*”, topónimo que, provém do facto de, nesse local, se estabelecerem

⁸ Ver: PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII.e - XIII.e siècle)*, pág. 118

⁹ Ver Anexos - Fotografia da Arribada, Boassas, págs. 42 e 43

¹⁰ Ver Anexos - Fotografia da Lapa da Chã, págs. 49 e 50

¹¹ Ver Anexos - Fotografia aérea de Boassas e zona limítrofe, pág. 47

fachos, ou archotes, com os quais se faziam sinais luminosos e se transmitiam mensagens a longa distância ¹².

Este termo, “facho” ou “faro”, aparece como sendo o substituto do topónimo de origem árabe *Atalaia*, tão frequente no sul do território, mas que não logrou implantar-se nas regiões do norte que mantiveram as designações mais antigas. ¹³

Será de salientar que muitos destes núcleos e fortificações, aos quais acorriam constantemente os voluntários muçulmanos para aí exercer o seu dever de *jihād*, geralmente por um período de alguns meses, acabariam depois, muito provavelmente, por dar origem a pequenos povoados, como parece ser o caso de Boassas. ¹⁴

¹² PINHO, Augusto de - “*O Monte do Facho, em Oliveira, Cinfães*”, *Jornal Miradouro* de 18/10/1986, ver neste capítulo, 4. A Toponímia - *O Monte do Facho e a Lapa da Chã*, págs.108/109

¹³ Ver: LOSA, António - *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, pág. 27, págs. 1 e 8

¹⁴ Ver: PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII.e - XIII.e siècle)*, pág. 178

2. Vestígios arqueológicos e arquitectónicos

1. Muralha, castelo e cisterna de Lamego
2. Igreja de Santa Maria de Almacave
3. Igreja de S. Martinho de Mouros
4. A Ermida do Paiva
5. Igreja de Barrô
6. Sé de Lamego
7. Capela moçárabe de S. Pedro de Balsemão
8. Cárquere - Oratório, mesquita ou castelo?
9. Igreja de S. Pedro das Águias
10. Igreja de Tarouquela
11. Igreja de S. Cristóvão de Nogueira
12. Igreja de Sernancelhe
13. Igreja da Ermida (Oliveira do Douro)
14. Castelo de Penedono
15. Castelo de Numão
16. Castro do Morro da Mogueira
17. Castro das Portas de Montemuro
18. Casa do Cubo em Boassas
19. Túmulo moçárabe de Cinfães
20. Azulejos mudéjares de Escamarão
21. A “Cuba” de Miomães
22. A Torre da Lagariça
23. A Torre de Chã
24. Os lagares mouros

Lamego parece ser a zona do Douro, e mesmo de toda a região norte, onde mais se faz sentir a presença muçulmana e o rio *Douro* irá ser mesmo, durante um largo período de tempo de cerca de quatro séculos, a linha de fronteira melhor definida entre os reinos muçulmanos e cristãos de todo o *al-Ándalus*.

“Para o sul e sueste o Douro formava a linha mais ordinaria das sempre vacilantes fronteiras entre christãos e mussulmanos. (...) Cançados de tão dilatadas guerras, e de tantas devastações mutuas, godos e sarracenos tractaram sériamente da

paz, que a final foi jurada entre o émir de Cordova e Afonso III, e durou por todo o resto do reinado deste príncipe, isto é, por todo o largo período de vinte sete annos. Os limites dos territórios christãos fixaram-se definitivamente ao sul e sueste pelo Douro...”¹⁵

O rio *Douro* irá mesmo servir, a determinada altura, como veículo por onde seguem as tropas muçulmanas na conquista do território.

“Era em destruir Compostella, correndo a Galliza do sul ao norte, que o hadjeb (Al-Mansur) puzera a mira. (...) Em quanto elle atravessava o território das modernas províncias da Extremadura castelhana, Salamanca, e Beira alta, onde os seus aliados christãos se lhe vieram unir, uma frota sahida de Alcacer (Al-Kassr-Abu-Danes) ia aportar na foz do Douro, e desembarcar junto ao Porto (Bortkal, Portucale) mais tropas e apetrechos de guerra.

*(...) “Entretanto os sarracenos avançavam seguindo a corrente do Douro para o nascente, assolando tudo na sua passagem.”*¹⁶

Após muitas lutas e uma resistência persistente, *Lamego* seria finalmente tomada por *Fernando Magno* em 1057, após cerca de quatrocentos anos de domínio muçulmano. Já posteriormente a sua vocação como local de passagem é ainda acentuada pelo seguinte facto histórico: *“Affonso Henriques (...) seguido das suas cohortes, desceu das margens do Lima, veiu passar o Douro junto de Lamego, e marchou para Trancoso.”*¹⁷

Desta presença, em tão grande espaço de tempo, teriam forçosamente que ficar no território marcas culturais e civilizacionais. Se a civilização árabe tem o seu auge no *al-Andalus* e se a arquitectura é a sua forma de expressão por excelência, seria impossível que em tão grande espaço de tempo nada se houvesse consumado.

Com as deficiências existentes em termos de investigação e de estudo, sobretudo ao nível da arqueologia, tentamos ainda assim identificar esses vestígios da forma mais exhaustiva possível, guiados por vezes apenas pela intuição e por algum conhecimento que existe da região.

1. Castelo, muralhas e cisterna

Lamego, instituída em sede de valiato após o domínio muçulmano, veio a constituir parte importante, senão mesmo o centro, de uma linha de defesa definida por

¹⁵ HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, vol. 1, pág. 137 e 138

¹⁶ HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, vol. 1, pág. 154 e 156

¹⁷ HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, vol. 1, pág. 335

uma série de fortificações estabelecidas ao longo do *Douro*, em que as mais imponentes seriam: “(...) *Feira, Vila Nova de Gaia, Cinfães, Cárquere, Numão e Penedono* (...)”¹⁸, as quais pretendiam salvaguardar a defesa do território muçulmano, contra os assaltos dos cristãos, localizados nas terras do norte.

O destino da cidade de *Lamego* acaba por andar de alguma forma ligado ao de *Viseu*, vindo a ser conquistada, como referimos, pelas tropas cristãs conduzidas por *Fernando Magno*, em 29 de Novembro de 1057, sendo *Viseu* tomada no ano seguinte.

A fortificação de *Lamego*, embora tenha sido consecutivamente destruída e reconstruída, fruto das muitas batalhas ali travadas, ainda hoje apresenta notáveis vestígios de construção da época árabe.

Na zona da alcáçova podemos ver como a muralha apresenta, na sua base, um tipo de aparelho diferente do restante, escalonado e algo mais rude do que o das camadas superiores. *Cláudio Torres* compara a tipologia construtiva da muralha de *Lamego* com as de *Trancoso* e *Idanha a Velha*, datando-a do séc. IX/X e referindo-a mesmo como exemplo da técnica construtiva utilizada pelos árabes: «*As muralhas muçulmanas eram, num período inicial constituídas por um certo arcaísmo, utilizavam silhares reaproveitados e procuravam uma semelhança com a monumentalidade do aparelho romano e é visível em algumas fortificações ao longo do Douro, entre as quais as do castelo de Lamego.*»¹⁹

Lamego, tal como *Viseu*, possuía uma linha de cintura de defesa, com a sua respectiva torre de menagem, embora de área relativamente pequena, o que nitidamente é imposto pelas próprias características do local.

Será de referir que *Lamego* mantém a presença de bispo mesmo durante o domínio muçulmano, pelo que teria, logicamente, para além da sua igreja episcopal, uma importante comunidade moçárabe. Assim, a igreja episcopal não poderia pois, pelas suas dimensões localizar-se na exígua zona da alcáçova, pelo que esta dever-se-ia localizar extra-muros, provavelmente no local onde se ergue hoje a igreja episcopal de *Almacave* com a sua torre acastelada.

Os vestígios arqueológicos da época árabe, em termos de fortificação, que podemos encontrar em *Lamego* são pois, essencialmente, os restos da muralha na antiga alcáçova, hoje bairro e freguesia de *Almacave* (topónimo que indicia a preexistência de um cemitério muçulmano - *al-macab*, «recinto dos mortos, ou campo santo»).

¹⁸ CAMPOS, José A. Correia de - *Arqueologia árabe em Portugal*, pág. 66/67

¹⁹ TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago - *O legado islâmico em Portugal*, págs. 39 e 60

Contudo também a própria cisterna do castelo de Lamego, para além de muito bem conservada e de manter características notáveis e deveras peculiares, aparenta ser de origem árabe ou mourisca. Apresenta-se profusamente siglada, tal como algumas outras obras da mesma época, nomeadamente: a própria torre da sé de Lamego; a Ermida do Paiva; a igreja de Barcos; a igreja de Armamar; etc.²⁰

2. Igreja de Almacave

A igreja de Almacave parece ter sido, desde há muito, a igreja episcopal de Lamego. Aparentemente o facto da muralha primitiva, que cingia a alcáçova, ser de reduzidas dimensões, terá levado, como vimos, a que a igreja episcopal fosse construída fora das mesmas.

Apesar de não ser um monumento de época árabe, apresenta contudo alguns vestígios da presença e influência islâmica. Os próprios capitéis do portal principal são árabes ou de tradição árabe.

Embora seja um monumento românico bastante antigo, provavelmente do século XII, «(...) não tem nas suas portadas arcos semicirculares ou de meio ponto e todos os que possui são construídos segundo a técnica oriental, embora a primeira arcatura da sua portada o não pareça, por defeito de construção.

Desconhece-se a data em que foi erguida, parecendo contemporânea da torre sineira da actual catedral.»²¹

O facto de na sua base ser possível facilmente identificar vestígios de uma construção anterior, em que o aparelho é escalonado e mais rude que o dos níveis superiores, semelhante ao que era concebido pelos árabes, conjugado com o próprio topónimo árabe do local (Almacave), tem levado a que variados autores conjecturem sobre a possibilidade de aí se localizar a antiga mesquita da cidade²².

Talvez só a necessária prospecção arqueológica, e estudo sobre a época árabe de Lamego, que tanto tarda em chegar, prove definitivamente esta “suspeita”.

Apresenta este templo semelhanças com outras igrejas da região, sobretudo ao nível do portal principal, nomeadamente com as de S. Martinho de Mouros, Ermida do Paiva e Barrô. Ao nível da decoração revela também afinidades com a igreja de Tarouquela.

²⁰ Ver: GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, pág. 47 MONTEREY, Guido de - *Lamego, Terras ao léu*, págs. 161 a 163

²¹ CAMPOS, José A. Correia de - *Arqueologia árabe em Portugal*, págs. 67/68

²² Ver: PEDREIRINHO, José Manuel in - *Como reconhecer a arte Islâmica (dir. Mandel, Gabriele)*, pág. 64 e COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 603

3. Sé de Lamego

A Sé de Lamego ostenta na sua torre sineira, a qual parece ser o elemento mais antigo de toda a construção e a única reminiscência de época românica, alguns vestígios de arquitectura islâmica ou oriental. Sabendo que o local foi um arrabalde (do árabe *ar-rabad*) da cidade, onde se implantou uma significativa comunidade moçárabe, tal não deverá provocar grande admiração.

A fresta com adornos trilobados que se apresenta no alçado sul, na frontaria principal, a cerca de cinco metros do solo revela nítida influência oriental. Nesta construção podemos ainda observar outros elementos de tradição árabe ou de influência oriental, como as ameias dos telhados e as arcaturas das janelas, as quais apresentam «*curiosos relevos e aves de influência suevo-bizantina.*»²³

Apresenta-se profusamente siglada, tal como outras construções da época.

4. Capela moçárabe de S. Pedro de Balsemão

A capela de Balsemão é, sem dúvida, um caso peculiar na arquitectura religiosa portuguesa, não só pela sua singela beleza e antiguidade, mas sobretudo por se tratar de um magnífico exemplar de arte moçárabe.

Apresenta nítidas semelhanças com as igrejas de *Lourosa da Serra* e *S. Frutuoso de Montélios*. O templo foi bastante alterado na primeira metade do século XVII, de forma a ser integrado na casa dos *Viscondes de Balsemão*, tendo também sofrido algumas alterações no interior. Do exterior, porém, não é possível depreender a riqueza do seu interior.

Trata-se de um pequeno templo de planta longitudinal, de três naves, separadas por arcadas de volta perfeita, sendo as colunas encimadas por capitéis coríntios.

“*No interior desta pequena igreja moçárabe são evidentes, juntamente com as influências da arte asturiana, paralelos com peças meridionais dos séculos IX e X.*”²⁴

Os elementos moçárabes preponderantes e que se podem distinguir são: o arco ultrapassado, ou de ferradura, da entrada da cabeceira e os muros laterais que o englobam, as impostas de rolos idênticas às de Lourosa e um fragmento de alfiz que contorna as arcaduras.

²³ CAMPOS, A. Correia de - *Arqueologia árabe em Portugal*, págs. 67/ 68

²⁴ TORRES, Cláudio/MACIAS, Santiago - *O legado islâmico em Portugal*, pág. 63

5. Ermida do Paiva

A *Ermida do Paiva* apresenta afinidades decorativas com as igrejas de *Tarouquela*, *Sernancelhe*, *Cárquere*, *S. Pedro das Águias* e *Balsemão*. O pórtico principal, de arco quebrado, assemelha-se, na sua estrutura, aos de *Almacave* e *S. Martinho de Mouros*, apresentando ainda o mesmo *alfiz* em xadrez. Motivo que se repete também nos pórticos laterais de *Almacave* e *Barrô*.

As esculturas dos capitéis do pórtico principal revelam semelhanças com as de *Almacave* e *S. Martinho de Mouros* e o tímpano apresenta, em alto relevo, uma cruz bizantina.

Este vetusto e singelo templo, implantado já no limite sul da *Serra de Montemuro*, em zona que precede uma impressionante vertente da serra, contém ainda um muito interessante tecto *mudéjar* ou *hispano-árabe* ²⁵.

O “*visigotismo*” que alguns autores pretendem ver neste magnífico templo românico, nomeadamente nas manifestações escultóricas, não é mais, quanto a nós, que o emergir das suas características *moçárabes*, fruto de se implantar numa região onde a cultura árabe teve vasta implementação e que está até bem presente no nome da povoação que lhe fica mais próxima: *RIBAS*. Por outro lado, os mesmos autores, invariavelmente associam este templo ao de *Balsemão*, o que é evidente, mas o qual é hoje classificado como tendo evidentes características e influências *moçárabes*.

6. A igreja de S. Pedro das Águias

Esta igreja, para além de estar ligada às lendas típicas do imaginário popular local e que envolvem sempre “*os mouros*” ²⁶, é também um exemplo típico da forma como a influência oriental foi transmitida à arquitectura religiosa e aos templos cristãos.

Não se sabe a data exacta da sua fundação, mas já em 1117, foi feito um prazo de confirmação ligado à fundação do convento entre os frades beneditinos e *D. Pedro Ramires* e *D. João Ramires*, padroeiros do mosteiro. Note-se que na data apontada, 1117, haviam passado apenas 50 anos sobre a tomada de *Lamego* por *Fernando Magno*, devendo ainda, nessa data, ser governador do território o “*alvazir*” moçárabe, *Conde Sesnando Davidiz*.

Os vestígios e influências orientais que se podem observar são, essencialmente: o arco triunfal de ferradura no interior; o arco de ponto subido, talvez *ajimez*, da porta

²⁵ Ver: ALMEIDA, José António Ferreira de - *Tesouros artísticos de Portugal*, pág. 190/191

²⁶ Ver neste mesmo capítulo o parágrafo 3. Cultura, usos e costumes, págs. 77 a 81

lateral e a profusa decoração dos portais exteriores, com especial destaque para o grupo escultórico, de sugestão bizantina, de quatro esculturas zoomórficas, que ladeiam o pórtico principal.

O orientalismo de *S. Pedro das Águias* é tão acentuado e evidente que *Reynaldo dos Santos* colocou mesmo a hipótese de terem trabalhado neste templo artistas árabes.²⁷

7. Cárquere - Oratório, mesquita ou castelo?

Ao visitar o conjunto arquitectónico acastelado que engloba a igreja de Santa Maria de Cárquere notei, na capela românica adjacente, dos Condes de Resende, uma singular janela com nítidas influências orientais e com parecenças com outras existentes em Tarouquela e S. Pedro das águias. Contudo, só após a descoberta providencial dos alfarrábios de Correia de Campos e após nova visita ao local, foi possível descortinar um pouco o segredo envolto naquele misterioso conjunto.

O referido autor chama-nos a atenção para «(...) *as duas extraordinárias e desconcertantes janelas de arcaria do altar-mor (...)*», salientando a desarmonia estilística existente entre o conjunto formado por estas e pelo altar-mor, com o resto da igreja românica e acabando por referir ainda que, «*poder-se-ia dar a hipótese de a capela-mor ter sido destruída e substituída por esta edificação. A hipótese porém é de rejeitar por haver na mesma edificação estranhas mísulas e um fecho de abóbada de estilização diferente do corpo da igreja. Daí concluímos ser esta pequena edificação anterior à igreja românica. A confirmar a nossa conjectura, observámos num dos lados uma estreita janela, que fora aberta para iluminação, quando o oratório estava isolado, antes de se erguer a igreja românica, sendo depois a referida janela tapada ao alargar-se o templo. Também notámos, surpreendidos, que os modilhões, já empregados pelos árabes, mas considerados ainda pelos nossos críticos de arte como românicos tivessem sido apostos na pequena edificação, aliás indevidamente classificada de gótica!*»²⁸

Será de referir que uma dessas janelas, que refere Correia de Campos, era anteriormente uma porta, como tivemos oportunidade de observar no local ²⁹, o que vem corroborar a sua tese de que esta parte da igreja é anterior e não posterior ao resto da edificação, pois não faria sentido a existência de uma porta na ábside a dar directamente para o altar-mor.

²⁷ Ver: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 607

²⁸ CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, págs. 109 a 112

²⁹ Ver anexos, fotografia da janela da ábside de Cárquere, pág. 7

Correia de Campos deduz assim uma evolução a partir de um pequeno *morábito* ou *oratório muçulmano* para uma mesquita e posteriormente igreja cristã, o que não será de estranhar e sucedeu, como hoje se sabe, em outros locais. Não seria, na realidade, despropositado, ou descabido de sentido, fazer uma reavaliação, através de novos estudos e escavações arqueológicas no local, desta parte da igreja românica de Cárquere. A própria ideia de que a capela-mor será do período gótico, essencialmente devido à existência da abóbada de nervuras, arcos de ogiva e colunas com capitéis é difícil de conceber, uma vez que, se assim fosse se apresentariam manifestamente injustificados em termos das opções construtivas ali encontradas.

Por outro lado, atendendo a que a abóbada de nervuras existente era já bem conhecida dos alarifes árabes, assim como o arco de ogiva e as colunas com capitéis, como o demonstram os mais variados monumentos da arquitectura islâmica, não nos causa espécie admitir uma construção de época árabe com estas características naquele local, sabendo ainda que Cárquere chegou também a ser referido pelos autores árabes da época como uma fortaleza, a qual se encontra associada a nomes como *al-Surunbāqi* e *Ibn Marwân “al-Jilīqi”*.

Ibn Marwân e Cárquere

Cárquere foi pois, notavelmente, um importante reduto e centro de defesa muçulmano. Há referências várias em autores árabes ao local a que chamavam *Karkar*. Hoje, também o facto de haver na Síria uma povoação com este mesmo nome não nos parece mera casualidade³⁰.

Este local está também associado aos dois nomes históricos da dissidência muçulmana já referidos - Ibn Marwân e Sa'dun ibn Fath al-Surunbāqi a quem o rei D. Afonso III entregou a fortaleza de *Carcar*, junto ao Douro.³¹

Correia de Campos refere um artigo publicado pelo historiador e arabista Dr. Francisco José Velozo na revista *O Islão* (Agosto 1969, n.º 5) intitulado: *Um Muçulmano Precursor da Independência Portuguesa: Bem Marvão, o Galego* e que refere o seguinte: «*Este irrequieto muçulmano, em 868, à frente de conversos e cristãos, revolta-se em Mérida, a antiga capital da Lusitânia, contra o Emir ou Sultão Mafamede I. Em heróica resistência consegue favorável capitulação, alcançando mesmo que se*

³⁰ Ver: ROBIN, Christian Julien - "As Tribos da Arábia Deserta", Revista «História», n.º especial "Para Compreender o Islão", pág. 20

³¹ Ver: PICARD, Christophe - *Le Portugal Musulman (VIII.e – XIII.e siècle) L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, pág. 122

lhe entregue o lugarejo de Caria, de nome Bataliôce, a moderna Badajoz, que procura fortificar.

Sabendo que antes de completar as obras de defesa do seu lugarejo ia ser atacado por Háxim, para o reduzir à obediência, retira-se, dirigindo-se com os seus partidários para “os espaços vazios que separavam as populações muçulmanas e cristãs”, como refere Benalcotia. O lugar escolhido foi o castelo de Cárcer ou Cárcuer. Diz o historiador Francisco José Velozo: “Não nos atrevemos a identificá-lo com Santa Maria de Cárcuer, não longe de Lamego, mas não seria absurdo, nestas condições. O Galego não poderia levar as suas forças para o sul, a meter-se na boca do lobo, como alguns sugerem... Dali envia Sádum Arromarri, também converso (note o segundo nome), apoderar-se de Mons Salutis, na antiga Lusitânia. A seu pedido, Afonso III, o Magno, Rei de Leão, mandou-lhe tropas, que ele junta às suas hostes”. Vence por fim Háxim, que aprisiona, mas que tratou benignamente, não obstante, quando depois de vencido, em Córdoba, este o ter mandado esbofetear e insultar.

Depois de ter fortificado convenientemente Badajoz, instala-se nesta praça de guerra com a sua corte, daí governando todo o território lusitano a sul do reino da Galiza. Triunfante, morreu em glória, dando início a uma nova dinastia, que só terminou em 930. O seu nome completo era Abderramão bem Marvão Beniunus, o Galego.

Protegido por Afonso III, de Leão, e tendo-se instalado no castelo de Cárcuer, certamente teria lá ampliado o pequeno morábito, transformando-o em mesquita. E seria esse material que, em parte, foi aproveitado, como dissemos, quando foi feita a igreja românica de Santa Maria de Cárcuer. Harmoniza-se assim o que tínhamos deduzido na classificação do material observado, com os textos históricos.»³²

Ibn Marwân (‘Abd al Rahmân Ibn Marwân ibn Yūnus) apelidado pelos historiadores árabes de Ibn al-Djillīqui («o filho do Galego»), porque originário de uma família do norte de Portugal que se havia instalado em Mérida, era pois um *muladi*, ou convertido ao Islão, que se revoltou contra o poder do Emir Mohammed I e tendo de fugir para o norte, obtém protecção por parte do rei de Leão, D. Afonso III e refugia-se no castelo de Cárcar.³³

A povoação de *Marvão*, que identificamos nas proximidades da Régua, junto a S. Leonardo da Galafura, onde existe também um cemitério árabe, acaba por reforçar

³² CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, págs. 111 a 112

³³ Ver, SIMONET, Francisco Javier - *Historia de los Mozarabes de España*, Tomo III, pág. 509 e LÉVI-PROVENÇAL - *Histoire de l'Espagne Musulmane*, vol. I, págs. 295 a 298

esta ideia e dar ainda mais evidência a todos estes factos. Em Cinfães (Nespereira) existe também uma outra povoação com este mesmo topónimo.

8. Igreja de S. Martinho de Mouros

A visita, fortemente aconselhada, a este impressionante monumento, dificilmente deixará alguém indiferente. Não fossem alguns, poucos, elementos de simbologia religiosa e pensaríamos estar em presença de uma construção militar.

Aparentemente, este carácter fortificado do templo deve-se, segundo Gonçalves da Costa, à «*necessidade das populações neo-godas ou cristãs se defenderem contra os ataques dos muçulmanos refugiados nas vizinhanças após a reconquista.*»³⁴

Tal afirmação, talvez não seja destituída de sentido, embora nos pareça que o carácter fortificado possa ser já uma herança de uma construção anterior, pois, à semelhança do que se passa em outros monumentos, tais como Almacave, Castro da Mogueira ou a muralha de Lamego, também aqui é possível observar o método construtivo típico árabe, nomeadamente um embasamento em pedra de carácter mais rude e aparelhado de forma escalonada.

O mesmo autor acaba por também chegar a essa conclusão, referindo que «*talvez primitivamente consistisse num alcácer mourisco do alto do qual os vigias dominavam as veredas de Montemuro, prontos a dar rebate em caso de perigo e a chamar a gente para defesa da povoação.*»³⁵

Pinho Leal refere que no arco cruzeiro da igreja é possível observar a data de 707, mas que “*é tradição firme que remonta à ocupação dos mouros, e que fora obra deles, como muitos outros templos da península*”³⁶. Esta data porém, caso exista, o que não conseguimos apurar, não se poderá referir a construção islâmica, tal como é mencionado por Gonçalves da Costa pois, como é sabido, a “invasão” muçulmana só se dá a partir de 711.

A igreja de S. Martinho de Mouros apresenta semelhanças, nomeadamente quanto ao pórtico principal, com a Igreja de Almacave em Lamego, Ermida do Paiva em Castro Daire e ainda Barrô em Resende.³⁷

³⁴ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 608

³⁵ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 608

³⁶ LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 5, pág. 240/241

³⁷ Ver: www.monumentos.pt (DGEMN)

9. Igreja de Barrô

Esta belíssima igreja, de um românico tardio, (século XIII), foi classificada como Monumento Nacional em 1922. A torre sineira, nitidamente desfasada, é obra muito posterior, datada do século XVII.

O corpo principal da igreja detém um pórtico lateral, de arco apontado, decorado com um *alfiz* em xadrez, assente em impostas de tímpano cego, bastante parecido com os pórticos principais das igrejas de Almacave; S. Martinho de Mouros e Ermida do Paiva. Tal facto deve resultar da influência e proximidade desses templos bem mais antigos.

É ainda de notar o facto de apresentar também afinidades com as igrejas de Escamarão, S. Cristóvão de Nogueira e Tarouquela (Cinfães) ³⁸.

10. Igreja de Tarouquela

A Igreja de Santa Maria Maior de Tarouquela, em Cinfães, é monumento nacional classificado desde Março de 1945. Trata-se de uma notável construção, indubitavelmente de época românica, mas que apresenta vestígios de aproveitamento de outras construções, que foi sofrendo alterações consecutivas e restauros múltiplos ao longo dos tempos.

Também nesta edificação podemos encontrar a marca dos *alarifes* árabes, ou dos seus ensinamentos.

Assim, a sacristia aparenta ser construção muito antiga e rudimentar. Acentua esta ideia o seu próprio portal que dá para a frente sul, a qual possui um outro portal. Este facto invulgar, só será explicável se considerarmos que um dos portais já existiria anteriormente. A portada mais antiga parece ser a que não tem colunas e deverá ser material de aproveitamento.

Os modilhões exteriores desta edificação transformada em sacristia, são diferentes dos do resto da igreja e assemelham-se aos utilizados em monumentos de época árabe e que acabaram por ser utilizados também em muitas construções portuguesas posteriores.

Existem ainda duas janelas geminadas, em ogiva, construídas segundo a técnica árabe, cujo carácter vetusto e arcaico apenas ajuda a acentuar a noção de que não pode, de forma alguma, esta parte da edificação ser posterior ao corpo da igreja, mas sim o

³⁸ Ver: www.monumentos.pt (DGEMN) e DIONÍSIO, Sant' Anna - *Guia de Portugal*, V volume, pág. 712

contrário ³⁹. Este mesmo tipo de fenestração, por outro lado, aparece também em algumas edificações de época árabe nos territórios do sul de Portugal.

Também no interior é possível identificar alguns elementos dissonantes do resto da construção e que, segundo Correia de Campos, constituirão material de aproveitamento “*suevo-bizantino, de arte popular*”. Poderemos ainda, no interior da igreja, profusamente decorada, detectar outros elementos, nomeadamente de tradição árabe, como as arcarias cegas e capitéis de duplo colarinho. A existência deste profuso material de aproveitamento sugere com relevo e evidência a possibilidade da existência anterior de um outro templo.⁴⁰

Para além do apontado, notamos ainda semelhanças evidentes entre a decoração das janelas e portais desta igreja com as de S. Pedro das Águias e Cárquere. Apresenta ainda semelhanças com as mencionadas igrejas de Balsemão, Ermida do Paiva, Barrô e Sernancelhe.⁴¹

11. Igreja de S. Cristóvão de Nogueira

Bastaria o facto de esta igreja apresentar semelhanças com a de Tarouquela para se justificar aqui a sua inclusão. A comparação com Santa Maria Maior de Tarouquela acaba também por relacionar esta igreja directamente com outras do mesmo período.

Infelizmente, trata-se de um templo que sofreu muitas alterações ao longo do tempo. Mantém, contudo, à semelhança das outras edificações da mesma época analisadas, alguns indícios de aproveitamento de material anterior, nomeadamente no centro exterior da cabeceira, onde é possível observar vestígios de um arco.

Os arcos existentes são de ogiva, geralmente descritos como “apontados” e apresentam fecho de arco à oriental. Também a decoração apresenta semelhanças com outros templos da época. A ornamentação com esferas que debrua o pórtico principal assemelha-se à utilizada na Igreja de Escamarão. Todas estas semelhanças dever-se-ão, neste caso, a influências de construções congéneres, o que não será de estranhar atendendo à proximidade com as mesmas e à profusão de elementos árabes e orientais existentes na região.

A este templo encontra-se associada, também, mais uma lenda de “mouros”. Assim, diz a população autóctone que os “mouros”, que vêm como gigantes de força

³⁹ Ver CAMPOS, José A. Correia de - *Arqueologia árabe em Portugal*, págs. 57 e 58

⁴⁰ Ver CAMPOS, José A. Correia de - *Arqueologia árabe em Portugal*, pág. 58

⁴¹ www.monumentos.pt (DGEMN) e COSTA, M. G. da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. IV, pág. 602

sobre-humana, transplantaram, em uma só noite, esta igreja, desde os designados “*campos de Nogueira*” para a sua localização actual.

12. Igreja de Sernancelhe

A singela Igreja matriz de Sernancelhe não esconde as suas raízes populares e aparenta uma mui vetusta fundação. Terá sido reconstruída em 1124 pelos senhores donatários que nessa época atribuíram foral à vila.

O facto de se fazer menção a uma “reconstrução” pressupõe, obviamente, uma pré-existência. De facto, atendendo à existência integrante de elementos decorativos pré-românicos, não nos causa espécie alguma admitir estar em presença de mais uma igreja onde intervieram *alarifes* árabes, ou mesmo reparada nos fins do século X pelos prisioneiros muçulmanos, como terá sucedido noutras igrejas da região.

Gonçalves da Costa refere a possibilidade de poder tratar-se de um templo de época sueva, chamando a atenção para “*a pia de água benta aberta num capitel visigótico, os drapejamentos num troço de escultura, as tampas de sepulturas ornadas de cruzes suévicas, as insculpturas no friso do cruzeiro em forma de serra ou espinha de peixe*”⁴².

Este autor coloca ainda este monumento no mesmo grupo da igreja moçárabe de Balsemão.

13. Igreja da Ermida (Oliveira do Douro)

A Igreja da Ermida é um pequeno templo hoje praticamente desconhecido. Foi a igreja paroquial da freguesia de Oliveira do Douro, Cinfães, até inícios do século XX. Há alguns anos atrás, aquando da elaboração do Plano Director Municipal de Cinfães, pedimos a sua classificação como património municipal, depois do choque de uma primeira visita, em que na sacristia, transformada em pocilga, habitava o respectivo inquilino. A chuva infiltrava-se sob o telhado degradado, fazendo sair a cal das paredes, revelando os frescos há tanto tempo escondidos. A vandalização era bem visível, nas lápides partidas e no chão revolvido. O pedido de classificação foi aceite, mas os resultados...nulos.

Hoje a degradação aumentou... e a ruína é eminente.

Embora não exista praticamente documentação sobre este edifício, trata-se de um templo muito antigo, cuja ábside, seguramente de época românica inicial, apresenta

⁴² COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 611

uma muito bela janela. Trata-se, na realidade, de uma fresta ladeada por duas colunas, encimadas por capitéis de rude decoração, aparentemente zoomórfica. O capitel do lado direito não se apresenta identificável, enquanto o do lado esquerdo aparenta ser figura de animal selvagem, talvez um leão.

O arco apresenta um *alfiz* de formas geometrizes idêntico ao do portal de S. Pedro das Águias.

A circundar a ábside, e logo abaixo da altura da janela, existe um friso decorado também com formas geométricas, a lembrar alguns motivos visigóticos.

14. Castelo de Penedono

Este singular castelo, de magnífica beleza e imponência, cuja existência no século X se encontra documentada, sendo referido num testamento datado de 11 de Junho de 960⁴³, parece ser um dos mais importantes e bem conservados da época árabe, existentes ao longo do Douro.

A construção das suas muralhas, de forma claramente diferente da geralmente usada em outras construções do género em toda a região, evidencia o método de construção árabe, em que fiadas de pedra miúda se sobrepõem a outras maiores, ligadas por uma argamassa especial e assim sucessivamente, tal como se podem encontrar nas fortificações árabes de Salé e nas muralhas de Rabat, em Marrocos, por exemplo.⁴⁴

Este castelo haveria ainda de mudar novamente de mãos, passando novamente para o domínio árabe com as incursões de Almançor e só após 1055, data em que Fernando Magno atravessa o Douro na região de Zamora e entra na província da Beira, é que este passa definitivamente para o domínio cristão.

15. Castelo de Numão

Este imponente castelo (classificado como monumento nacional em 1910), que era aliás um burgo fortificado, localizado a cerca de 700 m de altitude, na margem sul do Douro, encontra-se já referido no ano de 960, no testamento de D. Flâmula Rodrigues e terá sido arrasado pelos irmãos Tedon e Rausendo Ramires, nas suas incursões guerreiras contra os dominadores muçulmanos.

Na encosta Este, junto à designada porta de S. Pedro e onde existiu uma capela com o mesmo nome existem dez sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. Este

⁴³ GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, pág. 69 e CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, págs. 69 e 70

⁴⁴ Ver Anexos, fotografia do castelo de Penedono, pág. 55

local é designado usualmente pela população local como sendo o “cemitério dos mouros”. Existe uma outra porta, designada “do sol” e cujo caminho que lhe dá acesso é designado pela população como sendo a “calçada romana”. O recinto possui no centro uma cisterna circular, sem cobertura. A designada “torre da vaca”, localizada a Oeste, possui embasamento escalonado, tal como os árabes construíaam as suas fortificações, tal como se pode ver em S. Martinho de Mouros e Lamego.

Os vestígios parecem, assim, apontar várias épocas de ocupação, desde a civilização castreja, passando pelos romanos e pelos árabes, até ao período românico ⁴⁵.

Esta fortificação fazia parte, sem dúvida, da linha de defesa fronteiriça estabelecida ao longo do Douro, reforçada e ampliada no período árabe e dispunha de uma *atalaia* donde, graças à sua posição elevada, eram enviados avisos para as outras fortificações circundantes: Numão, Penedono, etc. ⁴⁶

16. Castro do Morro da Mogueira

As referências à época do domínio muçulmano, em S. Martinho de Mouros, não se ficam apenas pelo nome e pela toponímia. No local, mais exactamente no designado “Castro do Morro da Mogueira”, estação arqueológica classificada como Imóvel de Interesse Público em 25 de Junho de 1984, “*onde em 1891, Leite de Vasconcelos identificou «uma estação luso-romana» e parecem ser os vestígios de um castro romanizado*” ⁴⁷, foram identificadas ruínas de “*uma muralha em pedra com um aparelho de blocos bem organizados*” ⁴⁸ do período árabe.

Localizando-se na margem esquerda do Douro, no cimo de uma imponente escarpa granítica que se eleva aos 450 metros, quase totalmente rodeada por duas linhas de água e de muito difícil acesso, na proximidade de importantes locais de passagem, nomeadamente do que se localiza a montante de Porto de Rei, muito próximo de Mogueira e que “*corresponde provavelmente ao traiectus de um ramal da estrada Mérida-Braga*” ⁴⁹, a qual ligava a Córdova e Sevilha ⁵⁰, era, sem dúvida, o local propício para o estabelecimento das forças árabes, na delimitação e controlo da linha de defesa formada pelo Douro, da mesma forma que o havia sido anteriormente para os romanos.

⁴⁵ Ver: CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, págs. 49 a 52

⁴⁶ Ver: DIONÍSIO, Sant’ Anna - *Guia de Portugal*, volume V, págs. 793 a 797

⁴⁷ MANTAS, Vasco Gil - *A inscrição rupestre da Estação Luso-Romana de Mogueira (Resende)*, in “Revista de Guimarães”, volume XCIV, pág. 362

⁴⁸ TORRES, Cláudio/MACIAS, Santiago - *O legado islâmico em Portugal*, pág. 61

⁴⁹ MANTAS, Vasco Gil - *A inscrição rupestre da Estação Luso-Romana de Mogueira (Resende)*, in “Revista de Guimarães”, volume XCIV, pág. 370

⁵⁰ Ver Anexos: Mapa das Vias de Comunicação, pág. 67

É também referida a existência no local de um provável “*cemitério mourisco e um rochedo côncavo, com sinais de uma azenha ou pisão de moer sementes*”⁵¹, bem como a probabilidade de se tratar de um castro, ocupado posteriormente por romanos e mouros.

Na base deste morro, do lado nascente, existe uma furna de grandes dimensões a que o povo chama “Buraca da Moira” e que dizem ser um túnel por onde os mouros levavam os cavalos a beber ao rio mas que, tudo leva a crer, será porém uma saída alternativa ou uma cisterna.

17. Castro das “Portas de Montemuro”

O designado castro das Portas de Montemuro (I. I. P., Decreto n.º 735/74 de 21-12), povoado fortificado datado da Idade do Ferro, parece integrar, conjuntamente com outros povoados fortificados da região, parte de uma linha de defesa da própria Serra de Montemuro, durante o período do domínio árabe.

Arnaldo Rocha⁵², defende mesmo a sua origem entre os séculos VIII e X, o que, porém, não nos parece provável. Antes nos parece mais aceitável que tenha existido um aproveitamento, por parte dos povos árabes/islâmicos, de uma estrutura pré-existente, tal como era usual e fizeram noutros locais da região como, por exemplo, no anteriormente referido Castro da Mogueira, em S. Martinho de Mouros.

A presença de variados topónimos na região montemurana, à qual anda associada a memória da população local de renhidas batalhas entre “*mouros e cristãos*”, ajuda a sedimentar esta ideia, da existência de fortificações que ajudassem a defender e controlar o território.

De facto, nas gentes do Montemuro, ficou bem gravada a memória de ferozes e renhidas batalhas, travadas no planalto montemurano, entre mouros e cristãos (entre os “nossos e os mouros”, como dizem). Os locais das lutas, geralmente referidos, são “O Campo de S. Pedro”, “O Perneval” e a “Lagoa de D. João”.

Assim, não nos custa a crer que outros castros da região, como o de Aldeia (ou das Corôas) em Ferreiros de Tendais; o de Sampaio, próximo de Cinfães e o de Tendais; bem como as Torres de Chã e da Lagariça, possam ter feito parte de todo este sistema defensivo e de vigia.

⁵¹ DUARTE, Joaquim - *S. Martinho de Mouros*

⁵² ROCHA, Arnaldo - *A muralha das Portas, algumas considerações para uma leitura diferente*, in “Terras de Serpa Pinto n.º 2”, págs. 31 a 43

18. A Casa do Cubo - Boassas (Cinfães)

Estranhamente, e apesar da sua grande antiguidade, a aldeia de Boassas não tem um templo religioso de época remota. A sua capela, tendo em conta os vestígios antigos da povoação, que remetem para épocas anteriores à fundação da nacionalidade, é recente - data de 1710. A própria capela particular da Casa do Cubo, é mais antiga, deverá datar de inícios do século XVII, pois tem no seu interior um túmulo datado de 1650. Salientamos, contudo, o facto de que, esta capela, ao contrário do que é frequente nas casas senhoriais, não se encontra integrada ou adossada à referida casa, mas sim bastante afastada.

Sobre este pequeno templo refere o historiador M. Gonçalves da Costa:

*“No mesmo lugar (de Boassas) fundou o P.e Manuel Pereira a capela da Senhora do Amparo, obrigada a 24 missas por ano e 2 ofícios de 7 padres, um deles celebrado durante a Quaresma. A 10 de Junho de 1650, o cónego Clemente Gonçalves Carneiro, em sé vacante, passou licença de nela se dizer missa, depois de satisfeitos os 3.440 réis da chancelaria. Em 1726, a administração pertencia a António Barbedo.”*⁵³

Defendemos, em determinada altura, a hipótese de haver sido durante muito tempo a Casa do Cubo a capela (ou igreja) de Boassas⁵⁴. De facto muitos vestígios para isso apontam, porém, hoje, pensamos que a sua origem será ainda supostamente mais remota. Atendendo às características muito antigas da construção e de alguns dos seus motivos decorativos aparentarem ser de época românica; atendendo ainda à provável fundação árabe da aldeia, somos levados a pensar que, também aqui, poderá estar mais um elo de ligação de todos estes elementos.

Será que a construção original que veio a transformar-se naquela que é hoje a *Casa do Cubo*, poderá ter sido, inicialmente, o *ribāt* muçulmano que originou a *Arribada* e posteriormente a capela da aldeia? Talvez só uma apurada investigação e algumas escavações arqueológicas o permitam saber.

A própria designação *Casa do Cubo*, que até agora sempre nos pareceu enigmática e algo anacrónica, ganha lógica e revela algum sentido, quando analisada à luz de uma provável origem árabe do povoado. De facto, o topónimo *CUBO* poderá provir da palavra árabe *qūbba*, que designa o pequeno edifício religioso, onde se abrigavam os eremitas *sufis*, de planta quadrada e cobertura semi-esférica, também designado *morábito* e muito comum no Alentejo.

⁵³ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. IV, pág. 375

⁵⁴ Ver: CERVEIRA PINTO, Manuel da - *A Casa do Cubo*, in *Terras de Serpa Pinto*, n.º 6, págs. 69 a 74

Textualmente a palavra *qūbba* significa cúpula.

A explicação em voga, que remete para uma parte da edificação localizada na parte superior que detém forma cúbica e que, assim, teria dado origem ao nome da casa não é plausível uma vez que esse acrescento da casa é recente, provavelmente de inícios do século XX, finais de XIX e, já muito anteriormente, nos séculos XVII e XVIII, a casa era assim designada em documentos da época.

Será ainda de salientar que a varanda da casa do cubo constitui um dos melhores locais em Boassas para se observar o rio Douro.⁵⁵

19. O túmulo moçárabe da Igreja Matriz de Cinfães

Até ao momento apenas encontramos referências a este túmulo, existente no interior da Igreja Matriz de Cinfães, em Correia de Campos. Segundo este autor e colocando desde já as necessárias reservas, estaremos em presença do túmulo de um *“personagem cristão com indumentária árabe”*.⁵⁶

Trata-se de um túmulo aparentemente muito antigo, de uma rudeza singular, no qual a estátua jacente não apresenta feições. Estes dois factos, o não apresentar feições, à semelhança do que era frequente na representação figurativa dos artistas muçulmanos, de forma a respeitar os preceitos do Alorão e o tipo de indumentária com que o personagem se encontra representado, sugerem estarmos na presença de pessoa importante, sepultada de forma cristã, mas que terá adoptado a cultura árabe.⁵⁷

O facto de a estátua jacente não apresentar feições afigura-se intencional, uma vez que o sarcófago onde esta se encontra lavrada está assente sobre dois cachorros, que embora esculpidos também de forma rude e grosseira, apresentam as respectivas cabeças trabalhadas. Por outro lado, sabe-se que eram precisamente os personagens nobres, mais abastados e de maior posição social, que aderiam mais facilmente à cultura árabe/islâmica. [Basta ver casos como os dos próprios reis D. Afonso X “o sábio”, ou D. Diniz e, até na própria região, primeiro com os condes que se juntam a Almançor e posteriormente na forma como o comando de Lamego, após a sua conquista pelos cristãos, acaba por ficar por um largo período de tempo nas mãos de moçárabes como Echa Martim, o qual havia mesmo sido anteriormente o último *vali* mouro de Lamego e

⁵⁵ Ver Anexos - Fotografias da “Casa do Cubo”, págs. 52/53

⁵⁶ CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, pág. 112/113

⁵⁷ Ver, CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, pág. 112/113

D. Sesnando ⁵⁸ governador de Coimbra e que fora *vizir* no supremo conselho do famoso *emir* de Sevilha Ibn Abed al-Mu'tamid.]

Este sarcófago, acompanhado de um outro também muito antigo teriam vindo da anterior igreja de Santo António, instituída no ano de 1388 e entretanto demolida para dar lugar ao templo actual, parecendo porém ser bem mais antigos que esta, atendendo às suas características arcaicas e rudes, que não se coadunam de forma alguma com as estátuas jacentes de outros túmulos da mesma época.

Sem outros elementos que nos ajudem a esclarecer esta questão, resta-nos apenas concordar com Correia de Campos na aceção de que talvez “*a abertura do mausoléu desse solução ao interessante problema.*” ⁵⁹

20. Os azulejos *mudéjares* da igreja de Escamarão

A vetusta e singular Igreja de Escamarão, Imóvel de Interesse Público classificado em 1950 é referida, por vezes, como tendo afinidades com as igrejas de Barrô e Tarouquela ⁶⁰.

Referente a este templo será, sem dúvida, invulgar e digno de registo, a existência de dois painéis de azulejos (em árabe, *al-zulayj*) *hispano-árabes*, ou *mudéjares*, nos frontais dos altares da igreja românica de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão, também em Cinfães.

Este conjunto representa também mais um profundo golpe na ideia pré concebida de que a influência da arte islâmica e *mourisca* não terá chegado até aos territórios do norte de Portugal, assim como na própria noção de que o mesmo se terá verificado no entrosamento entre a arte islâmica e cristã, de facto muito mais evidente no sul do país.

Da mesma forma, provando tratarem-se de facto de azulejos *mudéjares*, ver-se-á confirmada ainda a ideia, defendida por Adalberto Alves, de que, afinal, a fabricação de azulejos também foi uma realidade no *Garb al-Ándalus*.

De qualquer modo e independentemente disso, teremos agora que concordar plenamente com o citado autor quando afirma que “*é questionável a asserção, geralmente aceite, de que não teria havido fabrico de azulejos no Garb al-Ándalus*”. ⁶¹

⁵⁸ Nota: D. Sesnando administra Lamego e o seu território a partir de 1064/1065

⁵⁹ CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, págs. 112 /113

⁶⁰ Ver: www.monumentos.pt (DGEMN)

⁶¹ ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, pág. 53

21. A “cuba” de Miomães

Um périplo por terras de Resende, aquando de uma das visitas ao Mosteiro de Cárquere, através de estradas recentes e menos conhecidas levou-nos à passagem por Miomães. A singularidade da edificação, adossada a um edifício de autêntica arquitectura tradicional, prendeu-nos de imediato a atenção, pois não é nada usual depreendermo-nos com uma igreja redonda e de cobertura em abóbada, nesta região.⁶²

Por momentos pensamos estar no sul, pois a construção assemelha-se a alguns oratórios, cubas ou morábitos existentes no Alentejo, como o de Galveias, o de Brotas, ou mesmo o da igreja de Santana em Peniche⁶³.

A adaptação destas estruturas a capela de casas senhoriais, ou mesmo a igrejas, foi bastante frequente, sobretudo no Alentejo e sul de Portugal e acabou também por influenciar alguns tipos de construção.

A casa terá sido edificada no século XVII, porém a capela evidencia ser pré-existente e a casa é que lhe terá sido adossada.

Será ainda de notar que os oratórios ou cubas de planta redonda são mesmo os mais raros e invulgares, o que acaba por nos fazer pensar que, mesmo que o exemplo em questão, não se trate de um monumento da época árabe, a influência da sua cultura na região teria que ser grande, para se fazer sentir de forma não só a serem adoptados modelos invulgares no norte da península como, inclusive, os genericamente menos utilizados.

22. A Torre da Lagariça

A torre da Lagariça é um impressionante monumento que, por vários motivos merece ser visitado. O seu carácter histórico vetusto e imponente, assim como a própria localização, inspiraram o romance de Eça de Queiroz intitulado “A Ilustre Casa de Ramires”. Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1977.

Não nos deveremos enganar muito se apontarmos a sua fundação para meados ou final do século X. A edificação, circundada parcialmente por muro semi-circular, seria inicialmente uma atalaia ou torre de vigia.⁶⁴

Apresenta pequenas janelas geminadas de ogiva, de tipo oriental, embasamentos marcados e um mata-cães apoiado em mísulas.⁶⁵

⁶² Ver: Anexos. fotografia da Capela (ou morábito) de Miomães, pág. 61

⁶³ Ver CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, págs. 85 a 115

⁶⁴ Ver, www.monumentos.pt (DGEMN)

⁶⁵ Ver: fotografia da Torre da Lagariça, pág. 57

Aparenta ser um monumento semelhante à Torre de Chã, no extinto concelho de Ferreiros de Tendais, actual concelho de Cinfães e que foi o solar da família Pinto, senhores de Riba de Bestança e do Paço de Covelas.

23. A Torre de Chã

Esta fortificação, hoje desaparecida e da qual existem apenas alguns registos, está ligada a factos históricos relevantes de toda a região de Cinfães, nomeadamente do também extinto concelho de Ferreiros de Tendais.

Diz a lenda ter sido edificada por Giraldo Giraldes “o sem pavor”, famoso guerreiro *moçárabe* bem conhecido, cuja fama ombreia com o Cid “o campeador”. Se o facto não é confirmado pelos dados históricos, não deixa de ser curiosa a relação com a personagem, sobretudo em sabendo-se da sua ligação com os muçulmanos. Por outro lado esta torre, que é descrita e mencionada por vários autores, como por exemplo Camilo Castelo Branco no seu romance intitulado “*Maria da Fonte*”, teria uma fisionomia idêntica, como já referi, à da Torre da Lagariça e está, inclusive, relacionada com a mesma família dos Pintos. Será também de notar o epíteto desta família: “Pintos de Riba de Bestança, Senhores da Torre de Chã”.

Quanto a nós, esta designação poderá ser reveladora da própria função da torre, e os Senhores da Torre de Chã poderiam mesmo ser, pois, nada mais nada menos, que os *Pintos do “Ribāt” de Bestança*.

Curiosamente até na própria posição geográfica ambas as torres se assemelham.

Supomos que, no local, será ainda possível detectar alguns elementos deste vetusto monumento, sobretudo na chaminé da actual casa. A pequena capela adjacente e que sobreviveu à destruição, denominada de Sto. António, é bem mais recente e parece datar do século XVII, a avaliar por uma inscrição existente no retábulo interior, que diz o seguinte: “*Esta capella mandou fazer Francisco de Oliveira e Brito e sua mulher Isabel Pinto da Costa*”. 1671.”.

Nas imediações existem algumas lajes tumulares, uma delas prefigurando-se antropomórfica, que parecem indiciar a presença de uma necrópole.

O melhor registo gráfico que se conhece deste antigo monumento, entretanto desaparecido, é um desenho à pena do Dr. José Cabral Pinto de Rezende.⁶⁶

⁶⁶ Ver anexos - Desenho da Torre de Chã, pelo Dr. José Cabral Pinto de Rezende, pág. 59

24. Os lagares «mouros»

Em Boassas é notável a produção de azeite, o que é sugerido logo pelo nome da própria freguesia onde se insere - Oliveira do Douro. Toda a povoação se encontra rodeada de oliveais. As outras culturas preponderantes são a vinha e os laranjais. Seria portanto mais do que natural que existissem locais onde se pudesse fabricar o azeite, o que de facto acontece. Dentro da povoação existem, pelo menos, dois lagares (aqui chamados azenhas), afastados algumas dezenas de metros. Um deles ainda funcionaria há não muito tempo, do outro, mais antigo, não existe memória do seu funcionamento. Na realidade trata-se, neste último caso, de uma construção muito antiga que sofreu ao longo do tempo muitas alterações, tendo servido de cantina, posto de correios, palheiro e arrecadação de material agrícola. Recentemente detectamos, na ombreira de uma antiga porta deste mesmo edifício, duas inscrições com a data de 1072, das quais não foi ainda possível verificar a autenticidade.⁶⁷

Ao comprovar-se esta data estaríamos, portanto, em presença de um autêntico “lagar mouro”, isto se tivermos em conta que Lamego só é tomada definitivamente pelos cristãos em 1057, e que a partir de 1064/1065 a própria administração do território irá ser feita pelo *moçárabe* D. Sesnando.

Ainda nas proximidades de Boassas foram identificados mais dois “lagares mouros”, estes abertos na rocha, um próximo do cemitério de Oliveira do Douro e outro junto à Quinta do Paço, na Chamusca, próximo da povoação de Fundoais⁶⁸.

Este último, após visita ao local, parece-nos contudo ser o aproveitamento de uma sepultura escavada na rocha, posteriormente adaptada a lagar⁶⁹.

Também no vizinho concelho de Resende, junto à igreja românica de Nossa Senhora da Assunção, em Barrô, foi identificado um outro lagar da mesma época.

⁶⁷ Ver: Anexos, fotografia da inscrição do “Lagar mouro de Boassas”, pág. 45

⁶⁸ PINHO, Luís M. Silva - *Subsídios para o inventário arqueológico do Vale do Bestança*, pág. 14

⁶⁹ Ver: Anexos, fotografia do “Lagar mouro da Chamusca-Boassas”, pág. 46

[Manifestações culturais e sociais populares. As lendas e histórias de mouras encantadas. Símbolos. Resquícios de linguagem. O barco rabelo. A cultura da oliveira e da vinha., etc.]

As lendas de mouras encantadas

As terras de Lamego, à semelhança do que se passa um pouco por todo o país, é pródiga em lendas de “*mouras encantadas*”. Assim, no *Castelo de S. Paio*, próximo de Cinfães diz o povo haverem os *mouros* feito uma estrada subterrânea entre este local e o *Poço Negro, no Ribeiro de Cabris*⁷⁰, isto à semelhança do que em Resende sucede com a denominada “*Buraca da Moira*”, no já citado *Morro da Mogueira*, onde afirmam, construíram os *mouros* um túnel que desembocava no Rio Douro e que lhes permitiria, em época de cerco prolongado, abastecerem-se de água e levar os próprios cavalos a beber.

Da mesma forma, afirmam também que no *Castelo da Aldeia*, (*Castro Cio* ou do *Monte das Corôas*), na freguesia de Ferreiros de Tendais, em Cinfães, teriam os *mouros* feito uma passagem subterrânea que iria ligar ao Rio Bestança. A tradição menciona também que nas proximidades construíram os *mouros* (ou tentaram construir) uma ponte.

Seja como for, não se nos afigura que seja de desprezar a ideia de que estes castros da região (castelos, como lhes chama o povo) terão sido, em regra, ocupados pelos *mouros*, uma vez que possuíam material para construir abrigos e fortificações e se localizavam em locais estratégicos de onde era fácil organizar a defesa e vigiar o território, sobretudo o rio Douro. Se muitos haviam já sido anteriormente ocupados pelos romanos porque motivo não o haveriam de ser agora pelos árabes?

Neste citado *Castro da Aldeia*, para além da óbvia referência toponímica, existe também um muito interessante forno que se afigura medieval e umas curiosas “furnas” escavadas na rocha saibrosa que aparentam ter sido celas de eremitas (poderiam ser *sufis* ?).

A povoação de Boassas e seus arredores também não escapa à regra das lendas de mouros. Sítios como a “*Lapa da Chã*”, a “*Pedra que bole*”, a “*Bulha*”, etc., são os

⁷⁰ Ver: PEREIRA, Vergílio - *Cancioneiro de Cinfães*, pág. 30

locais encantados referidos, na maior parte dos casos, pelos populares.

Na Penajóia, perto de Lamego, o impressionante afloramento rochoso chamado “Castelo dos Mouros” é também alvo de uma curiosa lenda, aí existiriam “*grutas subterrâneas, onde uma moura encantada guardava um tesouro. Estavam aí duas talhas escondidas. Uma faria a riqueza de quem a encontrasse, pois teria ouro a mais não poder ser. A outra - a talha da peste - se achada, não só mataria o curioso, como arrasaria toda a freguesia...*”⁷¹

A história ou lenda mais vulgar prende-se, porém, com as *Fontes da Moura*, que segundo a tradição eram habitadas por uma moura que, nas proximidades, guardava os seus tesouros debaixo de uma penedia. De uma forma geral, minas, poços e grutas andavam invariavelmente associados a este tipo de imaginário.

Nenhuma destas lendas porém se assemelha às “*Lendas de Ardínia e de Alcanides*”, do castelo de Lamego.

A lenda de Ardínia (Ardénia ou Ardinga)

A lenda da Princesa Ardínia revela-se de especial significado para o estudo desta região, da sua cultura e do seu património, acabando mesmo por ser um interessante elo de ligação entre vários elementos e símbolos populares da região. Senão vejamos: O pai da lendária princesa chama-se Huim Alboácem e terá sido *vali* de Lamego (este nome vai adquirindo várias cambiantes e aproxima-se muito daquele que é tido como o fundador de Boassas - Zidi Abolace). O cavaleiro cristão chama-se D. Tedon (ou Tedo) que é o nome de um rio da região, afluente do Douro. Por outro lado, parte da cena passa-se no local onde hoje se ergue o singelo templo românico de S. Pedro das Águias, o qual manifesta nítidas influências orientais na sua concepção.⁷²

Reza assim a descrição da lenda de Ardínia pelo licenciado Jorge Cardoso, no tomo I do seu «Agiologio Lusitano»:

«Em Lamego, a violenta morte da Princesa Ardinga, filha de um rei mouro daquela cidade, ao tempo que nela, e na maior parte de Espanha dominavam os (...) Ismaelitas. Esta levada da fama das grandes façanhas do ilustre capitão Tedon, bisneto do rei D. Ramiro II de Leão, que o mundo apregoava, e vencida do amor, e casta afeição de o alcançar por consorte, disfarçada ausentou-se do palácio de seu pai, em companhia de uma sua colaça, e havendo caminhado alguns dias, fugindo das estradas,

⁷¹ LARANJO, F. J. Cordeiro - *No Compasso do Concelho de Lamego (24 Freguesias)*, pág. 67

⁷² Ver neste capítulo o ponto 2. “*Arqueologia e arquitectura*”, págs. 60/61

veio ter ao mosteiro de S. Pedro das Águias da Ordem de São Bento na comarca da Beira, de que era abade Gelásio, monge de muito santa vida, o qual alcançando nas primeiras palavras, que com ela falou, quem era e o fim da sua vinda, lhe persuadiu, que se o queria ter por bom terceiro em sua pretensão, havia primeiro que seguir a fé de Cristo, o que ela de boa vontade aceitou, e instruída na doutrina e Sagrados mistérios, recebeu a água do Santo Baptismo. O que sabendo seu pai, veio dissimuladamente em sua busca e com infernal furor (não se fiando de outrem) ele próprio por suas mãos afogou, em ódio de nossa sagrada religião, que havia professado: pelo que piamente cremos goza na glória esta purpúrea rosa (nascida entre os espinhos da seita maometana) da ilustre coroa de mártir.”⁷³

Detectamos ainda uma outra versão, aparentemente mais recente, que diz o seguinte:

«Ardinga era uma formosa princesa moura, pouco mais que adolescente. O pai, “váli” de Lamego no Século X, guardava para o califa de Córdova (hoje Espanha) esta terra, mas verdadeiramente guardava-a para si das tentativas de conquista do rei leonês. Neste cenário de guerra desabrochou o amor no coração de Ardinga. No castelo contavam-se histórias de heróicos cavaleiros cristãos e de um melhor que todos – D. Telon, que batalhava nas montanhas de nascente. Ardinga ouvia estas narrativas e sentia mais fervor por elas que pelas repetidas histórias das “Mil e Uma Noites” que as aias lhe contavam com os olhos de sono. E o seu coração prendeu-se ao cavaleiro cristão com o mais belo dos amores. Certa noite, juntamente com uma irmã que lhe anima o sonho formoso, fugiu do castelo. Seu amor levava asas e guiou-lhe os passos por caminhos das cristas difíceis de transpor, por vales onde repousa à sombra das ermidas. Num alcantil do rio Távora – São Pedro das Águias, eremitério confundido com os rochedos – o abade Gelásio animava os guerreiros e curava-lhes as feridas da alma e do corpo. Ardinga beijou-lhe o manto e contou-lhe o seu segredo. Mas o seu cavaleiro, perdido nas lutas, demorava a tomar posse do seu coração, já feito cristão pelo baptismo. Enfurecido, o “váli” seu pai procurou Ardinga pelo caminho que conduz aos cristãos. Encontra-a e, duro no perdão, mistura o sangue mártir da filha com as águas inocentes do rio. Quando o cavaleiro cristão chegou, só conheceu a tragédia. Nunca mais o seu coração de poeta havia de amar senão a memória do amor da jovem princesa moura. Hoje, as rotas de Ardinga passam por muitos templozinhos

⁷³ Ver: www.mundodacultura.com

cristsãos de românico saboroso, construídos com amor sobre as ruínas das ermidas que guiaram a princesa.” ⁷⁴

A lenda de Alcanides

Esta lenda vem, de alguma forma, complementar a anterior e revela também uma grande carga simbólica.

“Em muitas noites, noutros tempos, nos céus de Lamego, quando não havia o clarão da lua cheia, podia ver-se pairando sobre o castelo da cidade uma alva pomba que enebriava de suave aroma todo o ambiente. Era a alma de Alcanides, a irmã colaça de Ardínia. Aquela, prodigiosamente, teria salvo agarenos em difícil empresa. Estes, haviam enterrado na capela de Nossa Senhora da Paz a imagem desta Senhora. D. Tedon (ou Tedo), que teria jurado vingar a morte de Ardínia, mandou colocar a imagem de Nossa senhora numa balança e exigiu o seu peso em prata. Por mais metal precioso que os mouros deitassem no outro prato, a balança não se equilibrava. Pedida a intervenção de Alcanides que estava presa nas masmorras do castelo, como cúmplice na fuga de Ardínia, logo a presença daquela teve a arte de fazer equilibrar a balança e, assim, foram libertados os reféns de D. Tedon. Ela não quis a libertação que lhe foi oferecida.

Após a morte a sua alma passou a pairar sobre o castelo sempre que não havia luar.” ⁷⁵

As mouras encantadas do castelo de Lamego

“Um rei mouro, muito antigo, levado por poderosa fada feiticeira, mandou abrir, secretamente, no bairro do castelo, três túneis para uma sala, cada qual com a sua porta fechada. Mais, fez afixar uma legenda à entrada destas portas. Numa estava escrito: “peste que pode matar gente até uma légua em volta”; noutra: “tesouro de grande riqueza”; e numa terceira: “encantamento”. Mas, ficou também ali uma advertência: cuidado, que estão as legendas trocadas.

Este senhor do castelo, um dia, receando ser morto pelo nosso Rei D. Afonso Henriques, resolveu fugir, sem ver modo de levar consigo as suas três filhas “formosíssimas e jovens”. Assim, pediu a uma fada feiticeira que o acompanhava, que as encantasse. Tomaram as três lindas mouras o bálsamo do encantamento, que lhes

⁷⁴ Ver: www.unex.es

⁷⁵ Ver: www.mundodacultura.com

permitia “duração eterna”, ficando guardadas “no dito subterrâneo aonde existem”...Também foi encerrado, noutro túnel, o tesouro real.

*E lá se foi o rei mouro para os Algarves. Pensava voltar um dia, com a fada que lhe desencantaria as filhas, e haveria igualmente o tesouro escondido. Faleceu em Tavira. A fada que o acompanhou, também. Continuam no bairro do castelo as três princesas mouras... Quem as procura receia abrir por engano o túnel da peste, e todos têm desistido”.*⁷⁶

A lenda do Ladoeiro do Castelo de Lamego

Esta é uma das lendas, quanto a nós, mais belas e significativas, pelo que revela relativamente ao próprio sentimento das pessoas quanto aos chamados «mouros».

*Assim, «(...) segundo a tradição, os mouros teriam plantado, junto ao castelo, a árvore africana do ladoeiro, perpetuada nas armas da cidade, cujos frutos fazem esquecer a pátria e assim por cá ficariam para sempre. Só que, fora de África, o ladoeiro não dá frutos.»*⁷⁷

A “breza” de Montemuro

Jorge Dias descobre, em plena serra de Montemuro um cesto cujas semelhanças são, segundo a sua própria expressão, “flagrantes”, com um cesto egípcio da XII dinastia, encontrado por *Gayet*, no túmulo de *Antinoe*.

Este tipo de cesto, de formas variadas e de utilização diversa, é assim chamado por ser construído com *breza*, ou seja, colmo ou palha de centeio atada com silvas. Este objecto artesanal é ainda hoje manufacturado em Cinfães nas povoações serranas de Bustelo da Laje e Gralheira de Montemuro.

Jorge Dias acredita estar em presença de um caso de difusão a partir do próprio Egipto, até porque a sua técnica de fabricação se espalha por todo o Norte de África e regiões ainda mais longínquas, sendo portanto muito provável que tenha sido trazido para a Península por um cesteiro berbere aquando da “invasão” muçulmana⁷⁸, mas poderá também ter sido trazido por um dos muitos egípcios que integravam essas expedições. O citado autor menciona também, como provável, a difusão da técnica de fabricação da *breza* para outros locais, onde é possível encontrar este tipo de cestaria (Amarante, Oliveira de Azeméis e Bragança), a partir da própria serra de Montemuro.

⁷⁶ Ver: <http://castelos>. Planetaclix.pt

⁷⁷ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, págs. 73/74

⁷⁸ Ver: DIAS, Jorge - *Estudos de Antropologia*, vol. II, pág. 147

A canção marroquina do cancionero de Cinfães

Também na música os vestígios da presença árabe se fazem notar na região. Em meados do século XX, Vergílio Pereira elabora a recolha do notável “*Cancioneiro de Cinfães*” e surpreende-se ao encontrar uma canção “*de extrema raridade e, porventura, único exemplar conhecido no nosso País, até ao momento. A «Coreia» n.º 264, concebida em compasso OCTANÁRIO*”. Para acentuar, ainda mais, o carácter único deste “achado”, verifica que este ritmo se julgava mesmo, até esse momento, exclusivo da música marroquina. O mencionado *Cancioneiro de Cinfães*, refere:

“Recolhida na freguesia de Travanca. Tipo melódico: coral de Luthero. Género melódico: Chula. A notar: pela primeira vez aparece grafada uma cantiga tradicional portuguesa no compasso OCTANÁRIO, que parecia exclusivo da música clássica dos marroquinos, gerada na Península durante os séculos X a XV (no Alandalus).

*A divisão binária do tempo, em oposição ao «tempo perfeito», era novidade no século XIV. O presente compasso, como aliás, o quinário, solicitam-nos para o problema da leitura das tercinas na música dos trovadores.”*⁷⁹

Que - ro can - tar e não pos - so, Que - ro can - tar
e não pos - so. Nem meu co - ra - ção m'a - juda; Nem
meu co - ra - ção m'a - juda; Mor - reu - m'o 'meu Pai em
Bra - ga. Mor - reu - m'o meu Pai em Bra - ga. Sou fi - lha du -
-zha vi - úva. Sou fi - lha du - ma vi - úva. Mei - a vol - t'ao
par. Eu bem «na» sei dar; Tenho o meu a - mor. Não «no» vou dei -
- xar. Ó de re - - pum - pum. Tor - na a re - pu -
- nar; Ten - ho o meu a - mor Não «no» vou dei - xar.

⁷⁹ PEREIRA, Vergílio - *Cancioneiro de Cinfães*, pág. 108

“Quero cantar, que m’*ouvides*,
Já que eu *vos* falar não posso;
Eu quero que vos lembreis,
O meu coração *qu’*é vosso.

Eu dava-te uma castanha,
Se o castanheiro m’a desse;
Eu prometi *de* ser tua,
Se o meu amor não viesse...”⁸⁰

Vergílio Pereira refere ainda um outro exemplo detentor de influência oriental, nomeadamente a canção n.º 193, recolhida em Moimenta, em que, à semelhança do que acontece na música árabe, vai acelerando à medida que se aproxima do fim.

Resquícios de linguagem

Alguns termos de origem árabe são ainda usados na região, ou eram até há bem pouco tempo. Muitos desses termos estão ligados à agricultura e às medidas utilizadas, como por exemplo: o arrátel; a teiga, o alqueire e o almude. Na serra de Montemuro, os pastos têm a designação, proveniente do árabe, de *alqueives* (as pessoas pronunciam *alquêves*).

São vulgares termos como: alarido; algazarra; arrais; almadia; alcova; aldrava; tabique; albornoz; aljube; ceroulas; açafate; albarda; alforge; almofariz; almotolia; açacaia; acéquia; açude; azenha; nora; açafão; regueifa; azeitona; tremoço; alfarroba; tâmara; acepipe; alaúde; adufe; rabeça; etc...

Na gastronomia é também possível encontrar indícios da presença árabe, em comidas como a açorda; a aletria, as filhós, os formigos; etc.

São ainda usuais expressões como: “oxalá” [se Alá quiser!], “tem força como um mouro”, “mourejar” ou “trabalhar como um mouro”.

O barco rabelo

Há quem aponte origem Viking para os barcos rabelos, o que, diga-se, nos parece bastante improvável, pelo menos não tanto quanto a outra hipótese geralmente aceite, que é a de ser de origem árabe, ou pelo menos mediterrânica. De facto, a sua

⁸⁰ PEREIRA, Vergílio - *Cancioneiro de Cinfães*, págs. 516/517

forma assemelha-se, ainda que vagamente, aos barcos egípcios do Nilo e alguns autores situam mesmo o seu aparecimento em entre os séculos IV e IX.⁸¹

Uma presença constante de quase quatrocentos anos, (contrastando com a cultura Viking que apenas se fez sentir esporadicamente) um conhecimento profundo tanto da arte da navegação, como da própria construção naval, aliados à cultura da vinha, que na época parece ter sentido grande impulso, parecem-nos motivos bem mais que suficientes para sugerir uma provável origem árabe do barco rabelo, ou pelo menos influenciar grandemente a sua adaptação e transformação.

A própria existência de um barco de nome árabe existente no Douro, denominado *azurracha* e que poderá ser o antepassado do barco rabelo, dá maior credibilidade a esta opção.

A azurracha

Trata-se de um barco, de configuração semelhante ao rabelo, embora sem vela. A sua denominação, provém da língua árabe e significa pequena embarcação. “*Azurracha*, s. f. embarcação usada no rio Douro, com um remo a servir de leme (espadela) e dois remos laterais. (Do árabe az-zallaj, espécie de barca)”⁸²

Poderá ser o próprio barco rabelo também uma “herança” árabe ?

Armando de Mattos no seu livro “*O barco rabelo*”, refere essa possibilidade. Será, sem dúvida, interessante e talvez profícua uma investigação neste campo, nomeadamente através do contacto com alguns marinheiros dos rabelos, alguns dos quais ainda são vivos e habitam em Boassas e Porto Antigo, no concelho de Cinfães.

O mestre arrais

Este era o nome dado ao capitão do barco rabelo. Será interessante verificar a proveniência deste nome.

Assim, segundo o dicionário: “*arrais*, s. m. 2 núm. patrão ou mestre de um barco ou lancha. (Do árabe ar-rāiç, «capitão de um navio»)”⁸³

Símbolos

O sino saimão - Em Boassas os marinheiros dos barcos rabelos usavam nos

⁸¹ Ver: MONTEREY, Guido de - *Miomães (Resende), O rio Douro, os barcos rabelos*, in Jornal Miradouro n.º 1337, de 11 de Janeiro de 2002

⁸² COSTA, J. Almeida / MELO, A. Sampaio e - *Dicionário da Língua Portuguesa*, pág. 226

⁸³ COSTA, J. Almeida / MELO, A. Sampaio e - *Dicionário da Língua Portuguesa*, pág. 178

braços uma tatuagem de um sino saimão ou estrela de David (de seis pontas). Este símbolo oriental é ainda hoje utilizado na porta das casas, gravado nas pedras ou no cimento. Para este mesmo efeito é também utilizada a estrela de cinco pontas. É elemento decorativo usado nas igrejas de Cárquere e Tarouquela.

Por curiosidade e a este respeito, transcrevo uma passagem do livro de Alves Redol, Porto Manso:

“A neblina da manhã amaciava os longes. As quebradas dos montes vinham juntar-se em baixo, suavemente, segredando o caminho do rio. Os refegos, acastelados, ficavam no horizonte, como panejamentos de cores suaves, onde havia cinzentos fimbros de moreno baço com laivos de neve, tão branco se tornara o nevoeiro com o contacto da luz do sol. Nos primeiros planos das dobras dos montes ainda se desenhavam copas de árvores em borrão; mas, lá adiante, só ficava o dentado dos cerros mais altos em caprichos de formas. E aldeias espalhadas. Porto Antigo e do outro lado do Avestância, Souto do Rio. Depois Buaças, lá longe, onde os homens trazem tatuado nos braços um sino-saimão.” ⁸⁴

A estrela de cinco pontas

Nas portas das casas encontram-se, ainda hoje, gravadas na pedra ou no cimento, estrelas de cinco pontas. Este símbolo era também utilizado nos barcos rabelos. As pessoas usam-no ainda e dizem que serve para “dar sorte”, ou para afastar o “azar”, o “mau olhado”, ou a “cousa ruim”.

A cultura da oliveira e da vinha. Os socalcos

A as culturas da vinha da oliveira e do trigo são elementos primordiais para a fixação dos povos do sul. O facto de em alguns locais do vale do Douro ser possível encontrar alguns microclimas que propiciam a sua cultura será um factor importante e mesmo decisivo, para que estas comunidades aí se venham a instalar.

Sabendo que *“os berberes montanheiros eram mestres na construção de socalcos e na arboricultura”* ⁸⁵, não será difícil imaginar o contributo precioso que terão dado para a transfiguração da paisagem do alto Douro vinhateiro.

⁸⁴ REDOL, Alves - *Porto Manso*, pág. 163

⁸⁵ RIBEIRO, Orlando - *Opúsculos geográficos*, pág. 109

“As provas”

Há ainda pessoas em Boassas que se lembram deste ritual. Assim, era costume, após a noite de núpcias o noivo e sua família, no meio de grande algazarra, percorrerem os locais principais da povoação mostrando um lençol ensanguentado, como prova da virgindade da noiva. Este ritual, digno de ser estudado por um antropólogo, parece ter grandes semelhanças com o que se passa em algumas comunidades árabes/berberes, nomeadamente em Marrocos, ainda nos tempos actuais.

Infelizmente não foi possível obter grandes informações, sobretudo escritas, acerca deste assunto.

Porque nunca foi Boassas preponderante em termos políticos?

Segundo *Felgueiras Gayo*, terá sido *Jorge Vaz Campello* o primeiro instituidor do *Morgado de Aboças* (Boassas). Este era pai de *Anselmo Campello*, cidadão do *Porto* e Juiz do concelho de *Ferreiros de Tendais*, que viveu em *Boassas* e aí faleceu em 29-06-1638. Esta informação é corroborada por M. Gonçalves da Costa que diz, referindo-se ao brasão da Casa de Revogato em Oliveira do Douro: “...o avô paterno, Anselmo Campelo, filho do P.e Jorge Campelo, que lhe deu o morgado de Boassas, instituído por testamento de 29 de Abril de 1580.”⁸⁶

Boassas era nesta época a maior povoação da freguesia e a mais importante. Embora a sede de freguesia fosse em *Oliveira do Douro*, podemos verificar, segundo as “Memórias Paroquiais” datadas de 1758 que enquanto a sede da freguesia, possuía dezassete casas de habitação, *Boassas* tinha na mesma altura oitenta e sete e *Ferreiros de Tendais*, embora fosse vila, possuía apenas quarenta e um fogos.

Este facto revela-se bastante estranho uma vez que a povoação terá sido sempre, tanto no passado como até aos dias de hoje, a maior, mais rica e mais populosa da região. Por outro lado, sabemos também que muitos dos próprios “governadores” do concelho, capitães e sargentos-mores, eram daí naturais e viviam em Boassas (alguns, na mencionada “Casa do Cubo”).

Porque motivo não era então Boassas a sede concelhia, ou pelo menos de freguesia?

Será que a resposta poderá estar no próprio passado histórico da aldeia, relacionado de alguma forma com a sua origem árabe, ou com uma persistência de outros ritos, outra cultura...outra religião?

⁸⁶ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. IV, pág. 376

A toponímia, que a princípio parecia ser algo secundário nos nossos estudos, foi ganhando cada vez uma maior preponderância, até se tornar um factor muito importante e significativo, sobretudo para compreender melhor o povoamento durante a época do domínio árabe/islâmico, na região que nos propusemos estudar.

Pedro Cunha Serra ao analisar a toponímia do noroeste peninsular⁸⁷, apercebeu-se de que a cidade de Lamego, assim como a própria região, constituíam algo digno de ser melhor estudado. Acabaria por publicar, posteriormente, um pequeno estudo apenas sobre o caso da região de Lamego, intitulado “*Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*”, onde começa por comparar Lamego com outros focos de moçarabismo conhecidos, nomeadamente: Coimbra, Lorvão, Lafões e Arouca⁸⁸.

No entanto, estamos em crer que este é apenas mais um importante factor, a juntar a muitos outros, que assinalam peremptoriamente quão forte foi o impacto da cultura e da civilização árabe/islâmica nesta região.

Limitamo-nos, neste caso, a recolher apenas os topónimos da região de Lamego, nomeadamente do espaço outrora designado por “Beira-Douro”, salvaguardando, no entanto, algumas excepções, justificadas pelo seu significado e importância, e também pela proximidade.

Siglas adoptadas [segundo A. de Almeida Fernandes]

CT - *Contribuição Topoantroponímica*, por Cunha Serra

DC - *Diplomata et Chartae - Portugaliae Monumenta Historica*

DP - *Documentos Particulares - Documentos Medievais Portugueses*

DR - *Documentos Régios - Documentos Medievais Portugueses*

IS - *Inquisitiones - Portugaliae Monumenta Historica*

LP - *Livro Preto da Sé de Coimbra*

Alguns topónimos árabes da região

S. Martinho de Mouros. No vizinho concelho de Resende, bem próximo de Boassas, ainda nas faldas da serra do Montemuro e a meio caminho entre Cinfães e Lamego, existe a povoação denominada *S. Martinho de Mouros*.

⁸⁷ Ver: SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Anthroponímica Para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1967

⁸⁸ Ver: SERRA, Pedro Cunha - *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, pág. 11

A designação do local provirá do facto de que, devido à fertilidade do local, os muçulmanos tenham resistido com todas as suas forças à conquista cristã, motivo pelo qual, sendo já tomado todo o território do noroeste, “(...) *estando ainda S. Martinho nas mãos dos Mouros, os cristãos de Resende, falando de S. Martinho, lhe chamavam «de Mouros»*”⁸⁹. Sabe-se que após a tomada de Lamego por Fernando Magno muitos muçulmanos fugiram para as montanhas, enquanto outros se refugiaram e continuaram a resistir nos castelos das imediações, nomeadamente: S. Justo, Tarouca, S. Martinho de Mouros, Ceiça, Travanca e Penela.

É conhecida a existência, em local próximo de S. Martinho de Mouros, no designado Castelo ou Morro da Mogueira, de um provável “*cemitério mourisco e um rochedo côncavo, com sinais de uma azenha ou pisão de moer sementes*”⁹⁰, bem como a forte probabilidade de se tratar de uma povoação castreja ocupada posteriormente por Romanos e Mouros.

Na base desta elevação, do lado nascente, existe uma furna de grandes dimensões a que o povo chama “Buraca da Moira” e que, dizem, seria um túnel por onde os mouros levavam os cavalos a beber ao rio, sendo mais provável, porém, que fosse uma saída alternativa em caso de cerco, ou uma cisterna.

Ainda no mesmo concelho de Resende, e bem próximo de *S. Martinho de Mouros*, existe uma aldeia que, sugestivamente, se denomina **Córdova**. Junto a Tabuaço existe um local chamado **Sevilha** e junto ao Douro, próximo de Lamego - **Marrocos**.

Mais a ocidente, em Castelo de Paiva, na freguesia de Paraíso, junto ao rio Paiva, uma outra povoação denomina-se *Almançor*, facto que nos leva a pensar que o caminho romano existente ao longo do rio Paiva, denominado já em 1067 de *carraria antiqua*, poderá ter sido o percurso utilizado pelo célebre *hájibe* Almançor, na sua campanha de 997 a Santiago de Compostela⁹¹.

É sabido que, no regresso dessa célebre campanha, é precisamente em Lamego que Almançor estaciona as suas tropas e faz a repartição do saque pelos condes (cristãos) da região, que o acompanharam.

Marvão, lugar da freguesia de Nespereira, concelho de Cinfães.

Em 1258 escrevia-se *Marvam*. Este topónimo, que existe noutras regiões do país, como por exemplo na freguesia de **Moura Morta** próximo da Régua, no concelho

⁸⁹ DUARTE, Joaquim - *S. Martinho de Mouros*

⁹⁰ DUARTE, Joaquim - *S. Martinho de Mouros*

⁹¹ Ver: PINHO, Luís M. Silva / LIMA, António M. C. / CORREIA, Alexandre L. - *Roteiro Arqueológico de Cinfães*, pág. 34

de Santa Marta de Penaguião, deriva do nome pessoal que os árabes aportaram para a Península, *Merwân* ou *Marwân* ⁹².

Este topónimo poderá estar relacionado com a presença do príncipe muçulmano (*muladi*) de Badajoz, cujo nome era ‘Abd al Rahmân Ibn Marwân ibn Yūnus (apelidado al-Djillīqui, “o Galego”) e a quem o rei D. Afonso III entregou a fortaleza de Cárquere, da qual ainda hoje resta a torre da alcáçova, junto à famosa igreja. ⁹³

Couce, o mesmo que **Alcouce**. Lugar na freguesia de Oliveira do Douro do concelho de Cinfães, próximo de Boassas.

É um topónimo frequente em Portugal e provém do árabe *al-kauç*, que significa «o arco». ⁹⁴

Barbeita, nome de duas aldeias na província de entre Douro e Minho, arcebispado de Braga; nome de lugar na freguesia de Oliveira do Douro e de uma quinta na freguesia de Ferreiros de Tendais, ambas no concelho de Cinfães e próximo da aldeia de Boassas.

Significa o campo da casa. Provém do árabe *barr baita*, nome composto de *barr* - campo e de *baita* - casa. ⁹⁵

Sáimes, lugar da freguesia de Espadanedo do concelho de Cinfães.

Este topónimo aparece em 1101 sob a forma de *Zalimes*, o que remete para a sua origem o nome pessoal árabe *Sâlim*. ⁹⁶ Almeida Fernandes sugere que, tratando-se de plural se deve referir a “*descendência de indivíduo desse nome, o qual teria aqui arroteado e feito morada*”. ⁹⁷

Outros topónimos árabes da região de Lamego:

Aboadela, lugar da freguesia de Cepões do concelho de Lamego. É também o nome de uma freguesia do vizinho concelho de Amarante.

Em 954 era Abohadella (954 DC 68). Deriva do nome pessoal árabe *abū’ abd Allah*, e que significa «pai do servo de Deus» ⁹⁸. Refira-se, como curiosidade, que este era o nome do último rei de Granada, Mohamed XII, que entregou a célebre cidade,

⁹² Ver: SERRA, Pedro Cunha - *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, pág. 20

⁹³ Ver neste capítulo o ponto 7. *Cárquere - Oratório, mesquita ou castelo?*, *Ibn Mariuân e Cárquere*, págs. 62 a 64

⁹⁴ LOSA, António - *A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 15

⁹⁵ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*, pág. 75

⁹⁶ SERRA, Pedro Cunha - *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, pág. 20

⁹⁷ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, Beira Alta, vol. LXI, (fascículos 1 e 2), 1.º e 2.º trimestres de 2002, pág. 23

⁹⁸ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário português de origem árabe*, pág. 22

último reduto do al-Andalus, aos Reis Católicos e que ficou conhecido nas crónicas cristãs como Boabdil.

Açougue, na cidade de Lamego existe a *Rua (ou travessa) dos Açougues Velhos*.

Também na freguesia de Lalim, do mesmo concelho de Lamego, existe ainda este topónimo.

Em árabe é - *as-souk*- e significa, ainda hoje, «mercado, bazar». Em espanhol mantém o mesmo significado a palavra *azogue*, «mercado, praça». Em português o “açougue” designa o que hoje chamamos «talho». ⁹⁹

Alcácia, local junto à vila de Tarouca.

Será, quanto a nós, até pela sua própria localização, a mesma coisa que *Alcáçova*, topónimo frequente em Portugal, derivado do árabe *al-qaççbā*, e que significa «cidadela, castelo de cidade». ¹⁰⁰

Alcaçovela, lugar da freguesia de S. Martinho de Mouros do concelho de Resende. (Almeida Fernandes escreve *Alcaçofela* e denomina-o um provável vestígio de “moçarabismo”). ¹⁰¹

Não está referenciado na carta militar e não consegui localizar. Será um diminutivo do topónimo de origem árabe referido anteriormente, *Alcáçova (+ela)*? ¹⁰²

Alcaria, topónimo bastante frequente em Portugal e estudado, nomeadamente por Leite de Vasconcelos. Na região de Lamego encontramos-lo com frequência, nomeadamente na freguesia do Mezio, Mondim da Beira e Tarouca, onde Almeida Fernandes refere nada menos que seis localidades com este mesmo nome. ¹⁰³

Nas freguesias de S. João de Tarouca e Alvite do concelho de Tarouca existe este mesmo topónimo, embora no plural, *Alcarias*.

Provém, pois, do árabe *al-kariya*, com o significado de «a aldeia; a aldeola».

Alcôba (ou Alcôba), nome que os árabes davam ao sistema montanhoso que integrava a própria serra de Montemuro. Acerca desta serra, *Pinho Leal* refere o seguinte: “*Situada na margem esquerda do Douro, no declive da serra de Monte Muro (ou Monte do Mouro) do lado do N. d’ella. Esta serra, com as da Franqueira, Castro, S. Macário, Perneval, Arouca, Freita, Caramullo e outras, são ramificações da serra do Bussaco, e às quaes todas chamavam os antigos serra d’Alcôba.*”

⁹⁹ LOSA, António - *A dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 12/13

¹⁰⁰ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, pág. 44 e TEIXEIRA, Ricardo - *Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro - in “Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos”*, págs. 472 a 474

¹⁰¹ FERNANDES, A. de Almeida - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “Resende”, vol. 25, pág. 224

¹⁰² FERNANDES, A. de Almeida - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “S. Martinho de Mouros”, vol. 27, pág. 560

¹⁰³ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Tarauçense*, Beira Alta, vol. XLIV, fascículo 4, 4.º trimestre 1985, págs. 608 a 610

É também o nome de uma aldeia Beirã, do concelho da Guarda. Deriva do árabe *al-qūbba*, «pequena torre». ¹⁰⁴

Alcouce, localidade da freguesia de S. Romão do concelho de Armamar.

É o mesmo que o topónimo atrás estudado **Couce** (em árabe *kaūç*), embora sem o artigo arábico *al*. Significa, como vimos, «a porta ou o arco». ¹⁰⁵

Aldeia, lugar da freguesia de Ferreiros de Tendais do concelho de Cinfães e **Aldeias, Aldeia de Cima e Aldeia de Baixo** no concelho de Armamar.

É topónimo frequentíssimo em Portugal e provém do árabe *al-day'a*, com o mesmo significado. ¹⁰⁶

Alderuge, Este lugar, que segundo Fr. João de Sousa, se situa no termo de Lamego, não o conseguimos localizar.

Significa «os degraus» e é o plural de *Dargeton* - degrau. ¹⁰⁷

Alfaiates, localidade do concelho do Sabugal.

Palavra proveniente do árabe *al-khiiāt* e que tem o mesmo sentido que em português ¹⁰⁸. Almeida Fernandes porém duvida da sua origem nesta acepção e sugere que talvez se possa aproximar da zoonímia de Campo de Víboras, ou seja a partir do árabe *al-hait* «cobra; víbora». ¹⁰⁹

Algarido, local próximo de Granja do Tedo, freguesia de Castelo, concelho de Moimenta da Beira. Provém da palavra árabe *algar*, «sorvedouro, lugar baixo» ¹¹⁰, o que está de acordo com a topografia do terreno.

Algereu, lugar da freguesia de S. Cristóvão de Nogueira do concelho de Cinfães. Não consegui documentar este topónimo. Atrevo-me a propor, com todas as reservas, uma aproximação a *algeroz*: caleira; cano que leva a água da nora ao tanque. Palavra derivada do árabe *az-zurub*, «cano de água».

Algodres, topónimo árabe topográfico (hidrografia), que não consegui localizar.

Em árabe era *al-godor*. Diz Almeida Fernandes: “(...) *Passa por aqui um ribeiro, ou pequeno rio, confirmando a significação de tal étimo; e é ainda disto mais relevante ter-se chamado «da Lagoa» (o «algodre»)* à titular da paróquia. (...)” ¹¹¹

¹⁰⁴ LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 5, pág. 117 e SOUSA, Fr. João de - *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*, pág. 24

¹⁰⁵ LOSA, António - *A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 15

¹⁰⁶ LOSA, António - *A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 16

¹⁰⁷ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*, pág. 27

¹⁰⁸ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, pág. 52

¹⁰⁹ FERNANDES, A. de Almeida - *Censual da Sé de Lamego*, pág. 127

¹¹⁰ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*, págs. 34 e 35

¹¹¹ FERNANDES, A. de Almeida - *Censual da Sé de Lamego*, págs. 122 e 123

Alheda, Fr. João de Sousa refere este topónimo associado a uma ribeira pequena na província da Beira, Bispado de Lamego.

Também não foi possível localizar. Poderá ter mudado de nome. Significa «o limite». “*Deriva do verbo surdo hadda limitar, terminar; pôr limite a qualquer coisa*”.¹¹²

Almacave, nome de uma rua, de uma igreja e de uma das freguesias da cidade de Lamego.

Topónimo proveniente do árabe *al-maqabar*, que significa: «campo santo, cemitério». De facto, no local onde se situa a igreja de Almacave vieram à luz sepulturas graníticas em escavações aí efectuadas, ou seja, perto da igreja, mas fora da muralha, tal como era usual nos muçulmanos.¹¹³

Almançor, lugar da freguesia de Paraíso do concelho Castelo de Paiva.

Provém do árabe *al-mançūr*, e significa «o vitorioso». Foi o epíteto de um célebre chefe político e militar muçulmano, o hájibe *Abu Amir Mohammed “al-mançūr”* (939-1002). (Ver Mansores)¹¹⁴

Almeida, vila e concelho do mesmo nome, que pertencia ao bispado de Lamego.

Topónimo com base no árabe *al-maidā*, que significa «planura», sendo pois um topónimo topográfico.¹¹⁵

Almedina, nome de um bairro; de uma rua (hoje Rua das Cortes) e de uma fonte na cidade de Lamego.

Em 1258 (Inquisitiones, p. 1028), era *Almidina*. Esta palavra provém do árabe *al-medinâ*, «a cidade». Será de notar que em árabe a designação, *al-medinâ* referia-se a um centro urbano principal, ou capital.¹¹⁶

Almodafa, lugar da freguesia de Mondim da Beira, concelho de Tarouca.

Trata-se de um antroponímico. As formas antigas, em 1161 *Almudafaz* e em 1258 *Almudafar*, indiciam uma origem no nome pessoal árabe *Al-Muzaffar*.¹¹⁷

Almofala, localidades dos concelhos de Castro Daire, Tarouca e Figueira de Castelo Rodrigo.

Topónimo proveniente da palavra árabe - *al-mahalla*, que tem as seguintes

¹¹² SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*, pág. 38

¹¹³ SERRA, Pedro Cunha - *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, pág. 18

¹¹⁴ LOSA, António - *A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 21/22

¹¹⁵ FERNANDES, A. de Almeida - *Censual da Sé de Lamego*, pág. 125

¹¹⁶ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, pág. 64 e SERRA, Pedro Cunha - *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, págs. 17 e 18

¹¹⁷ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica Para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, pág. 21 e FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág.37

significações: «hospedaria, pousada, acampamento, arraial, bairro, aldeia».

Trata-se ainda de um vocábulo existente como palavra comum em português, no sentido de “*hoste, arraial de mouros, tapete sobre o qual os árabes armavam assentos*”.¹¹⁸

Almoínhas, lugar do concelho de Armamar. Quinta das Almoínhas. Lugar da freguesia de Almofala, do concelho de Tarouca, onde aparece grafado Almuinha.

Topónimo documentado em 1087 DC 677 e 1127 DR 74. Trata-se do nome árabe *al-munia*, com o significado de «prédio rústico».¹¹⁹

Almozerna, lugar do concelho de Resende.

Do árabe *al-muzīnâ*, que significa «ornamentada, bela».¹²⁰

Alqueidão, lugar da freguesia de Cambres, concelho de Lamego.

É topónimo frequente em Portugal. Provém do árabe *al-kaddān*, com o significado de «tufo calcário esbranquiçado» ou ainda de *al-qattān*, «(campo do) linho».¹²¹

Alqueive, lugar da freguesia de Nespereira, concelho de Cinfães.

Topónimo proveniente da palavra árabe *al-qewê*, «terra deserta». O termo existe em português e significa *terra alqueivada; pousio*. É o nome dado pelos pastores do Montemuro aos pastos do alto da serra, que pronunciam *alquêve*.

Alvorações, bairro e antiga quinta da cidade de Lamego.

Consta que era esta quinta propriedade de Huin Alboacem, Rei Mouro de Lamego, pai de Zadan Ibn Huin e da lendária princesa Ardínia¹²². Trata-se pois de um antropónimo, aparentemente com origem em Alboacem.

Angorês, localidade da freguesia de Samudães do concelho de Lamego.

Segundo Almeida Fernandes este topónimo significará pessoa emigrada de Tânger, ou seja, de Ângera, daí Angorês (que será o mesmo que Angorense - Natural de Ângera). Refere o autor: “(...) *reforça-se a presença étnica de «mouros», como os achámos, vizinhos, em São Martinho de Mouros, e de «judeus», como os achámos ao lado, em Penajóia(...)*”.¹²³

¹¹⁸ LOSA, António - *A dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 23 e MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, pág. 67

¹¹⁹ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Tarauçense*, Beira Alta, vol. XLIV, fascículo 4, 4.º trimestre 1985, pág. 610

¹²⁰ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem árabe*, pág. 69

¹²¹ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem árabe*, pág. 70

¹²² LARANJO, F. J. Cordeiro - *Vultos e Ruas de Lamego*, pág. 105 e LARANJO, F. Cordeiro - *Lamego Antiga*, pág. 97

¹²³ FERNANDES, A. de Almeida - *Censal da Sé de Lamego (século XVI)*, pág. 106

Arrabalde(s), antigos locais da cidade de Lamego (Arrabalde da Sé e Arrabalde da Seara); lugar da freguesia e concelho de Cinfães (Arrabalde de Bouças) ¹²⁴ e lugar da freguesia de Ferreiros de tendais, também em Cinfães.

“O étimo de *Arrabalde* é *-ar-rabad-*, que significa, em árabe como no português moderno, «arredores»”. ¹²⁵

Arribada (ou **Arrábida**), centro histórico da aldeia de Boassas, freguesia de Oliveira do Douro do concelho de Cinfães.

Arrábida provém do árabe *ar-rābitā*, «convento fortificado para guardar fronteira». Arribada é topónimo semelhante e deve provir de *ar-ribāt*, «ligação; convento fortificado para guardar fronteira», donde as palavras portuguesas rebate e rebato ¹²⁶. É frequente ouvir as pessoas mais velhas de Boassas dizerem “*a Ribada*”, aproximando assim, ainda mais, o topónimo à palavra árabe *ribāt*.

Arrifana, lugar da Serra de Montemuro, freguesia de Cabril, concelho de Castro Daire. Topónimo bastante vulgar em Portugal. Do árabe *ar-rif* «vertente de montanha», o que está de acordo com a topografia do local. Ver *Arritana*. ¹²⁷

Arritana, lugar da freguesia de Cárquere do concelho de Resende.

Suponho que será o mesmo que o frequente e atrás mencionado *Arrifana*. Machado diz provir do árabe *ar-rihānā*, «murta», porém Almeida Fernandes rebate e sugere como base o também árabe *arrif*, «rochoso». Seria então *ar-rif+ana*, o que parece mais verosímil, tendo em conta as características geológicas do próprio local. ¹²⁸

Azebo, Fr. João de Sousa refere este topónimo como pertencendo a um “*Lugar na Província da Beira Alta, Bispado de Lamego. Significa Lugar do Cabeludo. Deriva do verbo zāba ser peludo, ter muito cabelo.*” ¹²⁹

Não consegui localizar este lugar. Será o mesmo que *Aziboso* em Cinfães?

Barrô, lugar e freguesia do concelho de Resende.

Segundo David Lopes será o diminutivo de *Albarrol*. Não foi possível aprofundar mais. ¹³⁰

Beiúves, lugar na freguesia da Sé, da cidade de Lamego, cerca de Alvelos.

¹²⁴ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, Beira Alta, vol. LXI, (fascículos 1 e 2), 1.º e 2.º trimestres de 2002, pág. 12

¹²⁵ LOSA, António - *A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 25

¹²⁶ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, pág. 76

¹²⁷ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (origens)*, Beira Alta, vol. LXI, fascículos 3 e 4, 3.º e 4.º trimestres de 2001, pág. 307

¹²⁸ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, pág. 77 e FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 56

¹²⁹ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*, pág. 67

¹³⁰ LOPES, David - *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, pág. 166

Em 1146 era *Avaiuves*. Tudo aponta para que este topónimo derive da conhecida cúnia árabe *Abu Ayub*.¹³¹

Ben-Aduba, lugar da freguesia de S. Martinho de Mouros, concelho de Resende. Não está referenciado na carta militar e não consegui localizar. No entanto, segundo Almeida Fernandes, situa-se próximo do rio Douro e encontra-se documentado no séc. XIII¹³². Atrevo-me (com todas as reservas) a sugerir a proveniência a partir do árabe *Ibn Ayub*.

Boassas, aldeia da freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Cinfães.

Dever-se-ia escrever Boaças. Em 1258 aparece *Avozas* (IS 981) e aparenta ser antroponímica arábica proveniente do documentado nome pessoal *Abolace* (1041 Zidi Abolace DC 314).¹³³

Bulfines, lugar da freguesia de Cambres, concelho de Lamego.

Em 1258 era *Bulfeyne* (IS 1008). Almeida Fernandes sugere uma probabilidade de origem arábica, a partir da palavra *abu*.¹³⁴

Cabana de Mouros, lugar da freguesia de Almofala, concelho de Castro Daire. Embora não tenha conseguido documentação para este topónimo, o sentido é evidente. Cf. com *Mamouros*.

Cárquere, freguesia do concelho de Resende e lugar do concelho de Baião.

Embora não haja grande certeza quanto à origem do topónimo sabemos que o local era já referido pelos árabes, ao qual chamavam *Karkar*. Em 1125 era *Cárcari* [LP 39]. A existência, no entanto, na Síria, de uma povoação com este mesmo nome torna, obviamente, mais provável a sua origem árabe.¹³⁵

Cedavim, ou Cedovim, freguesia do concelho de Vila Nova de Fozcoa e lugar do concelho de S. João da Pesqueira.

Em 1300 encontra-se *Cedavy*. É um topónimo antroponímico complexo, com origem no prenome árabe *Cid* («senhor») + o nome *Davi(d)*.¹³⁶

Ceife, nome de um rio do concelho de Lamego (?) que não consegui localizar.

Fr. João de Sousa refere-o como sendo um nome de origem árabe: “*Rio na Província da Beira, Bispado de Lamego. Significa espada.*”¹³⁷

¹³¹ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica ...*, págs. 23 e 24

¹³² FERNANDES, A. de Almeida - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “S. Martinho de Mouros”, vol. 27, pág. 560

¹³³ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 96

¹³⁴ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (origens)*, (Beira Alta, vol. LXI, 2002), pág. 286

¹³⁵ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág.152 e ROBIN, Christian Julien - “As Tribos da Arábia Deserta”, Revista «História», n. ° especial “Para Compreender o Islão”, pág. 20

¹³⁶ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág.166

¹³⁷ SOUSA, João de - *Vestígios da língua árabe em Portugal*, pág. 89

Cimo de Aldeia, lugar da freguesia do Mezio, concelho de Castro Daire.

Almeida Fernandes a propósito deste topónimo refere: “*Aqui, Aldeia tem a origem árabe primitiva: uma área, e não propriamente povoação (...)*”¹³⁸

Córdova, aldeia da freguesia de Paus do concelho de Resende.

Em 1258 era «Corduba» (IS 997). Nome explicável através da migração de moçárabes para o norte, a partir da capital do Califado, que se deu entre os séculos IX e X.¹³⁹

Cuba(s) nome de um pequeno curso de água do concelho de Lamego e Ribeira das Cubas; local no concelho de Tabuaço.

Casa e quinta em Boassas, freguesia de Oliveira do Douro, Cinfães. Provém do árabe *cāba* e significa «*pequena torre; cúpula*».¹⁴⁰

Esnoga ou **Sinagoga**. Antiga rua de Lamego onde se localizava a *Judiaría da Cruz da Pedra*. Hoje é conhecida por Rua Nova.

Não se tratando de um topónimo árabe é, sem dúvida, da mesma época e ajuda a esclarecer as relações sociais e de povoamento na época.

Fáfel, rua e bairro da freguesia de Almacave da cidade de Lamego. Era também o nome de um pequeno curso de água que desagua no rio Balsemão, hoje chamado Ribeira de Coura.

Trata-se de um topónimo que tem como base o nome pessoal árabe *Jalaf*. Em 1258 era *Faafel*.¹⁴¹

Faifa, lugar e curso de água da Serra de Montemuro, freguesia de Ester do concelho de Castro Daire.

Topónimo documentado, havendo em 1093 Halifa DC 801 e em 1258 Fafia (IS 942). Antroponímico proveniente do árabe *Halifa* > *Fa(l)ifa* > *Faifa*.¹⁴²

Fazamões, lugar da Serra de Montemuro, freguesia de Paus do concelho de Resende.

Já no séc. XII aparece *ffazamões*. Designação que tudo indica ter por base mais um antropónimo, no caso, *Hazm* ou *Hazam*.¹⁴³

Feirão, freguesia da Serra do Montemuro, concelho de Resende e existente

¹³⁸ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (origens)*, Beira Alta, vol. LXI, fascículos 3 e 4, 3.º e 4.º trimestres de 2001, págs. 319/320

¹³⁹ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 207

¹⁴⁰ SOUSA, Fr. João de - *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*, p. 93

¹⁴¹ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica ...*, pág. 40 e FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (origens)*, (Beira Alta, vol. LXI, 2002), pág. 278

¹⁴² FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 285

¹⁴³ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica ...*, pág. 42

também em Castelo de Paiva.

Aparentemente trata-se de um antroponímico, derivado da forma arábica do nome pessoal *Harun* (Mohamed ibn Fahrún CT 29).¹⁴⁴

Fumos, lugar da freguesia de Anreade, concelho de Resende.

Com muitas reservas Cunha Serra sugere a identificação com *Mahmutis* ou *Mafamude(s)*. A origem poderá assim ser o nome pessoal *Mahmud*.¹⁴⁵

Garrafôla, lugar da freguesia de S. Romão de Arêgos, concelho de Resende.

Apesar de não ter encontrado documentação sobre este topónimo atrevo-me a evidenciar a semelhança com a palavra *garrafa*, proveniente do árabe *garrafā*, «vaso de barro vidrado».¹⁴⁶

Irão, lugar do concelho de Castelo de Paiva, próximo da freguesia de Travanca do concelho de Cinfães e junto ao rio Paiva. Não obtive informações complementares sobre este topónimo, que, no entanto, parece evidente.

Lalim, lugar e freguesia do concelho de Lamego.

“*Aldeia na Província da Beira, Bispado de Lamego, fundação de Zeidan Ben huin, régulo daquela cidade. Significa Irrepreensível.*”¹⁴⁷

Lazarim, freguesia do concelho de Lamego.

Em árabe era *Aláçarin*, segundo Fr. João de Sousa, que diz: “*Aldeia na Província da Beira, Bispado de Lamego, fundação de Zeidan, Régulo daquela Cidade. Significa as duas fortificações. Deriva do verbo haçara, fortificar, munir. (Chorographia).*”¹⁴⁸ Não posso aqui deixar de mencionar, porém, a seguinte transcrição dos “manuscrits espagnols” da Biblioteca Nacional de Paris (códice 324 fls. 29 - 36 v.º) e da “Poblacion General de Espanã” de Rodrigo Mendes da Silva de 1645 que faz o Dr. J. Veríssimo Serrão¹⁴⁹ e que refere:

“*Lugar de Lazarim*”. *Està el lugar de Lazarim, Comarca de Lamego, dos leguas distante, situado em un valle orillas de su rio, prouvido de truchas; es abundante de vino, ypreciado de lino; com cien vezinos, una Parroquia. Poblòla Zadam Aben Vvin, referido Regulo, años 1030, lamandole Zarim, a que despues fue añadido el la. Cimentó también en el proprio tiempo a Lalim, que entiendo es villa, dos leguas de aquella*

¹⁴⁴ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 296

¹⁴⁵ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica ...*, págs. 46 a 49

¹⁴⁶ COSTA, J. Almeida / MELO, A. Sampaio e - *Dicionário da Língua Portuguesa*, pág. 894

¹⁴⁷ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, pág. 111

¹⁴⁸ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, pág. 112

¹⁴⁹ SERRÃO, J. Veríssimo - “*Uma Estimativa da População Portuguesa em 1640*” sep. de “*Memórias da Academia das Ciências*”, Lisboa, 1975, pág. 301

ciudad, puesta en Llano orillas del rio Lazarin, fertil de mucha castaña, mijo, y lino, com cien vezinos, una Parroquia” ¹⁵⁰

Maçode, lugar na freguesia de S. Adrião do concelho de Armamar.

Trata-se de mais um antroponímico e cuja origem será o nome pessoal árabe *Mas’ūd*. ¹⁵¹

Mafamudes, lugar da freguesia de Anreade do concelho de Resende, que não consegui localizar, será o actual *Moumis*?

Trata-se de um topónimo documentado no mais antigo registo sobre o território do actual concelho de Resende, datado do século X, em que aparece escrito *Mahamutis*. Parece portanto ser mais um antroponímico, desta feita de *Mahmude*, nome próprio de mulher com o significado de “Louvada”. ¹⁵²

Mamouros, lugar e freguesia de Castro Daire.

A forma antiga era *Doma (de)Mouros*, em 1258 IS 930. “Doma” estará com o significado de *domu* (latim: «casa»), sendo assim «Casa de Mouros». Ver *Cabana de Mouros e Meda de Mouros*. ¹⁵³

Mansores, povoação do concelho de Arouca. Provém do árabe *al-mançūr*, e significa «o vitorioso».

Foi o epíteto de um célebre chefe político e militar muçulmano, o hájibe *Abu Amir Mohammed “al-mançūr”* (939-1002). Ver Almançor. ¹⁵⁴

Marame, lugar da freguesia de Espadanedo, concelho de Cinfães.

Provém do nome pessoal feminino usado por árabes e mouriscos, *Mariame* (Maria). Topónimo já documentado em 908 DC 14. ¹⁵⁵

Marou, lugar da freguesia de Britiande do concelho de Lamego.

Não consegui localizar. Almeida Fernandes diz ser Marô e derivar do nome pessoal arábico *Omar*. *Omarolo* > *Omarô* > *Marô*. ¹⁵⁶

Marrocos, lugar da freguesia de Valdigem do concelho de Lamego.

É também o nome de uma Quinta e de uma fonte, nesse mesmo lugar. Nome do país vizinho do Norte de África cuja conhecida cidade de Marráquexe, fundada pelos *Almorávidas*, lhe deu o nome.

¹⁵⁰ LARANJO, F. J. - *No Compasso do Concelho de Lamego (24 Freguesias)*, pág.47

¹⁵¹ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica ...*, págs. 45 e 46

¹⁵² FERNANDES, A. de Almeida - Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, *Resende*, vol. 25, pág. 224 e SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*, pág. 114

¹⁵³ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», vol. LXI, 2001, pág. 318/319

¹⁵⁴ LOSA, António - *A dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 22

¹⁵⁵ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», vol. LXI (fascículos 1 e 2), 2002, pág. 21

¹⁵⁶ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 413

Massora, (também Massôrra) lugar da freguesia de S. João de Fontoura do concelho de Resende.

Não consegui encontrar documentação sobre este topónimo, no entanto, não consigo deixar já de o associar com o topónimo árabe da cidade iraquiana de *Bassorá* (Basra) e que existe também na Síria.

Maurel, lugar da freguesia de S. Martinho de Mouros, concelho de Resende. Não se encontra referenciado na carta militar. É referido por Almeida Fernandes como sendo topónimo moçárabico ¹⁵⁷. Ver Moira.

Melcões, freguesia do concelho de Lamego. Em 1258 era já *Melcoes*.

Topónimo que tem como base um plural de *Malikūn*, nome formado a partir do nome árabe *Malik*. ¹⁵⁸

Meridãos, localidade da freguesia de Tendais do concelho de Cinfães.

Topónimo que, embora não derive da língua árabe, parece ter na sua origem o povoamento feito por gentes provenientes de Mérida, provavelmente *moçárabes*. ¹⁵⁹

Mesquitela, nome de um pequeno curso de água que nasce na Serra das Meadas e separa os concelho de Resende e Lamego. Nome de um local no cimo desta serra.

Creio que será uma variante da palavra de origem árabe mesquinho, a qual “*Deriva do verbo sácana que na 8.ª conjugação significa ser pobre, indigente, necessitado*”. Poderá, no entanto, provir do nome, também árabe, *Mesquita*: (em árabe *massjid*) «templo ou lugar da adoração». ¹⁶⁰

Midões, cidade de Lamego.

Pinho Leal refere este topónimo como originário da palavra árabe *midān*, com o significado de «praça ou terreiro para escaramuças». ¹⁶¹

Miomães, aldeia e freguesia do concelho de Resende.

Suponho que, tal como Meimão, terá origem no antroponímico arábico *Maymūn* (CT 49-50).

Moção, localidade da freguesia de Pinheiro, concelho de Castro Daire.

Aparentemente trata-se de um antroponímico, pois a forma mais antiga registada é *Muçun* (DC 639), havendo posteriormente, em 1119, *Mozon* (DP IV 103), o que,

¹⁵⁷ FERNANDES, A. de Almeida - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “S. Martinho de Mouros”, vol. 27, pág. 560

¹⁵⁸ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica* ..., pág. 56

¹⁵⁹ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica* ..., pág. 57

¹⁶⁰ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, pág. 125

¹⁶¹ LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, pág. 209

assim sendo remete para *Muzun*, plural do nome árabe *Muza*.¹⁶²

Moira, lugar do concelho de Resende.

O mesmo que Moura(s) e Mouro(s). Topónimo muito frequente. Registamos, por exemplo, próximo de Meridãos, no concelho de Cinfães: “Lapa da Moura”; “Penedo da Moura” e “Casa da Moura”. Junto ao rio Cabrum, entre Cinfães e Resende existe o local chamado “Pego do Mouro”, no concelho de Armamar “Cabeço da Moura”; em Moimenta da Beira “Via Moira”, em Tabuaço “Chão do Moiro”, em Lamego “Mourão” e “Castelo dos Mouros” (Penajóia), em Castro Daire, na freguesia de Tábua “*Meda de Mouros*”, etc.¹⁶³

Monsul, lugar e quinta da freguesia de Cambres do concelho de Lamego.

Em 1103 era *Muzul* e 1258 era *Mozul* (IS 1012). Trata-se, provavelmente, de mais um antroponímico que tudo indica provir do nome pessoal árabe *Muzurri*, documentado em 912¹⁶⁴. No Iraque existe uma cidade chamada Mossul.

Morões, aldeia da freguesia de Ferreiros de Avões do concelho de Lamego e lugar da freguesia de Santiago de Piães, concelho de Cinfães.

O mesmo que Mourões, de “*mauronis*”.¹⁶⁵

Moirinho, lugar da freguesia e concelho de Armamar. Diminutivo de Moiro. Ver Moira.

Molães, povoação da freguesia da Penajóia, concelho de Lamego e lugar da freguesia de Anreade do concelho de Resende.

Poderá ser *Maurilanis*, genitivo do antropónimo *Maurila*. Hipocorístico do nome pessoal *Maura* (965 DC 61). Assim, *Maurilanis* > *Mourilanes* > *Morlanes* > *Morlães* > *Mollães* > *Molães*.¹⁶⁶

Moura Morta, freguesia do concelho de Castro Daire. Ver Moira.¹⁶⁷

Mourellos, lugar da freguesia de Tendais do concelho de Cinfães. Poderá ser nome étnico, de Maurellos, de “mouros”¹⁶⁸. Ver Moira.

Mourilhe, lugar da freguesia de S. Cristóvão de Nogueira do concelho de Cinfães. (As pessoas mais idosas diziam *Mouril*). Ver Moira.

¹⁶² FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», vol. LVII (fascículos 3 e 4), 1998, págs. 270/271

¹⁶³ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica ...*, págs. 38 a 53

¹⁶⁴ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, págs. 432 e 433

¹⁶⁵ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (origens)*, (Beira Alta, vol. LXI, 2002), pág. 296

¹⁶⁶ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», vol. LVII (fascículos 3 e 4), 1998, págs. 272/273

¹⁶⁷ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», vol. LVIII (fascículos 1 e 2), 1999, pág. 12

¹⁶⁸ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (origens)*, (Beira Alta, vol. LXI, 2002), pág. 274

Mourões, lugar da freguesia de Piães do concelho de Cinfães. O mesmo que Morões (cf.).

Mourosas, lugar da freguesia e concelho de Cinfães. Ver Moira.

Muchiães, lugar do concelho de Tabuaço.

Aparentemente é mais um antropónimo, cuja origem será o nome pessoal árabe *Muza* (Muça) que seria o seu proprietário.¹⁶⁹

Murça, lugar do concelho de Vila Nova de Fozcôa. “Na Idade Média aparecem-nos sob a forma de *Muça* ou *Muza* («Item dixit quod in *Muza...*») (...). Estamos perante um nome de origem antropónica - **muçay** -, correspondente ao hebraico *Moisés*. (...)

A passagem de *Muça* para *Murça* é certamente devida à analogia com certas palavras em que havia o grupo consonântico *-rs-*, que passava naturalmente a *-ss-* (*Versata* - *Vessada*; *Ursa* - *Ussa*), e nas quais, por influência erudita, se restituiu a forma primitiva, como é o caso de *Ursa* (Este topónimo foi estudado por David Lopes – *Toponímia Árabe em Portugal*, pág. 14).”¹⁷⁰

Naçarães, localidade da freguesia de Fontelo do concelho de Armamar.

Em 1258 era *Nazaraes*. Topónimo proveniente do bem conhecido nome pessoal árabe *Nāsir*.¹⁷¹

Nazes, local e pequena ribeira da cidade de Lamego.

Diz-nos M. Gonçalves da Costa: “*Em Nazes constituiu-se assim um novo bairro e um terceiro à volta da igreja de Almacave, extramuros, mas fazendo parte do concelho, ao contrário dos bairros da Sé e Medelo, que nunca pertenceram ao termo da cidade.*”¹⁷²

Embora não tenha conseguido documentar este topónimo, tudo sugere que, tal como o anterior, deva provir também do nome pessoal árabe *Nāsir*.¹⁷³ (ver Losa, «A Dominação árabe...»). Almeida Fernandes propõem também esta mesma possibilidade, referindo que, e devido à presença árabe, “*nada surpreenderia (tratando-se de) em Lamego*”.¹⁷⁴

Penajóia, freguesia do concelho de Lamego.

Não é um topónimo de origem árabe, no entanto relaciona-se directamente com a mesma época e com o povoamento então efectuado nesta região, desta feita por

¹⁶⁹ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 437

¹⁷⁰ LOSA, António - *A dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, pág. 53

¹⁷¹ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antropónica ...*, pág. 67

¹⁷² COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol I, pág. 297

¹⁷³ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antropónica ...*, pág. 67

¹⁷⁴ FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (origens)*, (Beira Alta, vol. LXI, 2002), pág. 280

judeus. A forma anterior era *Penajuía* > *Penna Judia*. Almeida Fernandes refere: “(...) é um índice de povoamento: uma «penna» (casteleja) defensiva de um grupo étnico (...)”.¹⁷⁵

Pretarouca, freguesia do concelho de Lamego.

Fr. João de Sousa refere este topónimo como *Bertarouca*, e seria, antigamente *Barrtaruca* (.«od tne qerf o ,od hlirt opm c» cífingis. مقراط ريد).¹⁷⁶

Ribabelide, lugar da freguesia de Lazarim, do concelho de Lamego.

Poderá ser *ribāt (de)Belide*? Proponho que se confronte com *Arribada* e *Arrábida*.

Ribada, ver *Arribada* e *Arrábida* (cf.).

Riba Lapa, lugar da freguesia de Ferreiros de Tendais, concelho de Cinfães.

Penso que, tal como *Arribada*, *Arrábida* e *Ribabelide*, poderá ter origem na palavra árabe *ribāt*.

Ribas, lugar junto da Ermida do Paiva, no concelho de Castro Daire.

Penso que, tal como *Arribada*, *Arrábida*, *Riba Lapa*, *Ribabelide* e *Ribelas*, poderá ter origem na palavra árabe *ribāt*, aqui no plural.

Ribelas, lugar da freguesia de Lalim, do concelho de Lamego.

Até ao século XII era *Ribadelas*, derivando portanto de *ribāt+ellas*. (ver *Arribada*)¹⁷⁷.

Sadinhas, lugar da freguesia de S. Martinho de Mouros, concelho de Resende.

Em 1258 era *Zaadias*. A origem deste topónimo é o nome pessoal *Sa'd* e encontra-se profusamente documentado em fontes dos séculos X e XI.¹⁷⁸

Safões, local e quinta do concelho de Resende, próximo da vila.

Antigamente era *Hafaones*. Almeida Fernandes põe a hipótese de se tratar de topónimo de origem arábica.¹⁷⁹

Samudães, freguesia do concelho de Lamego.

Em 1258 era *Zamudaes* (IS 1005). Também **Samodães**, embora a primeira forma pareça mais correcta devido à origem. Pedro Cunha Serra refere ser topónimo relacionado com *Samūt* «silencioso», “*adjectivo cujo uso no antroponomástico árabe está documentado*”.¹⁸⁰

¹⁷⁵ FERNANDES, A. de Almeida - *Censual da Sé de Lamego*, pág. 105

¹⁷⁶ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, pág. 79

¹⁷⁷ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 515

¹⁷⁸ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica ...*, pág. 72

¹⁷⁹ FERNANDES, A. de Almeida - Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, “*Resende*”, vol. 25, pág. 230

¹⁸⁰ SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica ...*, págs. 72 e 73

Sardoeira ou **Sardoura**.

S. Martinho de Sardoura e Sta. Maria de Sardoura, povoações do concelho de Castelo de Paiva. Existe também, nas proximidades, o rio Sardoura. Fr. João de Sousa refere este topónimo como sendo de origem árabe e menciona o seguinte: “*Freguesia na Província da Beira, Bispado de Lamego. Significa andar à roda. É composto do verbo sara (árabe) andar, e de daura (árabe) à roda.*”¹⁸¹

Sevilha, lugar nas proximidades de Tabuaço.

Tal como os topónimos Córdova e Meridãos, atrás analisados, deverá ter origem no povoamento feito por população proveniente dessas terras do sul, com o mesmo nome. Seriam provavelmente moçárabes.

Sinagoga. Lamego. [ver Esnoga].

Sucres, freguesia de Penude do concelho de Lamego.

A forma medieval era *Zucares*, o que sugere a sua origem no nome pessoal árabe *Sukkar*.¹⁸²

Tarouca, vila e concelho do distrito de Viseu.

Curiosamente Fr. João de Sousa não refere esta palavra como topónimo, mencionando-a para dizer que se trata do “*músculo da coxa da perna*”, baseando-se em Avicenas. Teremos que ver, no entanto, o que este mesmo autor diz sobre *Pretarouca*.¹⁸³

Tões, localidade e freguesia do concelho de Armamar.

Documentado em 1258 (...villa de Toes...) IS 1089 e 1088. Transcrevo o que a propósito deste topónimo refere Almeida Fernandes:

«(...) *Reparo que em 1258 se tem a alternância Tūes < > Tões, pelo que, sendo Tues anterior, como é claro, só posso ver aí a transplantação de Tunes, a cidade do norte africano (ár. Tunis). Não há que surpreender, porque na região temos Marrocos (Marracos) (ár. Marrakx) IS 821, Córdova (Corduba) 1258 IS 996 e 997.*

As circunstâncias históricas comprovam por migrações: ver Córdova.

*A própria nasalação Tões está de acordo, devendo já entender-se mesmo em tūes, de acordo com a origem Tunes. Note-se que também no Algarve há Tunes.»*¹⁸⁴

Valdevez, lugar da freguesia da Ucanha, concelho de Tarouca e também da freguesia de Tarouquela do concelho de Cinfães (aqui surge grafado Vale de Vez).

¹⁸¹ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, pág. 144

¹⁸² SERRA, Pedro Cunha - *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, pág. 20

¹⁸³ SOUSA, João de - *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, pág. 150

¹⁸⁴ FERNANDES, A. de Almeida - *A Toponímia da Beira Alta no “Dicionário Onomástico Etimológico” de José Pedro Machado*, págs. 10/11

O primeiro caso encontra-se documentado. Em 1258 era *Valis de Aveyzi* (IS 1080), sendo que *Aveziz* (Abez 1019 DC 230) é um antropónimo árabe.¹⁸⁵

Zambujeiro, lugar do concelho de Resende. O mesmo que *Azambujeiro*.

Esta palavra provém não directamente do árabe, mas sim do berbere *azanbūja*, que designa a «oliveira brava».¹⁸⁶

Algumas breves considerações sobre outros seis topónimos da região

1. Serra de Montemuro ou Monte Mouro?

A serra de Montemuro nem sempre teve este nome. De facto, aparentemente, esta designação só começa a ser usada a partir do séc. XI. Antes desta data o nome que surge em antigos documentos é o de monte “Gerôncio” ou “Geronzo”.

Ainda no ano 925 da era cristã a Serra de Montemuro era denominada Monte Gerôncio, nome este que provém de um general romano dos últimos tempos do Império, o qual “...governava em Hespânia, (e) tendo feito acclamar imperador um certo *Maximo*, abriu passagem pelas montanhas aos vândalos, alanos e suevos.”¹⁸⁷

“Este «monte Gerôncio» chegava, até aos seus limites mais ocidentais, a Alvarenga «vila» que no séc. X estava situada «subtus monte Geronzo rivulo discurente Pávia» (*Dipl. et Ch.*, n.º 30) e ia até cerca de Resende, a Anreade (*ob. cit.*, n.º 56). No mesmo século, um *Ildras* faz doação de bens «in Geronzo ad castellum Lamego»”.¹⁸⁸ O que nos indicia que o território se estendia até às proximidades de Lamego e pertenceria à sua jurisdição.

Variados autores têm atribuído a origem do nome actual - Montemuro ao facto de no cimo da serra, próximo do seu ponto mais alto, existir um antigo castro, dizendo que se trata do «MURO FRACTO» mencionado em escritos antigos, o que também não parece ser verdade, a avaliar pelas afirmações de Almeida Fernandes. Refere este mesmo autor que a designação «mons Muro Fracto» para além de se reportar a um pequeno monte, próximo de Tarouquela, onde existiria um castro (ou castelo), “é a expressão da localização, e nada tem com a relativa ao Montemuro, ao contrário do que alguém possa pensar, pois este jamais foi denominado «freito» (*fracto*), mas só, e sempre, «mons Muro» (ou, depois, Monte de Muro, séc. XV e XVI).¹⁸⁹

¹⁸⁵ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa*, pág. 568 e *A Toponímia da Beira Alta no “Dicionário Onomástico Etimológico” de José Pedro Machado*, págs. 31/32

¹⁸⁶ MACHADO, José Pedro - *Vocabulário Português de Origem Árabe*, pág. 79

¹⁸⁷ HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, vol. 1, pág. 28

¹⁸⁸ *Grande Enciclopédia portuguesa e Brasileira*, “Montemuro”, vol. 17, pág. 749

¹⁸⁹ *Grande Enciclopédia portuguesa e Brasileira*, “Tarouquela”, vol. 30, pág. 754

Porém se os documentos não relacionam nunca, especificamente, o *mons Muro* com o *muro fracto* o mesmo não se pode dizer relativamente àquele que foi o monte *Geronzo* ou *Gerôncio* como se depreende da seguinte transcrição: ...«*subtus mons Muro discorrente arúgio Nesperaria et ribolo Pávia et flumen Dorio, territorio Lameco*»¹⁹⁰, a qual será suficiente para identificar o «*mons Muro*» com o «*mons Geronzo*», pois que, indubitavelmente, se trata de uma descrição do mesmo território.

Por outro lado documentos há, no entanto, que inviabilizam a hipótese de o designado “*mons muro fracto*” corresponder ao monte *Gerôncio* e isto porque ambas as denominações aparecem simultaneamente, nos citados documentos, aludindo a territórios (montes) distintos. O primeiro data de 5 de Abril de 1101, em que “*Châmoa Eroç vende ao mosteiro de Pendorada os bens que possui em Louredo, Bafoeiras, Galizes, Ferreiros, Saímes e Oleiros (cs. Cinfães e Resende).*” Onde se pode ler que: “(...) *subtus montes Geronzo et Muro Fracto decurrente rjuulo Durjo terrjtorjo Lamecense tam de alia parte Durio quam de ista.*(...)”¹⁹¹

O segundo documento é ainda mais claro e data de 5 de Agosto de 1106. Refere que “*Pedro Argemires doa ao mosteiro de Pendorada certas villae e casais em Clementina, Pindelo (c. Cinfães) e Louredo (c. Resende).*” Aí se menciona que “(...) *ipsa villa in Crementina et in loco que dicent Pinitello inter Aluarenga et Sancto Felice subtus mons Muro Fracto discorrente riuulo Nesperaria in flumina Pauia. Et in terra de Aregus duos casales in uilla Laureto iuxta illas aquas calidas decurrente flumine Durio subtus monte Geronzo territorio et diocesse Lamicensis ecclesie.* (...)”¹⁹²

Contudo, e mesmo que se ponha a improvável hipótese de o citado “*muro fracto*” se tratar do castro das portas de *Montemuro*, ainda assim não nos parece suficientemente credível. Porque motivo o monte iria mudar de nome?

Temos que concordar que para a alteração do nome se verificar haveria que se dar, forçosamente, um acontecimento de grande significado.

Seriam os vestígios castrejos assim tão importantes, sobretudo naquela época, que levassem as pessoas a mudar um nome de toda uma serra? Não nos parece! É completamente improvável, para não dizer impossível!...

De facto os indícios parecem bem apontar uma outra direcção. Primeiro a data em que tal acontecimento se verifica - SÉCULO XI. Pouco mais de três séculos sobre a imposição do domínio árabe. Segundo, o facto do território, aparentemente, estar

¹⁹⁰ Grande Enciclopédia portuguesa e Brasileira, “*Montemuro*”, vol. 17, pág. 749

¹⁹¹ AZEVEDO, Rui Pinto de - *Documentos Medievais Portugueses*, pág. 15

¹⁹² AZEVEDO, Rui Pinto de - *Documentos Medievais Portugueses*, pág. 15

adstrito à cidade de Lamego, a qual se encontrava também, na época, sobre o domínio árabe. Esta região foi inclusive, nesse período, palco de incessantes lutas travadas entre árabes e cristãos e é mesmo por Lamego que passa, por três vezes, em campanhas distintas, o célebre Al-Mansor com os seus exércitos. Por outro lado, enquanto o território entre Douro e Mondego havia já sido conquistado pelos cristãos, a região de Lamego permanecia ainda em poder do califado.

Assim, somos levados a dar razão a Basílio Alberto de Souza Pinto, quando lhe chama “*Monte de Mouro*”, facto que, em termos históricos, nos parece muito mais credível e passível de fazer alterar a designação de todo um território, que propriamente umas esventradas ruínas no cimo da serra.

De facto este autor, no seu livro “*Memória do concelho de Ferreiros de Tendais*”, refere que: “*A serra de Monte de Muro ou Mouro, sobre que está assentado o dicto concelho (de Ferreiros de Tendais); assim como os castellos d’Alrete e Ramires; de que ainda restam vestígios, dão indícios claros de guerras de Mouros.*”¹⁹³

Também Pinho Leal se refere a este território de forma semelhante ao falar do antigo concelho e vila de Ferreiros de Tendais: “*Situada na margem esquerda do Douro, no declive da serra de Monte Muro (ou Monte do Mouro) do lado do Norte d’ella. Esta serra, com as da Franqueira, Castro, S. Macário, Perneval, Arouca, Freita, Caramulo e outras, são ramificações da serra do Bussaco, e às quaes todas chamavam os antigos serra d’Alcoba.*”¹⁹⁴

Embora com a evidente importância relativa, não deixa porém de ser sintomática, nomeadamente quanto à influência que estes tiveram na região, a profusão dos mais variados topónimos referentes aos “mouros”, espalhados um pouco por toda a serra de Montemuro, como por exemplo: “Casa da Moura”; “Mourelas”; “Lapa da Moura”; “Moira”; “Mourosas”; “Penedo da Moura”; “Pedra da Moura”; “Buraco dos Mouros”; “Mina dos Mouros”; “Pego do Mouro”; “Cova da Moura” “Mourão”; “Mourilhe” e, claro, “S. Martinho de Mouros”.

Poderemos finalizar este problema colocando uma questão que nos parece pertinente: Se, de facto, a povoação de S. Martinho passa a designar-se “de Mouros”, graças à presença persistente destes, porque motivo tal não se terá verificado também relativamente ao monte adjacente por eles dominado, alastrando-se posteriormente a todo o sistema montanhoso?

¹⁹³ PINTO, Basílio Alberto de Souza - *O concelho de ferreiros de Tendais*, pág. 6

¹⁹⁴ LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, pág. 177

2. O nome da aldeia de Boassas

O primeiro indício de que o topónimo Boassas (talvez fosse mais correcto grafar-se Boaças) seria de origem árabe e que me despertou a curiosidade, foi dado pela leitura do livro de Manuel Gonçalves da Costa, “História do Bispado e Cidade de Lamego”, num parágrafo em que refere o seguinte:

*“...Boassas. Este último topónimo não deriva de “boa assás”, mas possivelmente da arábica Habaxa, com o significado de «aldeia negra», como opinou Pinho Leal, e o lugar foi vila e cabeça de couto, regulado por uma carta de foral de D. Afonso III, passada a 15 de Março de 1253.”*¹⁹⁵

Tal significado e proveniência, contudo, não se nos afigura muito credível, parecendo-nos mais lógica, bem documentada e coerente, a hipótese proposta por Almeida Fernandes. Significativamente, porém, mantém-se a origem árabe do topónimo, remetendo o autor, no entanto, uma análise mais profunda para um arabista e refere:

“Boaças: freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Cinfães. (...)

*A forma Boaças é a correcta: 1258 Avoazas IS 981 este mesmo lugar. (...) Avoaças < > Aboaças, a forma antiga, parece-me ser antroponímica arábica, embora de Abolace (1041 Zidi Abolace DC 314) fosse de esperar «Abolaces», o plural - ou melhor, Aboaces: mas não é raro -es >-as: cp. Máceras (Tarouca) < 1258 Mazares IS 1072. Talvez, por Ab- (Av-) se trate de cúnia: os arabistas poderão estudar o caso - e devê-lo-ão mesmo. Seria Abu'l Isa, depois com paragoge?”*¹⁹⁶

3. A “Arribada”¹⁹⁷

A ARRIBADA é sem dúvida a zona mais antiga e característica da aldeia de Boassas.

É constituída por um curioso misto de habitações, viela e pátios, cuja estrutura, sem dúvida antiquíssima, parece ter as suas raízes no tipo de urbanização utilizada pelos povos árabes. Este núcleo, graças a estas características e por ser o mais antigo, revela as origens remotas de Boassas, cujo nome aparece citado em documentos antigos, alguns datados de época anterior à nacionalidade.

O próprio termo “Arribada” manifesta uma extraordinária proximidade fonética com a palavra árabe “*ribāt*”, que significa oratório e que eram fortificações nas quais

¹⁹⁵ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, pág. 368

¹⁹⁶ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia portuguesa*, pág. 96

¹⁹⁷ Ver Anexos: fotografias de Boassas e fotografia aérea da zona de Boassas, págs. 42 a 47

voluntários muçulmanos se mobilizavam para a guerra santa. Por vezes estavam também ligados a zonas mortuárias.

Estas fortificações parece terem sido prolíferas ao longo do rio Douro, onde poderão mesmo ter constituído o caso inédito de uma linha defensiva¹⁹⁸. Curiosamente, é também no Douro, na região de Barbariyya, que Ibn Hayyān refere a mais antiga menção que se conhece à existência de *ribāts*, no século IX, mais precisamente no ano 263/876-7.¹⁹⁹

Localizados em zonas fronteiriças, os “*ribāt*” viriam a originar palavras portuguesas como “rebate” e “rebato” - daí por exemplo a expressão “tocar a rebate”. Da mesma forma, também o topónimo Arrábida deriva do termo árabe “*rābida*”, que designa estabelecimentos colocados em locais perigosos, frequentados por crentes que aí tentavam viver uma vida ao mesmo tempo espiritual e militar.

Todos os indícios apontam para que a localização de Boassas fosse a ideal para a implantação de um *ribāt*.

4. O “Monte do Facho”

A acentuar ainda mais esta ideia de que Boassas seria um “*ribāt*”, a noção de que o “*Monte do Facho*”, nas proximidades da povoação, deverá o seu nome ao facto de aí serem colocados, em épocas remotas, fachos de lume que pontuavam os locais ao longo da linha de navegação do Douro. Estes locais eram também zonas de vigília sobre o rio e os territórios mais próximos.

*“Até meados do séc. XI, a ocupação islamita manteve-se no pendor meridional do vale, mercê do abrigo que o poderoso rio lhe oferecia. Desde os montes de Arouca até alturas de Leomil e Penedono, ardiam decerto muitos faros vigiados e alimentados por servidores berbéricos e morenos, de albornoz.”*²⁰⁰

Será aqui também de grande conveniência recordar então o que a este propósito nos diz António Losa: «*Apesar da sua natureza montanhosa (...) são raras as Atalaias da região cisduriense. Nesta parte do País, principalmente, o termo árabe sofre a concorrência de outros de origem diferente, como Facho e Faro, este último principalmente junto da costa marítima.*»²⁰¹

¹⁹⁸ Ver: PICARD, Christophe - *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb*, pág. 207

¹⁹⁹ Ver: PICARD, Christophe - *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb*, pág. 204

²⁰⁰ DIONÍSIO, Sant' Anna - *Guia de Portugal*, V volume, 2.ª edição, pág. 550

²⁰¹ LOSA, António - *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, Braga, 1956, pág. 27

5. A “Lapa da Chã”

No atrás citado “*Monte do Facho*” existe o afloramento rochoso designado por *Lapa da Chã*, o qual é também citado por Pinho Leal no seu «*Portugal Antigo e Moderno*», como sendo uma “*espaçosa gruta*”. Quem o visitar verificará, porém, que essa gruta não será assim tão espaçosa e que o que prevalece no local é mesmo a paisagem, os horizontes magníficos que daí se avistam e a própria configuração daquele afloramento rochoso. Do cimo da “Lapa da chã” é possível, no sentido nascente, ver o rio Douro numa grande extensão até às imediações da Régua e Lamego.²⁰²

A poente, ao fundo, vê-se a Pála e os seus soberbos laranjais. Em sentido oposto as Serras do Marão e das Meadas. Se nos voltarmos para Sul, então observamos os cimos da serra do Montemuro, os seus recortes graníticos, Cinfães à direita e Boassas em baixo, rodeada de olivais. Deste magnífico local é também possível avistar o designado Penedo de S. João, e o castro islamizado do Morro da Mogueira, em S. Martinho de Mouros.

Assim, tudo leva a crer que a *Lapa da Chã* possa ter sido, pelas características apontadas, um dos variados locais de vigilância estabelecidos ao longo da fronteira delimitada pelo curso do Douro, pois que muitas das próprias fortificações da época se deviam sobretudo às características naturais do terreno, como eram os casos das “*penas*” ou “*penhas*” (sendo de notar que ambos os vocábulos são sinónimos de “*lapa*”).²⁰³

6. O nome da freguesia de Oliveira do Douro

Por último, apenas para citar, à laia de curiosidade, o facto de a freguesia onde se localiza Boassas se designar de Oliveira, sendo que a mesma é antiquíssima e “*encontrava-se já organizada em 922, quando foi senhor dela o conde Rodrigo Lucílio*”²⁰⁴, isto numa época em que no país, a região de Lamego é a única a norte do Mondego em que se conhece produção de azeite durante a Idade Média: “*Só o aro de Lamego se avantajava numa penúria geral, expedindo para o Porto cereais, azeite, vinhos e vinagre. É a mais antiga e única referência à extensão da oliveira para o norte do seu limite medieval (cerca dos meados do século XV).*”²⁰⁵

²⁰² Ver Anexos: Fotografia da Lapa da Chã, págs. 49/50

²⁰³ Ver: MARQUES, António Henrique de Oliveira - *O Portugal islâmico* in «Nova História de Portugal» (dir. de Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques), pág. 196

²⁰⁴ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. IV, pág. 368

²⁰⁵ RIBEIRO, Orlando - *Opúsculos Geográficos*, pág. 116

Na região de Boassas prolifera o olival e será mesmo o local da freguesia em que mais intensivamente é cultivado. Conhecem-se pelo menos quatro antigas azenhas em Boassas e região limítrofe (uma delas com data de 1072).

A propósito deste topónimo, será de notar que ele se deve, sem dúvida à sua proliferação, numa época em que ainda se dizia Ulveira (Is 1258 981).²⁰⁶

Acerca da oliveira, do olival e da sua relação com a cultura árabe e magrebina, atente-se nas seguintes observações de Orlando Ribeiro: *“Três grandes culturas deve o mundo às civilizações mediterrâneas: o trigo, a vinha e o olival. Todas elas ascendem a uma antiguidade remota e eram sinais de formas de vida superior, quer pela generalidade do seu consumo, quer por serem objecto de comércio.”*

“Ramos de oliveira encontram-se em túmulos egípcios; quando a pomba solta por Noé voltou à arca trazia no bico um ramo de oliveira. Zeit é a palavra comum às línguas hebraicas, donde passou ao persa e às línguas turanianas.”

(...)«azambujo», palavra de origem berbere que passou ao árabe peninsular e magrebino, tanto designa a variedade (de oliveira) espontânea como a cultivada.”

“A azeitona entra largamente na alimentação popular, onde passou às mesas fartas e aos «acepipes» (do árabe «passas de uva») ou aperitivos, vendendo-se hoje nas lojas e mercados mais fornecidos.”

“Também entre os hebreus e outros povos do Oriente antigo, donde o uso passou provavelmente aos romanos e aos cristãos e muçulmanos medievais, os óleos aromáticos, com que se perfuma o corpo das elegantes e dos homens efeminados, consistiam em vários perfumes dissolvidos em azeite; ungiam os pés doloridos do caminhante e eram entre os hebreus, uma forma de reverência, ao mesmo tempo que um preceito de higiene.”

“Safra designa o conjunto de operações desde a colheita do fruto até à saída do azeite do lagar; palavra de origem árabe, denota o incremento que os muçulmanos deram a uma cultura, embora florescente desde remota antiguidade.”

“Da época muçulmana ficaram muitos testemunhos no vocabulário e na toponímia: zambujo, zambujeiro, zambujal, estes dois também como nomes de lugar, como Azambuja, azeite, Azeitão (o olival), azeitona, safra, almanjarra, fanga (medida de capacidade para a azeitona), seira, almotolia (pequena vasilha de metal de boca estreita apenas utilizada para o azeite). Muitas palavras da mesma origem relativas ao

²⁰⁶ Ver: FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», vol. LXI (fascículos 1 e 2), 2002, págs. 40/41

pastoreio revelam talvez o nomadismo atávico dos muçulmanos; mas árabes e berberes também eram sedentários, as suas cidades, maiores e mais prósperas do que as cristãs, possuíam uma cintura de culturas mimosas onde a oliveira tinha lugar; os berberes montanheiros eram mestres na construção de socalcos e na arboricultura. Os livros árabes peninsulares da agricultura referem tanto a propagação espontânea pelo caroço como a plantação; num ano de grande seca transplantaram-se árvores da África para a Península.”

“Uma Declaração régia, provavelmente do fim do século XIV, indica que os mouros pagavam azaqui (umas vezes a dízima, outras a quarentena) dos cabedais e frutos que recolhessem: dízima do pão, legumes, ervas, azeite, figos passados, «nas terras onde os houvesse», a quarentena do gado vacum, ovelhas, cabras, carneiros, cordeiros, camelos, a dízima das cavalgaduras e suas crias, do mel e cera. De notar que a figueira não era geralmente tão cultivada como a oliveira e a referência a camelos, que não me ocorre em outros documentos portugueses.

«Do azeite pagavam a dízima (azaqui), apresentando-a à sua custa no armazém do rei. Mas antes de fazer o azeite no lagar, era obrigado a mostrar as tulhas ao almoxarife do rei e ao seu escrivão, ou ao recebedor ou rendeiro, devendo esperar autorização de algum destes para tirar o azeite do lagar. Faltando-se a este preceito, a dízima seria dobrada, sem outra pena.» (Gama Barros, «Judeus e Mouros em Portugal nos tempos passados», apontamentos publicados por J. Leite de Vasconcellos na Revista Lusitana, vol. 34.º e 35.º, cit. A p. 223 do último vol.)

*Esta disposição confirma a importância do azeite, já consignada em todos os forais de mouros forros.”*²⁰⁷

Se é certo que, tal como afirma Cláudio Torres, “(...) o Islão corresponde ao Mediterrâneo. Só vai até onde chega a Oliveira”²⁰⁸, não será menos verdade que não terá sido também este motivo que possa obstar à sua forte presença nas terras durienses da região de Lamego.

Ainda no final do século XIX, afirmava Pinho Leal que nesta freguesia (de Oliveira do Douro), o azeite que se produzia, para além de ser em quantidade, era “(...) do melhor do reino (...)”.²⁰⁹

²⁰⁷ RIBEIRO, Orlando - *Opúsculos geográficos*, págs. 111/112

²⁰⁸ TORRES, Cláudio - *O Mito da Invasão*, in jornal Público de 31 de Agosto de 2003

²⁰⁹ LEAL, Pinho - *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pág. 274

A profusão de vestígios e indícios da presença árabe na região que nos propusemos tratar é de tal ordem que, como conclusão imediata, teremos que admitir forçosamente que esta, contrariando uma ideia ainda vulgar nos tempos que correm [Gonçalves da Costa referia-se, ainda há não muitos anos a uma “(...) *permanência episódica dos árabes na região lamecense* (...)”], foi uma presença não só forte, como marcante e ...duradoura.

Para estabelecer esta conclusão haverá que considerar, à luz dos mais recentes estudos e descobertas, que a arte árabe/islâmica e nomeadamente a do al-Ândalus trouxe progressos consideráveis e foi, em muitos aspectos, pioneira e precursora dos principais movimentos artísticos medievais da Europa, nomeadamente do românico e do gótico.²¹⁰ De facto os árabes irão aportar à Península Ibérica elementos primordiais que caracterizam estes estilos, nomeadamente: a abóbada de nervuras; o arco de ogiva; o arco de querena; o *ajimez*; o *alfiz* e toda uma profusão de motivos ornamentais de nítida influência oriental, sobretudo persa e bizantina.²¹¹

Assim, ao nível dos vestígios arquitectónicos e arqueológicos poderemos estabelecer uma identificação que passa pelo agrupamento em três tipos distintos:

1. Um primeiro núcleo, bastante arcaico e primitivo (do séc. VIII ao X) onde se inserem ruínas, elementos e vestígios característicos da cultura árabe (fortificações; oratórios, cubas e mesquitas; portais; janelas e elementos arquitectónicos pré-românicos inseridos em posteriores reconstruções; etc). Este primeiro grupo caracteriza-se também por um grande aproveitamento de estruturas anteriormente existentes, visigóticas e nomeadamente romanas, não só em fortalezas, como castros romanizados, passando pelas próprias estradas e pontes. Exemplos: Igreja de Cárquere; Igreja de Almacave; Castro da Mogueira; Igreja de S. Martinho de Mouros; Igreja de Balsemão; Castelo, Muralhas e Cisterna de Lamego; Castelo de Penedono; Igreja de Tarouquela; etc...
2. Um segundo núcleo que, embora relacionado ainda directamente com a cultura árabe/islâmica, é já claramente posterior (meados do séc. X a finais

²¹⁰ Ver: STIERLIN, Henri - *Islão, de Bagdade a Córdova (A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII)*, págs. 122 a 124 e LÉVI-PROVENÇAL - *La Civilización Árabe en España*, págs. 112/113

²¹¹ Nota: LÉVI-PROVENÇAL chega mesmo ao ponto de afirmar sobre esta questão que, “(...) *el arte románico de la alta Edad Media es, bien directa o indirectamente, deudor al arte del Islam español anterior al siglo XII*(...)”, in: *La Civilización Árabe en España*, pág. 112

do séc. XII) e será, essencialmente, constituído pelos elementos moçárabes e “mudéjares”. (Detectam-se sobretudo em edifícios religiosos - capelas e igrejas; túmulos; azulejos e elementos arquitectónicos decorativos).

As igrejas desta região denotam, invariavelmente e nesta mesma época uma profusão de símbolos, elementos decorativos e aceções construtivas de típica concepção árabe, islâmica ou oriental. É dado como certo que, após a conquista do território por D. Fernando I, em muitas das igrejas e fortificações foram obrigados a trabalhar escravos muçulmanos, nomeadamente na sua reconstrução.

Exemplos: Igreja de Almacave; Igreja de S. Pedro das Águias; Igreja de Barrô; Igreja da Ermida do Paiva; Sé de Lamego; túmulo da Igreja de Cinfães; Igreja de Escamarão; Igreja de Tarouquela; etc.

3. Por fim um terceiro grupo onde, em obras já mais tardias e plenamente cristãs (do séc. XII em diante), será possível detectar influências árabes e orientais. Poderemos mesmo referir que esta influência nunca cessou completamente, e que é possível observar, em templos e construções posteriores, elementos típicos (ou que se vieram a tornar típicos) da arquitectura islâmica, como o arco de ferradura, de querena, o alfiz e o agimez, e que perduraram quase até aos dias de hoje, como muito bem simbolizam, por exemplo, no Porto, o famoso “salão árabe” do Palácio da Bolsa, edificado em 1880, segundo projecto do arquitecto *Tomás Augusto Soller* e o belo edifício dos escritórios da antiga Fábrica de Cerâmica das Devesas, na Rua José Falcão, edificado por volta de 1890 e cujo projecto deverá ser da autoria de *José Joaquim Teixeira Lopes*.²¹²

Também em Gaia as próprias instalações da referida fábrica apresentam influências da arquitectura árabo-andaluz, nomeadamente nas ameias orientais e nos revestimentos de parede em azulejos hispano-árabes.²¹³

A importância de Lamego

Embora sob domínio árabe, Lamego irá no entanto manter o seu bispo e a própria igreja episcopal vindo a possuir uma significativa comunidade moçárabe, que se

²¹² Ver Anexos: Porto árabo-andalus, págs. 63/64

²¹³ LOSA, António - *Influência Andaluza na Arquitectura Portuguesa dos Séculos XIX e XX*, Coimbra, (separata das actas do IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos), pág. 16/17

encontra referida em documentação da época e que habitava os arrabaldes da cidade, junto da capela de S. Salvador, na margem direita do rio Coura.²¹⁴

A identificação de um grande número de fortificações de época árabe, ou com vestígios da sua presença, ao longo do Douro vem dar consistência à tese de que este seria uma linha de fronteira de criação intencional e bem definida. Por outro lado acentua também a ideia, apontada por Christophe Piccard, de que esta poderá até ser mesmo a única linha defensiva, bem delineada e intencionalmente construída com esse fim, conhecida no Garb al-Ândalus. Este facto não seria de estranhar, tendo em conta que a norte do importante curso fluvial se localizavam, (tal como os próprios escritores árabes da época referiam) terrenos mais inóspitos e montanhosos, com um clima adverso aos povos do sul, onde a presença cristã era mais acentuada e para onde se haviam retirado aqueles que não queriam permanecer sob domínio muçulmano.

Por outro lado a profusa existência ao longo do Douro de estruturas de defesa pré-existentes - castros e castelos, conjugada com a formação de autênticos nichos de microclimas, em terras férteis e que propiciavam as culturas típicas do sul, como o azeite; o trigo e a vinha, tornavam-se imensamente apelativos e convidavam à fixação destes povos.

Quanto aos outros vestígios apontados, poderemos também referir, em primeira instância, o seu carácter profícuo e generalizado. Embora talvez sem um peso tão grande como os anteriormente enunciados, não serão contudo, menos importantes. Serão até, talvez, mesmo estes que acabam por constituir a prova evidente da persistência no tempo da fabulosa herança cultural destes nossos antepassados civilizadores a qual, embora perseguida, maltratada e sobejamente incompreendida, mesmo nos tempos que correm, acabou por ser guardada pelas próprias populações, por vezes de uma forma carinhosamente simbólica, acabando por contrastar fortemente com a imagem que o poder pretendeu transmitir, sobretudo a partir de determinada época.

²¹⁴ Ver: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 84

VI - A cidade de Lamego durante o domínio árabe/islâmico

VI - A cidade de Lamego durante o domínio árabe/islâmico

1. Um pouco da história de Lamego
 - 1.1. Lamego árabe
 - 1.2. Os “Reis Mouros” de Lamego
2. Identificação da cidade islâmica.¹
 - 2.1. Localização geográfica da cidade e seu termo
 - 2.2. Superfície intra e extra-muros (traçado da muralha; portas; arrabaldes)
 - 2.3. Compartimentação interna (freguesias; bairros; localização da alcáçova e da almedina...)
 - 2.4. Cadastro da cidade (ruas e praças; outros espaços sociais - zonas residenciais, zonas de mercado, zonas cultivadas, cemitério...)
 - 2.5. Análise da planta (classificação da planta; identificação dos centros sociais.)
3. População; propriedade; economia; sociedade; administração pública e justiça.
4. Religião
5. Cultura
6. Vestígios arqueológicos e arquitectura
7. Higiene e saúde urbanas
8. Conclusão ao capítulo V

¹ Com base em: MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Cidades medievais portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)*, Separata da Revista de História Económica e Social, 1982

1. Um pouco da história de Lamego

1.1. Lamego árabe.

Lamego foi desde muito cedo ocupada pelo povos árabes.

Almacári² refere que Muça Ibn Noçair na sua incursão pela península, com um exército de 18 000 homens, “*quase todos árabes e sírios*”³, após a tomada de Astorga conquistou a fortaleza de Bazu (Viseu). O percurso de Astorga a Viseu teria sido efectuado pela estrada romana que passa por Chaves (Aqua Flaviae), Murça (donde lhe terá deixado o nome)⁴ e, quanto a nós, obviamente, também por Lamego, que lhe fica no trajecto imediato dessa mesma estrada.

Em 715, escassos quatro anos após a entrada de Tárique na península com o seu exército, Abd Alazis, filho do citado Muça Ibn Noçair, conquista a Galécia e a Lusitânia, território onde se situava então a cidade de Lamego.

A relevância do povoado é tal que aparece, já então, citado pelos historiadores árabes como sendo uma das principais cidades do Garb al-Ândalus, ao lado de, por exemplo, Lisboa, Coimbra e Viseu.⁵

Embora fosse já considerada uma cidade importante, o seu florescimento durante o domínio árabe/islâmico e, sobretudo, durante a época do califado, entre 929 e 1031, é frequentemente enunciado pelos mais variados autores.

Isto sucede de tal forma que, aparentemente, os seus *valis* acabarão por vir a revelar uma grande influência e preponderância nas discórdias internas do próprio califado. *Lamico*, como lhe chamavam agora os árabes, tornar-se-ia, assim, um importante *valiato* de fronteira⁶, ao qual a sua localização, sobre a linha estratégica duriense, vinha acrescentar relevância.

A terra e sobretudo a urbe, crescendo em riqueza e importância, tornavam-na assim, cada vez mais, alvo da cobiça dos conquistadores, acabando Lamego por ser

² ALMACÁRI - “*The History of Mohammedan Dynasties in Spain*”, (trad. Parcial de Gayangos), vol. I, pág. 29

³ GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, pág. 46

⁴ Ver: DOMINGUES, José D. Garcia - *Portugal e o al-Andalus*, Lisboa, Hugin, 1997, págs. 59 e 60

⁵ Ver: CONDE, Antonio - *Dominación de los Arabes en España*, I, ed. 1840, pág. 62-63

⁶ Ver: CONDE, Antonio - *Dominación de los Arabes en España*, I, ed. 1840, pág. 164

tomada violentamente, por Afonso III das Astúrias e o território repovoado, donde a origem de muitos topónimos germânicos.

No entanto, este facto não terá constituído obstáculo duradouro, ou sequer consistente, à “arabização” em curso do território lamecense. Dentro em breve o rei Bermudo III, com o intuito de assim manter o seu reinado, far-se-ia tributário do *Califado de Córdoba*, estabelecendo a ponte necessária à estabilização e desenvolvimento de uma sociedade plural, onde cristãos, muçulmanos e judeus conviviam lado a lado.

Não chegando, como se infere, a haver um corte radical com a cultura e civilização árabes, estabeleceram-se, assim, as condições propícias à continuidade do crescente e avassalador fenómeno de “arabização” que se vinha dando já desde o início do século VIII. Desta forma a população *moçárabe* multiplica-se e começa a ser, cada vez mais, uma comunidade preponderante na região e sobretudo na urbe lamecense.

Este fenómeno de aculturação vai ser uma característica de toda a sociedade ibérica e é de tal forma acentuado que, em finais do séc. XI, a própria língua “romance” havia praticamente desaparecido, sendo o árabe a língua oficial dominante em praticamente todo o território do al-Ândalus.⁷

Os próprios bispos de Lamego, como de outras cidades (nomeadamente: Auca, Braga, Coimbra, Cória, Idanha-a-Nova, Porto, Salamanca, Viseu e Saragoça), serão também eles, a partir de determinada altura, *moçárabes*, mesmo após a tomada da cidade por D. Afonso III e após a restauração da sede episcopal⁸.

No entanto Lamego haveria ainda, mais uma vez, de ficar sob a administração directa do *Califado*. Assim, após *Almansor* haver vencido a batalha de Rueda, Bermudo III irá faltar à sua palavra, dando, com essa atitude, origem à tomada de Lamego pelo célebre *hájibe* e guerreiro. Corria o ano de 987.

A existência de uma população moçárabe, não só na cidade como em todo o território, ficará provada dez anos mais tarde, em 997, aquando da terceira expedição de *Almansor* pelos territórios do norte do *Garb Al-Ândalus*, desta feita a Santiago de Compostela (a segunda tinha sido cerca de dois anos antes em 995, culminando com a conquista de Astorga, então capital do reino leonês).

Nessa data, os condes cristãos da região, dissidentes da monarquia leonesa, que governavam as terras ao sul do Douro e se encontravam subordinados ao poder do

⁷ Ver: GUICHARD, Pierre - *Al-Andalus, 711-1492*, pág. 143

⁸ Ver: SIMONET, Francisco Javier - *Historia de los Mozarabes de España*, págs. 124/125

Califa de Córdova, irão juntar-se ao poderoso *hájibe* na célebre tomada de Santiago de Compostela que, diga-se, era então o centro religioso cristão da Península Ibérica.⁹

Esta junção de guerreiros cristãos e muçulmanos foi, durante muito tempo, usual e as próprias tropas de *Almanson* eram mesmo, em grande parte, constituídas por guerreiros cristãos¹⁰. Por sua vez, inversamente, também o exército de D. Afonso VI detinha um considerável número de tropas muçulmanas, cerca de 30.000¹¹. Factos que demonstram claramente como as lutas dessa época encontravam justificação e assentavam, ainda, muito mais em questões políticas, de ambição e de poder, do que propriamente religiosas.¹²

Almanson, aparentemente com o intento de demover os intuitos dos reis asturo- leneses do norte terá mandado edificar, nesta época, uma possante fortaleza de carácter praticamente inexpugnável, sendo certo que o castelo de Lamego é já referido no século X, nomeadamente no designado «Testamento de Ribulo frigido».

De facto os documentos coevos¹³ referem o carácter impressionante da fortaleza de Lamego, a qual seria agora dotada de altas torres. Segundo a “*Crónica dos Godos*” havia mesmo uma espécie de “*cintura defensiva*” em redor da cidade, formada por uma série de outros castelos (*«cetera castella in circuitu civitatis»*)¹⁴.

Não será, assim, por mero acaso que Almanson escolhe a cidade de Lamego como o local onde se irá estabelecer por algum tempo, logo após a tomada de Santiago de Compostela, para aí fazer a distribuição de parte do saque pelos condes cristãos que o acompanharam nessa expedição¹⁵. Aí terá redigido, ele próprio, o relato da campanha, que enviou, posteriormente para Córdova.

Lamego seria pois, à época, não só a cidade mais importante imediatamente a sul da dissuasora linha de fronteira formada pelo Douro, como também a mais segura e bem

⁹ Ver, AZEVEDO, Rui Pinto de - “*A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16*”, págs. 78/79

¹⁰ Ver: HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, Volume I, pág. 105 e LÉVI-PROVENÇAL, E. - *Histoire de l’Espagne Musulmane*, vol. II, pág. 224

¹¹ Ver: HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, Volume I, pág. 180

¹² LOPES, David - *História de Portugal*, volume I, págs. 422 e 423. Refere este grande arabista: “(...) *A luta entre eles (cristãos e muçulmanos) é mais de predomínio político e económico do que religiosos. Só o sentimento religioso exacerbado ofusca e cria intransigências. Ora a Idade-Média da Península não tem grandes ódios religiosos. Os invasores são tolerantes com os vencidos e os príncipes cristãos da reconquista dão aos vencidos de agora condições de vida suaves, considerando-os, apesar de outra religião, como membros dignos da nova comunidade. Só o século XVI, das luzes, mas também da Reforma, havia de envenenar os espíritos com o vírus da intolerância e tornar impossível a vida da comunidade.*(...)”

¹³ Ver: “MONACHI SILENSIS CHRONICON”, citado por Almeida Fernandes in, “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, vol. 14 , pág. 610

¹⁴ “CRÓNICA DOS GODOS”, citada por Almeida Fernandes in, “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, vol. 14, pág. 610

¹⁵ Sobre o episódio da tomada de Santiago de Compostela por Almanson, ver: LÉVI-PROVENÇAL, E. - *Histoire de l’Espagne Musulmane*, vol. II, pág. 249/250; AZEVEDO, Rui Pinto de - *A Expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de Piratas Normandos à Galiza em 1015-16* e HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, Volume I, pág. 152 a 156

fortificada.

No século XI Lamego passa a fazer parte do reino taifa de Badajoz, governado por Mudhaffar. Nessa altura o vali de Lamego, Zadan Ibn Huim (filho de Huim Alboacem), terá ordenado, mais uma vez, a recuperação e reforço da muralha do castelo. No entanto, e malgrado todo esse esforço defensivo, Lamego iria ainda sofrer, mais uma vez, o derrube das suas muralhas e nova mudança administrativa. Seria conquistada definitivamente por Fernando I «o Magno» num Sábado, 29 de Novembro de 1057, após a tomada de todos esses castelos circundantes, sendo porém que a magnificência das suas muralhas iria exigir o recurso a engenhosas torres móveis de madeira, catapultas, arietes e outras máquinas de guerra.

Fernando Magno terá chacinado parte da população árabe da cidade (“*lamecensis quoque mauri partim gladiis obtruncati*”) ¹⁶, tendo reduzido à escravatura outra parte, a qual terá sido obrigada ao trabalho de reconstrução de edifícios. Facto que, de alguma forma, ajudará a explicar a existência dos profusos vestígios de arte árabe e oriental em numerosas igrejas e templos da região.

“(…) Tudo indica que a igreja de Almacave (embora não o edifício presente) foi uma das que em 1057, após a conquista definitiva de Lamego aos Mouros, o rei conquistador, Fernando Magno (de Leão), mandou refazer e dotar, com outras suas vizinhas: «*partim (maurorum) vero ob diversa ecclesiarum opera ansis ferreis sunt constricti*», e do espólio «*melhor pars per ecclesias, et Christi pauperes, distribueretur*»: «*Monachi Silensis Chronicon*», in «*España Sagrada*», XVII, pp. 318-319. ¹⁷

Posteriormente terá sido D. Afonso III quem, por sua vez, terá mandado reconstruir as muralhas da cidade ¹⁸, ficando estas com o aspecto geral com que hoje se nos apresentam.

A notável cisterna, existente dentro da cidadela, abobadada e profusamente siglada, é referida por diversos autores com sendo de origem árabe ou mourisca. ¹⁹

1.2. Os reis «mouros» de Lamego

Embora o nosso estudo não fosse nesse sentido, pudemos identificar o nome de alguns dos designados «reis mouros» da cidade e território de Lamego, nomeadamente:

¹⁶ “MONACHI SILENSIS CHRONICON”, citado por Almeida Fernandes in, “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, vol. 14, pág. 610. Sobre este aspecto ver ainda: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 77

¹⁷ FERNANDES, A. de Almeida - *Censual da Sé de Lamego (século XVI)*, pág. 63

¹⁸ Ver: GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, pág. 46/47

¹⁹ Ver: GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, pág. 47

Muça e Loleyma que aparecem referenciados na relação escrita executada pelo vigário da sé de Lamego em 1758²⁰, assim como Huim Alboacem²¹ (ou Alboazan), documentado historicamente em 1030, pai da lendária princesa Ardinga e de Zadan Ibn Huim (ou Laden Haben Huim), o qual sucedeu no governo de Lamego e foi quem ordenou a construção das muralhas, em parte ainda hoje existentes.

Este último era, por sua vez, pai de Echa Martim, o qual é figura histórica, encontrando-se provada a sua existência documental em registos do cartório de S. João de Tarouca, da sé de Lamego e do arquivo de Salzedas. Echa Martim é considerado, vulgarmente, o último «rei» mouro de Lamego e a ele se encontram associadas algumas histórias que Frei Bernardo de Brito parece, no entanto, haver empolado, ou mesmo ficcionado.

Echa Martim (ou Martins) e sua mulher Axa (ou Aicha) Ansures, convertem-se ao cristianismo após a conquista de Lamego em 1057 por D. Fernando I, sendo o segundo nome de ambos o patronímico adoptado aquando do baptismo. Echa Martim acabaria, contudo, por ficar à frente do governo da região de Lamego por mais quase uma década, e da própria cidade quase trinta anos, pois que Fernando I, tendo em conta a sua lealdade, conversão ao cristianismo e, dizemos nós, também pela existência de uma importante comunidade moçárabe, acabaria por lhe deixar novamente o governo da terra lamecense.

Em 1064, após a conquista de Coimbra por D. Fernando I, irá assumir o governo do território (ou terra) de Lamego o conde *moçárabe* D. Sesnando (ou Sisenando), natural da arabizada Lafões e governador do então formado condado colimbricense.

Echa Martim, embora então sujeito a D. Sesnando, permaneceu contudo *alcaide* da cidade de Lamego por mais alguns anos, devendo ter falecido por volta do ano 1085.

É ainda conhecido o nome de um filho de Echa Martim e de Aicha Ansures, curiosamente chamado Martim Echa o qual, por sua vez, era o pai de João Martins, abade da colegiada de Almacave, conhecido como tendo sido o primeiro deão da sé de Lamego e que terá falecido em 1212.

Este aspecto da sucessão dos “reis mouros” de Lamego acaba por se revelar de suma importância nesta análise, na medida em que se prolonga mesmo após a conquista definitiva da cidade, perpetrada por D. Fernando I. O mesmo sucedendo posteriormente

²⁰ Ver: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 73/74

²¹ NOTA: *Alboacem* deveria ser, em árabe, provavelmente: *Abdul' Hassan*

com a sucessão de Echa Martim por um conde *moçárabe* como D. Sesnando, o qual havia chegado a ser *vizir* na corte sevilhana de *Al-Mu'tamid*.²²

Para a mesma ilação vem contribuir o facto de que, após a tomada da cidade por D. Fernando I, Lamego tenha deixado de ter bispo, contrariamente ao que acontecia durante o domínio árabe. Este acontecimento, de difícil explicação, só se poderá entender, quanto a nós, se tivermos em conta que o próprio bispo seria moçárabe e que poderá ter ficado desagradado com as atitudes dos exércitos invasores para com a população da cidade, os quais, muitas vezes não distinguiam muçulmanos de moçárabes.

A D. Sesnando sucederia no governo do território colimbricense (do qual fazia agora parte Lamego), o seu genro D. Martim Moniz, o qual, significativamente, irá encabeçar em 1111 uma rebelião dos *moçárabes* de Coimbra contra o conde D. Henrique. Este aceita as suas principais reivindicações e concede foral á cidade.

A sucessão de todos estes aspectos vem revelar, e pôr em evidência, não só a inexistência de um “corte” abrupto com a cultura árabe nessa época, como precisamente o inverso, ou seja, um prolongamento no tempo dessa presença e influência.

Assim, teremos forçosamente que admitir que este prolongamento no tempo (repare-se que o neto de Echa Martim, João Martins, é já um personagem do século XIII) irá fazer perdurar e estabelecer uma continuidade nos usos e costumes que, obviamente, terá tido repercussões culturais fortes, tanto nas próprias populações, como nas “*marcas*” e vestígios que foram sendo deixados no território.

2. Identificação da cidade islâmica²³

2.1. Localização geográfica da cidade e seu termo.

A cidade de Lamego, localizada em zona estratégica, autêntica encruzilhada de várias vias importantes, que já os romanos haviam estabelecido, e que a ligavam também às mais prósperas e importantes cidades do al-Ândalus, nomeadamente Sevilha, Córdova e Granada²⁴, localizando-se ainda na rota preferida para a romagem a Santiago de Compostela, desde cedo motivou os militares muçulmanos para a sua ocupação.

²² Ver: HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, Volume I, pág. 192/193

²³ Com base em MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Cidades medievais portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)*, Separata da Revista de História Económica e Social, 1982

²⁴ Ver Anexos: Mapa 1 (Principais vias de comunicação do Garb al-Ândalus) - págs. 67/68

São os próprios historiadores árabes, como vimos, que apontam Lamego como uma das principais cidades entre o Tejo e o Douro. Também as suas características topográficas, ligada a outros factores preponderantes, como o próprio clima e a um terreno fértil, onde as culturas típicas dos povos árabes e berberes eram possíveis, levaram a que rapidamente se transformasse em importante valiato de fronteira, com uma indústria e um comércio florescentes.

É sem dúvida o “morro do castelo”, actual freguesia de Almacave, o local de origem do povoado de Lamego. Aí terá existido um castro que os romanos terão destruído, facto que teria, assim, obrigado a população a descer à planície.

“Excessiva tributação teria provocado uma revolta local de que resultaria tremenda punição executada pelas legiões romanas a isso chamadas - incendiaram a vila, logo reconstruída e dotada de nova fortaleza e cerca muralhada, por ordem do imperador Trajano.

*Romanizada, a vila crescia a partir do cume acastelado, tornou-se cristã e ganhou alvará de «civitas», finalizava o século IV.”*²⁵

Podemos constatar, na realidade, que o aparecimento de vestígios arqueológicos romanos é profuso nas imediações do castelo, nomeadamente arcas sepulcrais, lápides e moedas. A própria igreja de Almacave ostenta nas suas paredes silhares de origem romana, o que também era usual no sistema construtivo durante a época árabe.

2.2. Superfície intra e extra-muros (traçado da muralha; portas; arrabaldes)

O traçado da muralha encontra-se ainda hoje bem delimitado e perceptível. É assim possível ter, ainda hoje, uma visão muito próxima do que seria a cidade na época do domínio árabe.²⁶ Os ainda hoje existentes panos da muralha medieval, ostentam inegáveis vestígios dessa época. *“Nestes muros, a par dos silhares da época românica, é possível encontrar, ao nível do embasamento, silhares de épocas mais recuadas, a que não será de todo alheia a ocupação árabe da cidade.”*²⁷

Aparentemente Lamego terá sido tomada pelos árabes sem grande esforço, ou mesmo sem luta. O que não será de admirar, se tivermos em conta que Lisboa, Sevilha ou a própria Toledo, que era então a capital do reino visigótico, se rendem, sem luta à chegada dos árabes, porque motivo tal não haveria de suceder com Lamego?

²⁵ GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, pág. 46/47

²⁶ Ver anexos. Planta da cidade de Lamego no séc. XI, pág. 78

²⁷ FERREIRA, Natália F./ BARROS, Susana P. - *Douro, Rotas Medievais*, pág. 27

Assim, “*Os muçulmanos instalaram-se e aproveitaram de uma Lamego semideserta, onde naturalmente pouco ou nada terão derrubado. Outro tanto não aconteceu em diferentes horas históricas, com repetidos assédios, tomadas e retomadas cristãs e islamitas. As casas, as muralhas, o castelo e as gentes de Lamego pagaram caro a própria importância.*”²⁸

Esta descrição dá já a ideia de como, entretanto, a cidade terá crescido se terá tornado um pólo fulcral no norte do Garb al-Ândalus.

É possível identificar duas portas na muralha, reedificadas provavelmente no século XII ou XIII, que todavia existem ainda hoje e mantêm a sua designação e que são a “Porta do Sol”, orientada a nascente e no extremo oposto a chamada “Porta dos Fogos” (também designada Porta dos Figos).

Conseguimos ainda identificar dois arrabaldes da época medieval, embora a sua designação não fosse a mesma durante o domínio árabe, tudo leva a crer que já aí se tivesse fixado parte da população. São eles o “Arrabalde da Sé” e o “Arrabalde da Seara”. O primeiro junto ao rio Fáfel (hoje Ribeira de Coura) onde se fixou a comunidade moçárabe em torno da chamada igreja de S. Sebastião (hoje Bairro da Sé) e o segundo no local que ficou conhecido como “Seara do Bispo” (hoje Bairro da Seara).

2.3. Compartimentação interna (freguesias; bairros; localização da alcáçova e da almedina...)

A divisão da cidade em duas freguesias provém já da Idade Média e poderia estar já consolidada durante a presença muçulmana, pois que sabemos que na parte baixa já se haviam estabelecido populações *moçárabes* em torno da igreja de S. Sebastião, a qual haveria de dar origem à própria Sé Catedral.

Assim, a freguesia da parte alta da cidade designar-se-ia de *Almacave* e a da parte baixa, junto à referida igreja de S. Salvador, de freguesia da *Sé*, aliás, tal como ainda hoje são conhecidas. Estes dois pólos urbanos irão, pois, ser as geratrizes do desenvolvimento urbano da cidade durante toda a Idade Média.

A *alcáçova* corresponderia, na época árabe, à zona constituída pelo actual castelo e respectiva torre de menagem, mas cuja construção deveria ter uma configuração algo diferente. No entanto os seus vestígios ainda se podem encontrar no aparelhamento diferente, escalonado e algo mais grosseiro, dos silhares do embasamento do castelo.

²⁸ GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, pág. 46

Também em alguns panos de muralha poderemos detectar ainda trechos de aparelho diferente, com as mesmas características e que deverão corresponder a essa época. Terá sido, como já vimos anteriormente, o *vali Zadan Ibn Huin* (ou *Laden Haben Huim*), quem inicialmente terá mandado edificar esta fortificação.

A cidade, ou *al-medina* em árabe, ombreava com as muralhas, ladeava o castelo e estender-se-ia sobretudo na direcção nascente/sul. A sul, junto à muralha existia o chamado “*Largo de Almedina*”, onde havia também a *Fonte de Almedina*.

Por outro lado, a localização a sudoeste de *Almacave*, já fora do perímetro da muralha e que significa, em árabe, «cemitério, ou campo-santo» (*al-macab*), leva a pensar que aí seria o cemitério islâmico e que essa não seria então uma zona habitada, pelo menos a partir de determinado perímetro.

À antiga rua dos *Açougues Velhos*, localizada no lado sul do castelo, hoje Rua da Cisterna, deveria corresponder, obviamente, o *souk* (mercado, em árabe).

Esta e a actual rua do Castelo, antiga rua Sapateira, eram, na época, as ruas principais, talvez mesmo as únicas, existentes dentro da cerca muralhada.

A Rua do Castelo era uma espécie de corredoura, que ligava as duas portas da muralha - A Porta dos Figos (também chamada Porta dos Fogos da Proclamação ou da Vila), localizada no extremo poente da muralha e a Porta do Sol, no seu lado oposto.

2.4. Cadastro da cidade (ruas e praças; outros espaços sociais - zonas residenciais, zonas de mercado, zonas cultivadas, cemitério...)

A riquíssima toponímia de Lamego, que infelizmente se vai a pouco e pouco perdendo, conserva ainda hoje a identificação dos locais da época árabe, tais como: Açogue(s); Almacave; Almedina; Alvorações; Arrabaldes; Beiúves; Fáfel; Midões; Nazes; etc.²⁹

A toponímia faz supor que na antiga *Rua dos Açougues Velhos* (hoje Rua da Cisterna) se localizaria o mercado, ou a zona mercantil por excelência da cidade islâmica, pois que a palavra açogue provém da designação árabe *al-souk*, significando, precisamente «o mercado».

Da mesma forma em Almacave se localizaria o cemitério, pois que em árabe o vocábulo *al-macab*, significa «cemitério ou campo-santo».

O facto de o cemitério se localizar bastante próximo da *alcáçova* leva a pensar que a cidade se desenvolveria sobretudo no sentido nascente/sul. O prolongamento da

²⁹ Ver Capítulo V - Vestígios da presença árabe ao longo do rio Douro, 4. Toponímia, pág. 87 e segs.

rua principal do castelo (rua da Sapateira) através da rua da Olaria e do Couto da Sé, ao qual corresponderia inicialmente o *arrabalde* (do árabe *ar-rabād*) da cidadela, bem como pela medieva Rua da Corredoura, hoje Rua de Cardoso Avelino, a qual era a saída da cidade para o sul, mostram nitidamente o crescimento medieval da cidade como sendo feito no sentido sudeste. O que está de acordo com a localização das principais vias comerciais da época e que ligavam ao sul.

O topónimo Midões corresponderia, por sua vez, ao campo de lutas, ou de treino militar, que os árabes designavam por *midan*.

Por seu lado, a cisterna, localizada dentro do perímetro fortificado, parece ser também da época árabe e demonstra a preocupação com a defesa da cidade, em guerras e eventuais cercos prolongados.

O povoado extravasa os muros primeiramente do lado sul. Assim, encostadas à muralha, que acaba por praticamente desaparecer e ao longo do principal caminho de acesso à zona baixa e de cultivo, situada do lado nascente, vão aparecendo múltiplas casas de habitação, aproveitando a exposição solar favorável. É na zona baixa, nos terrenos mais férteis e de cultivo, junto à ribeira de Fáfel, onde então se localiza a igreja de S. Sebastião que se estabelecem as comunidades cristãs *moçárabes*.

Ao lado da igreja de Almacave irá desenvolver-se um bairro que será a judiaria. Um outro havia já sido criado junto da chamada Porta dos Figos. Havia mesmo a chamada *Rua da Esnoga* (e que hoje é a *Rua Nova*), a qual devia o seu nome, obviamente, à existência de uma *Sinagoga*.

2.5. Análise da planta (classificação da planta; identificação dos centros sociais.)

A planta, parece ter origem na forma arredondada da antiga povoação castreja, perceptível sobretudo do lado poente. Terá evoluído através de uma expansão no sentido nascente (para o rio e para as planícies mais férteis), tomando uma forma semi-oval ou ovalada e acompanhando a própria configuração topográfica do local.

A identificação da zona baixa como Rossio durante a Idade Média, leva a pensar numa transferência, nessa época, do centro social que seria anteriormente na zona alta, junto à alcáçova, para junto do novo centro religioso importante, o qual passaria agora a ser a igreja de S. Sebastião e posteriormente sé catedral.

O estabelecimento, nesse local, de uma preponderante comunidade *moçárabe* terá fomentado posteriormente o aparecimento do designado *Arrabalde da Sé*.

Um outro arrabalde acabaria por se desenvolver, mais tarde, na zona alta e plana da cidade, em terrenos da igreja, na designada *Seara do Bispo* e passando então a designar-se por *Arrabalde da Seara*.³⁰

3. População; propriedade; economia; sociedade; administração pública e justiça.

Lamego teria, como vimos, uma importante comunidade *moçárabe*, que é aliás amiúde referida e que deveria ser eminentemente rural, habitando os arrabaldes, nas zonas mais baixas e férteis.

Tinha também uma comunidade judaica, tal como grande número de povoações da época, havendo mesmo a menção a duas judiarias durante a Idade Média, embora nunca lhes encontremos referência durante o período árabe.

Ao lado da cidade existe a povoação de Penajóia, cuja designação arcaica era *Peñajuía*, o que significaria Penha Judía³¹, indiciando também aí a presença de uma comunidade judaica. No vizinho concelho de S. João da Pesqueira existia uma judiaria, na chamada Rua dos Gatos.

A economia da cidade de Lamego apoiava-se na agricultura dos terrenos circundantes e numa florescente indústria artesanal que tinha a sua base na latoaria, metalurgia, ourivesaria, marcenaria, na indústria da tecelagem e na produção de sedas e linhos. Tudo leva a crer que houvesse também uma produção notável de cerâmicas e couros.

Os fornos de cozer telha e louça da região, são já mencionados desde o século XIII, nomeadamente em S. Marinho de Mouros. Na cidade, a importância desta indústria cristalizou-se no nome da Rua da Olaria, a qual se chamou Rua dos Oleiros, pelo menos até 1405.

O comércio é também uma actividade económica em grande expansão. Na cerca de Almedina, no Castelo, realizava-se uma importante feira, que chegou a durar um mês e que se manteve até ao século XV. A este importante evento comercial acorriam, para além de gentes de Entre-Douro-e-Minho e das Beiras, os “*mouros*” de Granada e Sevilha, fazendo chegar à cidade especiarias e tecidos orientais³².

É também de supor que a cultura da vinha e da oliveira houvesse já adquirido um desenvolvimento significativo. Há referências à venda herdades com “vinhas por

³⁰ Ver anexos. Planta da cidade de Lamego no séc. XI, pág. 78

³¹ Ver Capítulo V - Vestígios da presença árabe ao longo do rio Douro, 4. Toponímia, pág. 87 e segs.

³² Ver: LARANJO, F. J. Cordeiro - *Alguns Sumários da História de Lamego*, pág. 13

todo o lado”, na região, já em 1255, enquanto que as adegas e lagares são já mencionados no início do século XIV.³³

Os *almocreves*, desaparecidos na região ainda há não muito tempo, representaram também um papel importante, não só na economia como na cultura.

Para o desenvolvimento económico da região, na época, será ainda de ter em conta que o sistema tributário, imposto pelos árabes, se por um lado permitia às classes dirigentes viver de forma folgada, por outro também deu azo a que os senhores feudais locais mantivessem as suas propriedades, a sua riqueza e influência

Serão mesmo estes aspectos que irão levar a que os condes da região continuem a manter-se fiéis ao *Califado*, de tal forma que irão acompanhar e lutar ao lado de *Almansor* na sua célebre campanha de 997 contra Santiago de Compostela.

4. Religião

Aparentemente as comunidades religiosas conviviam paredes meias sem grandes conflitos. É possível identificar, como vimos, durante a época árabe/islâmica, comunidades judaicas; moçárabes/cristãs e, claro, muçulmanas.

A *mesquita* deveria localizar-se próximo da *alcáçova*, onde residiria então a maior parte da comunidade muçulmana. A localização mais frequentemente adoptada pressupõe que esta seria no local onde hoje se ergue o templo de Almacave, o qual havia sido construído, provavelmente, em cima das suas ruínas³⁴.

A presença judaica parece também ter sido bastante forte e importante em Lamego. Chegaram mesmo a haver duas *judiarias*, embora não saibamos se ambas coexistiriam no período árabe.

A “Juduaria Velha” ou “Do Fundo da Cidade”, localizava-se junto da Porta do Sol e sendo a mais antiga, poderia já ser o “habitat” da comunidade judaica durante o domínio árabe. A outra chamada “Juduaria Nova”, “Juduaria Grande”, “Juduaria da Cruz da Pedra” ou ainda “Juduaria do Fundo”³⁵, localizava-se junto à igreja de Almacave.

Nesta *Juduaria Nova*, havia mesmo a *Rua da Esnoga* ou *Sinagoga*, o que permite identificar também a própria localização do templo judio.

As comunidades cristãs, essencialmente votadas à agricultura, encontravam-se, como vimos, um pouco mais arredadas, nas zonas mais baixas, onde existiam melhores

³³ Ver: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 298 e 375

³⁴ Ver: VASCONCELOS, Flório de - “O românico em Portugal”, in *História de Portugal* - SARAIVA, J. H. (dir.), pág. 731

³⁵ Ver: LARANJO, F. J. Cordeiro - *Lamego Antiga*, pág. 29

lugares de cultivo e por isso aí se localizavam as suas igrejas e templos. No que viria a chamar-se *Arrabalde da Sé* e onde se erigiria a actual sé catedral, existia a igreja de S. Sebastião em torno da qual se congregava a comunidade *moçárabe*, que se dedicava, essencialmente à agricultura.

Não temos conhecimento de que tenha existido uma “*mouraria*”, à semelhança do que sucedeu em outras cidades portuguesas. Aparentemente a tomada de Lamego por D. Fernando I «o Magno» deverá ter sido bastante penosa para os habitantes muçulmanos, mas também, estamos em crer, para os próprios cristãos *moçárabes*.

5. Cultura

A música sempre foi objecto de grande atenção por parte das gentes beiradurienses. A herança árabe é também (ou era há até pouco tempo) ainda bastante visível nas manifestações populares. O próprio Cancioneiro de Cinfães revelou, ainda recentemente, em meados do século passado, uma canção, cuja estrutura musical única no país, se julgava exclusiva da música marroquina ³⁶.

(...) Os serões nas aldeias para a desfolhada do milho ou espadelada do linho, acompanhados de cantares ao som de gaitas e arabis, constituía outro passatempo que mais tarde seria objecto das mais graves censuras por parte das autoridades eclesiásticas, por o julgarem moralmente condenável. Nos registos paroquiais, aparece em quase todos os povos o gaiteiro, mais raramente o arabileiro, ofício que às vezes passava de pais a filhos. No tombo do aro da cidade referem-se as fogaças no tamo, ou bodas de casamento, acompanhadas ao som do adufe. (...)” ³⁷

Nesta passagem, para além da identificação de alguns instrumentos musicais árabes como a gaita, o arabil e o adufe, podemos constatar a importância da herança árabe na designação dos próprios músicos (gaiteiro e arabileiro), assim como na música da região e a sua relação com algumas actividades ligadas às actividades agrícolas.

Mas a música não acompanhava apenas as festas e actividades ligadas ao mundo agrícola e do povo, como também toda a espécie de acontecimentos festivos. A música árabe acabará mesmo por se converter numa moda após a “Reconquista” e os *mouriscos*, dados a toda a espécie de cantares, músicas, danças e folias, eram chamados para abrilhantar as festas dos fidalgos e dos nobres. ³⁸ As próprias romarias eram, na

³⁶ Ver Capítulo V, 3. Cultura, usos e costumes - *A canção marroquina do Cancioneiro de Cinfães*, págs. 82/83

³⁷ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, págs. 477/478

³⁸ Ver, ALVES, Adalberto - *Arabesco. Da música árabe e da música portuguesa*, pág. 48

Idade Média, em Lamego, acompanhadas “(...) *ao som dos órgãos, alaúdes, guitarras, violas e pandeiros.* (...)”³⁹

O fabrico de sedas e tecidos era importante, não só em termos económicos, como também na forma de vestir da sociedade da época. Há o registo de um testamento datado de 1373, em que uma senhora deixa por legado à sua criada uma saia e um *alfoleime*. Esta peça de vestuário, também chamada *alfola*, era “(...) *um vestido rico, em forma de dalmática, que vinha de Granada* (...)”⁴⁰

A acentuar esta relação das gentes de Lamego com os mouros e o Oriente, há ainda um curioso relato de um sapateiro da cidade, chamado José, que havia viajado pelo Oriente. Havia inclusive estado em Bagdad, onde obtivera muitas informações sobre a rota das especiarias da Índia. Acabaria por ser indigitado por D. João II para que, acompanhado pelo *Rabi Abraão*, viajasse ao encontro de Pêro da Covilhã.⁴¹

Podemos ainda deduzir que a arte de trabalhar a pedra era bem conhecida e praticada pelos muçulmanos, pois que, após a tomada de Lamego, um grupo de 5.000 é obrigado a trabalhar na reconstrução dos templos e igrejas da região.⁴²

Na Idade Média os pedreiros eram conhecidos por *faber* (oficial), assim como os carpinteiros. As obras de madeira alcançam também algum relevo nesta época.

Os conhecimentos científicos aportados pelos árabes vão contribuir também de sobremaneira para o desenvolvimento das vinhas, dos métodos de irrigação (açudes, levadas) e captação de água (noras, cegonhas), e da agricultura de maneira geral. São introduzidas, na região, novas espécies de árvores e plantas, como as laranjeiras, tangerineiras e limeiras, mas também o zambujeiro, a alcachofra e a própria palmeira. O ladeiro (lódo, ou lódão, como é na região conhecido) acabaria por ficar como símbolo da própria cidade de Lamego, representado no seu brasão.

Os Berberes, exímios mestres na arte de construir socalcos, irão contribuir para o início do processo de transformação da paisagem do alto douro vinhateiro.

O desenvolvimento do comércio, os transportes de bens e produtos, as trocas comerciais e as feiras, irão ser o veículo principal de intercâmbio de culturas e saberes.

6. Vestígios arqueológicos e arquitectura

Ao nível da arqueologia, pouco existe, em Lamego que mereça ser mencionado.

³⁹ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 591

⁴⁰ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 479

⁴¹ Ver, COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 503

⁴² “MONACHI SILENSIS CHRONICON”, Almeida Fernandes in, “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, vol. 14, pág. 610

Não temos conhecimento de que hajam sido realizadas escavações para devolver alguma luz a qualquer problema relacionado com a época muçulmana, embora tenhamos a certeza de que, em realizando-se, muito se irá revelar do passado de Lamego.

Os locais, na cidade, que detêm importantes vestígios arquitectónicos foram já todos mencionados e são: a torre da Sé; a igreja de Almacave; parte da muralha da cerca do castelo; o embasamento do próprio castelo e, provavelmente, a já mencionada magnífica cisterna abobadada.

7. Higiene e saúde urbanas

*«Los árabes, como pueblo cuyas raíces se hunden en el árido desierto, siempre han conservado un especial aprecio y consideración hacia el agua. (...)»*⁴³

Lamego, como a maior parte das cidades árabes, ou islamizadas, deveria ter os seus banhos públicos, embora, até à data não tenhamos conseguido identificar a sua possível localização.

A necessidade da água para realizar as purificações próprias do ritual da oração dos muçulmanos, propiciou o aparecimento de fontes e lugares específicos para o efeito nas mesquitas. Também nas imediações dos edifícios religiosos, acabam por aparecer fontes e banhos públicos (*hammâmât*), localizados em edifícios independentes.

Tendo em conta a possibilidade de a mesquita se situar no local onde hoje se ergue a igreja de Almacave, não será descabido pensar que existiria aí próximo um balneário, ou edifício de banhos.

Algumas das indústrias que maior quantidade de água necessitavam, como a cerâmica; tratamento de couros; tinturarias; tratamento de têxteis (linho e cânhamo), vão-se situar fora da cidade, junto aos rios, quer pela própria necessidade da água para a execução dos trabalhos, quer pela facilidade de fazer escoar os resíduos produzidos.

Assim, em Lamego, é junto ao rio Fáfel, que se vão estabelecer algumas destas indústrias, nomeadamente do tratamento de têxteis, havendo registo de moinhos que aí funcionavam, e também da cerâmica, tal como era indicado pelo próprio nome da Rua da Olaria.

⁴³ FRANCO SANCHEZ, Francisco - *El espacio del agua en la ciudad de Orihuela en época islámica*, in EPALZA, Mikel de, et al - *Agua y Poblamiento Musulman*, pág. 33

Lamego desde cedo atraiu e seduziu os povos árabes. Vários factores contribuíram para isso mesmo, sendo certo que a sua já grande importância na época para isso muito terá influenciado. Já o rei Sisebuto aí havia mandado cunhar moeda, o que conferia à cidade uma importância como capital de um pequeno reino. Era uma cidade a despertar para o comércio e indústria, por onde passavam, na época, as mais importantes rotas comerciais da Península. Lamego ligava, para o norte, a Braga e Guimarães, e para o sul - por Alcântara - a Mérida, Córdova e Sevilha. Era ainda ponto de passagem obrigatório, no caminho de Santiago, para romeiros e peregrinos.⁴⁴

A região oferecia ainda uma espécie de micro-clima onde as principais culturas mediterrânicas se podiam desenvolver, nomeadamente: o trigo; a oliveira e a vinha. As linhas de água que cruzavam a cidade permitiam ainda as mais variadas culturas, num terreno muito fértil e ajudavam simultaneamente ao desenvolvimento das indústrias das tecelagens, das tinturarias, dos couros, para não falar dos próprios cereais.

A cidade iria desenvolver-se durante esses séculos, extravasando a própria muralha, sofrendo mesmo uma notável expansão (*arrabaldes*) e crescimento urbano, tornando-se também um importante centro administrativo (*kuwar*), governado por um *vali*, cujo limite era demarcado pelos rios Douro, Távora, Vouga e Paiva. As próprias muralhas da cidadela são então reforçadas. Este núcleo central, onde vive a população árabe/muçulmana e onde se localiza a *alcáçova*, acabará posteriormente por dar origem ao castelo que ainda hoje existe⁴⁵.

Extramuros localizam-se os bairros judeus e cristãos (moçárabes). Os judeus paredes meias com a própria muralha, procurando a zona então mais comercial, embora em terreno pouco favorável, pois aparentemente muito próximo do próprio cemitério islâmico (Almacave). Os cristãos, então mais ligados à agricultura, vão-se estabelecer no vale, nos *arrabaldes* (em árabe, *ar-rabad*), junto aos terrenos mais irrigados e por isso mais férteis. A cidade desenvolve-se assim segundo um eixo nascente-poente muito bem delineado.

O sistema tributário dos árabes, por outro lado permitiu aos condes cristãos da região manterem os seus terrenos, propriedades e bens, embora pagando o necessário tributo como todos os não-árabes. Não querendo estar sujeitos a Castela e Leão, estes

⁴⁴ Ver: Anexos, *Principais vias de comunicação do Garb al-Ándalus*, mapa n.º 2, pág. 68

⁴⁵ Ver: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 73

condes acabarão mesmo por prestar vassalagem (e tributo) ao *califa* e seguir com o célebre *hájibe* na tomada de Santiago de Compostela.

Graças a tudo isto a cidade cresce em dimensão e importância tornando-se mesmo uma das mais importantes da época.

No caminho que une a cidadela com o fértil arrabalde, junto ao rio, onde se estabeleceram as populações moçárabes, ao longo da íngreme vertente nascente do morro do castelo, começaram a surgir casas, originando aquela que é hoje conhecida como a rua da Olaria (e que foi dos Oleiros), denotando talvez uma indústria aí existente e que poderia remontar já ao domínio árabe. Outras indústrias surgem e desenvolvem-se, das quais as mais importantes parecem ser a produção de pano de linho; sedas e lonas e seu respectivo trato, mas também os couros e a cerâmica, como vimos.

O comércio era praticado dentro das muralhas, na pequena praça junto à *alcáçova*, onde se devia fazer uma espécie de feira. “À volta da acanhada praça levantava-se a casa das audiências, da relação e da cadeia; ali se reuniam todos os mercadores e acudiam todas as mercadorias. A cisterna abobadada era servida por uma profunda perfuração chamada o «poço do engenho».”⁴⁶ A própria rua que acompanhava a muralha pelo lado sul era designada como a rua dos *Açougues Velhos*, denotando a existência de um pólo comercial ou mesmo mercado.

A mesquita deveria estar também próximo da cidadela, embora extramuros, pois que a morfologia do terreno e a própria configuração da muralha e aglomerado urbano não permitiam uma grande flexibilidade que permitisse enquadrar um grande edifício. Tudo leva a crer que a mesquita pudesse estar no local onde hoje se ergue a igreja de Almacave, o que é aceite, ou pelo menos tido como muito provável, por variados autores. Assim, e como acontece em geral nas cidades islâmicas, também aqui os banhos públicos não deveriam ser muito afastados deste local.

O cemitério islâmico (em árabe, *al-macab*) também não deveria estar localizado muito longe como sugere a própria toponímia.

Assim, se a ascensão se tornara notória com a chegada dos árabes, agora, de forma inversa parece que com a expulsão definitiva da população muçulmana, após a conquista da cidade por Fernando «o Magno» em 1057, o seu declínio irá tornar-se irreversível.

Os “*mouros de Sevilha e Granada*” que antes aportavam à célebre feira de

⁴⁶ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, págs. 294/295

Lamego para aí venderem as especiarias das Índias “(...) *donde se abastecia todo o reino, por então não haver ainda trato da Índia (...)*”⁴⁷, são mencionados com saudade em 1532 por Ruy Fernandes, como o estertor do fim de uma época, de que é testemunho o seu pungente lamento.

De facto o descobrimento do caminho marítimo para a Índia iria retirar definitivamente Lamego da rota das especiarias e acabar com a sua própria feira “franca” que, nos tempos áureos, chegara a durar um mês inteiro. Factos que levariam M. Gonçalves da Costa a afirmar: “(...), *no final da Idade Média, as liberdades e a prosperidade que antigamente tinham constituído motivos de orgulho, não passavam de uma recordação.*”⁴⁸

De facto, se ainda em 1350 viviam no bairro do Castelo duzentas pessoas, passados cem anos 85% da população havia já abandonado esse mesmo bairro. Por outro lado a política de coarctação das liberdades municipais estabelecida por D. João I estará, obviamente, também directamente relacionada com este acentuado declínio⁴⁹.

Durante a dominação do território de Lamego pelos muçulmanos, este constituía um valiato, com amplas liberdades e autonomia, as quais após a conquista por Fernando I «o Magno» foi rapidamente perdendo, sendo sintomático o primeiro sinal dado pelo facto de a cidade imediatamente perder o próprio bispo que, acentue-se, coexistiu com o domínio árabe/islâmico.

Assim, torna-se impossível não relacionar estes factos: a ascensão da cidade de Lamego acentua-se com o estabelecimento do domínio árabe/islâmico, da mesma forma que, inversamente, o declínio se inicia imediatamente após estes serem obrigados a abandonar o território.

Querer ver nestes factos apenas uma mera coincidência revelaria, quanto a nós, alguma desatenção...

Para finalizar, ficamo-nos pela formulação de uma questão:

Estaria a população de Lamego assim tão “arabizada” nos seus usos e costumes que tem dificuldade em adoptar as novas regras impostas pelos príncipes cristãos?

⁴⁷ FERNANDES, Ruy - DIAS, Augusto - *Lamego do Século XVI*, págs. 34 e 35

⁴⁸ COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 383

⁴⁹ Ver: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 448

VII. Conclusão geral

VII. Conclusão geral

O Douro enquanto território de fronteira do Garb al-Ândalus.

[Prevalece a ideia de que o Douro constituiu, de facto, durante o período árabe, uma importante linha de fronteira, sucessivamente povoada em locais estratégicos (“*ribats*”; castelos; antigos castros romanizados e as mais importantes cidades), que foi herdando aspectos da sua cultura que se foram esvanecendo e modificando ao longo do tempo, mas que após quase sete séculos se fazem notar ainda nas mais variadas formas. A importância do Douro, em termos de território de fronteira, é tal que existem indícios, tal como defende Picard, de que poderá ser o único local onde foi construída uma linha de defesa constituída por uma série de fortificações (“*ribats*”), como o de Boassas e que são sugeridas também pela toponímia.]

“(…) recuerdo de una civilización en que la belleza era también qibla o dirección de las miradas y las intenciones.»¹

Os múltiplos indícios do domínio árabe-islâmico ao longo do rio Douro, no norte do Garb al-Ândalus e, sobretudo, na região de Lamego, são bem o indicador de quão vincada foi a sua presença e quão profunda foi a sua influência, constituindo um valioso legado cultural que, de forma alguma, se pode continuar a olvidar.

Lamego era já uma cidade importante no norte da península aquando da chegada massiva dos novos povos do Oriente e Norte de África.

As vias romanas que ligavam o sul da Península com cidades importantes do norte, verdadeira espinha dorsal da realidade ibérica, foram os caminhos pelos quais o Islão inicialmente se expandiu. Esses caminhos iriam permitir a troca e o comércio dos metais preciosos, do estanho e das especiarias, mas também dos afectos, dos saberes e das culturas.

Nesta rede viária ganhou especial preponderância a chamada Estrada da Beira que ligava Lamego a Mérida, Alcântara e Sevilha, pelo Sul e a Braga e Santiago de Compostela pelo Norte.

Vários factores se conjugaram para que Lamego e a sua região acabassem por se tornar um importante pólo no norte da Península. À barreira natural formada pelo caudaloso rio Douro juntava-se uma outra, montanhosa, composta pela Serra das Meadas e pelo Monte Geronzo (depois Montemouro), que permitia sucessivos postos de vigia e que os romanos e os povos bárbaros haviam já anteriormente utilizado, deixando no terreno acessos, povoados e fortificações.

Estes novos povoadores viram aí a possibilidade de estabelecer uma linha de fronteira, complementando estas fortificações, melhorando-as e, inclusive, fazendo outras novas. Castelos (*hisn's*); torres (*burj*); atalaias e *ribats* (ou rábitas), pontuam e bordejam a margem sul do Douro, abrigo os guerreiros da fé, que cumprem o seu dever de *jhiad*.²

¹ RUBIERA, María Jesús, in EPALZA, Mikel de, et al - *Agua y Poblamiento Musulman*, pág. 12

² Ver: PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII – XIII siècle)*, pág. 118 e PICARD, Christophe - *Les Ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions*, in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, págs. 203 a 212

A juntar a todas estas “vantagens” estes povos, provenientes do sul, descobriram uma terra fértil e vicejante; um microclima excepcional, onde as suas culturas características se desenvolviam de forma esplêndida. Os romanos haviam aportado e desenvolvido a cultura da oliveira, mas também da vinha, e os exímios construtores de socalcos que eram os povos berberes começaram, desde então a alterar profundamente a fisionomia das encostas do Douro.

Ondas de comerciantes e almocreves começam também a percorrer a “espinha dorsal” da Península Ibérica”. Estes irão ser, na realidade, os verdadeiros “conquistadores”. Para além dos produtos que comercializam, trazem a cultura, os usos, os costumes, a religião e, sobretudo, a língua ³.

Por outro lado, enquanto que em cidades tão importantes como o Porto a presença árabe-islâmica vai ser, aparentemente, de curta duração, em Lamego esta irá perdurar mais de quatro séculos, em que, mesmo nos períodos de aparente domínio cristão, há uma flagrante continuidade.

Lamego vinha crescendo em termos de importância já desde os tempos de Sisebuto, o qual chegou mesmo aí a cunhar moeda. A cidade passa também, nessa altura a ter bispo próprio, elementos que sugerem já a importância do território e lhe atribuem o mérito de passar a ser uma das mais antigas, e célebres, cidades episcopais da Península.

Lamego, para o que muito devem ter contribuído os muçulmanos, torna-se agora, rapidamente, uma cidade comercial, na charneira das principais rotas ibéricas. Aí se encontram comerciantes vindos de todo o lado. Desenvolvem-se algumas indústrias (curtumes; cerâmica; tecelagem; latoaria; etc.) e exportam-se vários produtos para toda

³ Ver: GOMES, Josué Pinharanda - "Na Origem dos Modernos Estudos Luso-Arábicos. Três Arabistas Menores Desconhecidos", in SIDARUS, Adel - *Islão e Arabismo na Península Ibérica*, Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos, pág. 153.

Pinharanda Gomes cita António Ribeiro dos Santos, da seguinte forma:

(...) os nativos acabaram por aprender a língua árabe, «fosse (por) necessidade de conversar e commerciar com os Arabes, fosse moda em affectar a linguagem dos vencedores e senhores da terra, fosse affeição a huã língua mais rica e sabia» (B.N.L., cód. 4647, fl. 4.)

Ribeiro dos Santos verifica, portanto a existência de um contributo árabe para a língua portuguesa, mais patente a sul do que a norte, e não se limita a tomar uma só causa. A seu ver, as causas da implantação do árabe na língua portuguesa foram seis: (1) habitantes obrigados à aprendizagem do árabe para poderem, domesticamente, comunicar com eles; (2) além de vitoriosa, o árabe era uma língua culta, o que levava os moçárabes ao seu estudo, dados os contributos gramaticais, poéticos, científicos e filosóficos aportados pelos vencedores; (3) a literatura árabe foi um poderoso motivo que convidava e levava os nossos a estudar «huã língua, que era entã como a mais sabia de todas as vulgares»; (4) desejo de traduzir do árabe para as línguas hispânicas vários livros dos árabes, e vice-versa, a pontos de haver tradutores de mourisco para hispânico e de hispânico para mourisco. Nesta causa acresce a causa pastoral: os bispos e padres cristãos tinham necessidade de estudar o árabe para tentarem converter as comunidades islâmicas ao cristianismo; (5) o método progressivo de introdução do árabe pelos invasores: primeiro, obrigando à língua Árabe nas escrituras públicas, segundo, impondo a sua cultura; (6) na reconquista, apesar dela, muitos mouros ficaram encastelados na sociedade hispânica e, através deles, e dos «moiros de paz», que exerciam profissões e comunicavam na sua língua, muitas palavras ficaram sedimentadas na língua nativa. (B.N.L., cód. 4647, fl. 6-13 v.)

a península. Às suas importantes feiras, que chegarão a durar todo um mês, acorrem os comerciantes “mouros” de Granada e de Sevilha.

O domínio árabe/islâmico encontra-se documentado e perduraram os nomes de alguns dos governadores do território lamecense que, tudo indica, terá chegado a formar um núcleo administrativo próprio (*kuwar*)⁴.

A própria toponímia é de tal modo expressiva que frequentemente sugere a presença árabe/islâmica na região.

Lamego seria seguramente, a norte do Garb al-Ândalus, a cidade mais segura, mais importante e mais islamizada em finais do século X, pois é aí que, no regresso, se estabelece Almansor aquando da sua famosa campanha a Santiago de Compostela. É também aí que divide o saque pelos condes *moçárabes* da região que o acompanharam nessa sua célebre expedição.⁵

Dozy refere que o relato desta célebre campanha é escrito pelo próprio Almançor e dirigido à corte cordovesa e que o próprio texto (ao qual infelizmente não tivemos acesso) terá sido conservado na íntegra, ou quase, pelos historiadores árabes.⁶

Curiosamente, embora alvo regular de assédios e lutas, Lamego floresce durante os cerca de quatro séculos de domínio muçulmano, começando imediata e lentamente a declinar assim que se dá a conquista definitiva do território, em 1056. Facto que iria culminar durante a época dos descobrimentos, como muito bem documenta Rui Fernandes.⁷

Estamos em crer que estes factos estarão relacionados com a acentuada presença árabe/islâmica na cidade e na região. Tal facto explicará, por sua vez, o próprio motivo porque após o domínio cristão a cidade permanece vasto tempo sem bispo.

Lamego encontrava-se fortemente arabizada, possuía uma significativa população *moçárabe* e detinha bispo residente, o qual seria também *moçárabe*⁸. O facto de deixar, a partir de então, de ter bispo, apenas nos faz pensar que este terá ficado profundamente desagradado pela forma como foi tomada a cidade e tratados os seus

⁴ Ver: MARQUES, António Henrique de Oliveira - *O Portugal islâmico* in «Nova História de Portugal», vol. II, pág. 187

⁵ Ver: HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, vol. I, pág. 154; DOZY, Reinhart P. - *História de los Musulmanes de España*, vol. III, pág. 189/190; SIMONET, Francisco Javier - *Historia de los Mozarabes de España*, vol. III, cap. XXXII, pág. 629/630; LÉVI-PROVENÇAL, E. - *Histoire de l'Espagne Musulmane*, tome 2, págs. 249/250; AZEVEDO, Rui Pinto de - *A Expedição de Almançor...*, pág. 78/79; ALBUQUERQUE, José de Pina Manique e - *Lamego, Raízes Históricas*, págs. 6/7; etc.

⁶ Ver: DOZY, Reinhart P. - *História de los Musulmanes de España*, vol. III, págs. 189/190

⁷ Ver: FERNANDES, Rui - *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego*, in DIAS, Augusto - *Lamego do Século XVI*, págs. 33 a 35

⁸ Ver: SIMONET, Francisco Javier - *Historia de los Mozarabes de España*, vol I, pág. 124/125 e vol. III, págs. 630/631; SERRA, Pedro Cunha - *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, pág. 12; MARQUES, António Henrique de Oliveira - *O Portugal islâmico* in «Nova História de Portugal», vol. II, pág. 202

habitantes, após ser tomada por D. Fernando I «o Magno».

Sabendo que parte da população muçulmana da cidade foi chacinada e outro tanto reduzida à escravatura, não será difícil entender que o bispo tenha ficado desagradado com a situação ou que tenha mesmo lutado ao lado dos habitantes contra os invasores, tal como haveria de fazer mais tarde o próprio bispo de Lisboa ⁹.

Por outro lado, se mesmo D. Afonso Henriques não conseguia (ou não queria) distinguir os moçárabes dos muçulmanos, sendo célebre o episódio em que o próprio Papa o manda soltar os prisioneiros moçárabes que havia feito ¹⁰, não nos surpreende, pois, que o mesmo se passasse quase um século antes com D. Fernando I.

O facto de muitos prisioneiros muçulmanos, reduzidos à servidão e escravatura, serem obrigados a trabalhar no restauro de antigos templos e fortificações ¹¹ explica, em grande medida, a proliferação e irradiação de determinadas formas e elementos árabes e orientais por toda a região em templos e igrejas de época românica.

Certo é que esta ferida agora aberta iria custar a sarar e o declínio de Lamego ir-se-ia acentuar nos próximos séculos.

O despovoamento sofrido, (em 1350 o bairro do Castelo possuía 200 habitantes e em 1450 eram já apenas 30); a perda de grande parte da sua mão-de-obra trabalhadora, das indústrias e da agricultura iriam ter um impacto que se revelou de tal forma violento que a cidade não mais voltaria a ter o esplendor então alcançado.

A descoberta do caminho marítimo para a Índia, o recrudescimento da importância de Lisboa, a perda de privilégios da própria cidade, a fuga da sua população e a expulsão definitiva de judeus e muçulmanos, dariam o golpe de misericórdia nessa época de ouro.

De uma forma geral todo este espólio, herança fabulosa das mil e uma noites, legado por estes nossos antepassados do Oriente e do Norte de África, tem sido frequentemente olvidado. Salvo raras e honrosas excepções, os árabes/muçulmanos são apenas citados como o motivo da chamada “reconquista” ou em lendas, em que prevalece sempre a dicotomia nós/outros.

Ao fim de quatro séculos, os habitantes da região são, obviamente, todos seus habitantes e proprietários legítimos, independentemente do seu credo, usos ou costumes, e o que se passou na Península Ibérica a seguir à dita “reconquista”, sobretudo após a

⁹ Ver: MARQUES, António Henrique de Oliveira - *O Portugal islâmico* in «Nova História de Portugal», vol. II, pág. 203

¹⁰ Ver: SIMONET, Francisco Javier - *Historia de los Mozarabes de España*, vol I, pág. 138

¹¹ Ver: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pág. 77 e “MONACHI SILENSIS CHRONICON”, citado por Almeida Fernandes in, “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, vol. 14, pág. 610

queda do reino de Granada, em 1492 (quase oito séculos depois da chegada de Tarique) foi de uma violência e barbaridade ainda hoje dificilmente compreensíveis. Em vez de “reconquista” talvez fosse mais correcto designarmos as lutas de então, entre os vários reinos Ibéricos, de “Guerra Civil”.

Em todo o caso, neste território, que tem por centro Lamego e que foi em determinada altura chamado *Monte Mouro*, é possível encontrar, ainda hoje, imensos vestígios dessa época e sobretudo da influência enorme que perdurou até aos tempos actuais.

A herança patrimonial, bem como a própria história, não podem ser manipuladas, nem sequer estudadas segundo critérios mais ou menos dúbios ou tendenciosos. A cultura árabe/islâmica foi, a partir de determinada altura, não só malvista e ostracizada, como até, de alguma forma...apagada...

Pelos exemplos apontados, esta época da história necessita não só de ser estudada e aprofundada, como reavaliada.

Os vestígios que conseguimos observar, assim, à vista desarmada, constituem um espólio notável e suficientemente rico para que mereça ser conhecido, visitado e estudado.

Estamos ainda em crer que, uma observação mais minuciosa e detalhada, complementada com os necessários estudos e prospecções arqueológicas, aliados a uma maior protecção do património existente, irão revelar novas e gratas surpresas.

Parece que em Portugal, tal como no ocidente em geral, “(...) *só ocorre falar-se do Islão quando se empolgam os ventos das cruzadas ou quando surgem fantasmas dos nossos próprios erros de incompreensão, exploração e dominação em relação a outras culturas e outros povos.* (...)”¹².

Esta situação tem, obviamente, que mudar. A arqueologia, a arte e a história não podem continuar a ignorar toda esta notável herança cultural e este factor preponderante da nossa identidade. Por outro lado, convém não esquecer “(...) *que faz parte do legado português uma contribuição que, (...) tem presença muito valiosa na história do encontro de povos e culturas.*”¹³

Assim, numa tentativa de colmatar este enorme vazio, propomos a criação de um roteiro pela região de turismo do Douro-Sul (chamar-lhe-emos «*Rota de Almansor*»)

¹² RODRIGUES, Jacinto - *A corrente espiritual sufi no Islão como forma de compreensão em torno da universalidade e do diálogo*, in: *O Islão na África Subsariana*, pág. 35

¹³ MOREIRA, Adriano - *A África útil*, in: *O Islão na África Subsariana*, pág. 21

que passará pelos monumentos e sítios mais significativos, onde a herança da presença árabe/islâmica é mais notória e acentuada.¹⁴

Em grande parte este percurso irá coincidir com o próprio roteiro medieval da época românica e, por isso, poder-se-á facilmente colmatar alguma deficiência de vestígios que haja em alguma região.

Dois outros percursos complementares são estabelecidos. Um que se centra nos *Caminhos de Santiago* («*Rota de Santiago*») e que mergulha no interior da Beira Alta e um outro que acompanha o rio Douro, percorrendo o alto-Douro vinhateiro (Património Mundial) e que culmina na aldeia histórica de Figueira de castelo Rodrigo.

Esperamos poder, assim, contribuir para um melhor entendimento sobre uma época ainda tão esquecida e incompreendida, mas que foi, na realidade um grande momento da história da civilização, da Europa e sobretudo da Península Ibérica - aquele da época do al-Ândalus.

Recordamos, em jeito de epitáfio à memória do al-ândalus, as palavras de al-Zubaydî, preceptor do califa al-Hakam II:

«A terra inteira, na sua diversidade, é una, e os homens são todos irmãos e vizinhos».

¹⁴ Ver Anexos, *Localização dos vestígios de arte islâmica e oriental ao longo do Douro (possibilidades de roteiros turísticos)*, mapa n.º 7, pág. 76

VIII- Tábua cronológica do Islão até aos últimos dias do al-Ândalus

VIII- Tábua cronológica do Islão até aos últimos dias do al-Ândalus ¹

- 570-571 Não se sabe a data exacta do nascimento de Maomé, cujo verdadeiro nome é Muhammad ibn ‘Abd Allah. Supõe-se que o Profeta do Islão nasceu no ano do Elefante, assim chamado porque o vice-rei abissínio do Iémen marchou então até Meca, com um grande exército de que fazia parte um elefante. Os historiadores situam geralmente o ano do Elefante em 570 ou 571.
- 591 Maomé entra ao serviço da viúva Khadija bint Khuwaylid, proprietária de caravanas de camelos.
- 595-596 Khadija tem 40 anos e Maomé 25 quando se casam. Ela será pois a primeira esposa e a primeira crente do Profeta do Islão.
- 610 Primeiras visões de Maomé e primeira revelações transmitidas pelo anjo Gabriel.
- 613 Maomé leva a revelação aos habitantes de Meca e consegue os seus primeiros fiéis mas também as primeiras perseguições da tribo dos Quraysh.
- 614 Os persas conquistam Jerusalém numa guerra com os Bizantinos.
- 615 Êxodo dos seguidores de Maomé para a Abissínia, actual Etiópia.
- 619 Morte de Khadija em Meca e depois de Abu Talib, o segundo tutor de Maomé, depois de seu avô, ‘Abd al-Muttalib bin Hashim.
- 622 Partida dos muçulmanos e de Maomé, de Meca para Yathrib, mais tarde designada Madīnat Al-Nabī (A Cidade do Profeta). Esta emigração marca a Hégira, o início da era islâmica.
- 623 Maomé casa-se com Aisha, filha de Abu Bakr, o seu primeiro discípulo. Constituição do ano I da era islâmica e criação da Umma ou Comunidade dos Crentes. Fátima, a filha favorita do Profeta, casa-se com Ali ibn Abu Talib, o homem que mais tarde irá protagonizar o grande cisma do Islão (entre sunitas e xiitas).
- 624 Em Medina, Maomé expulsa os Banû Qaynuqâ e declara guerra aos Banû Nadhîr, duas tribos judias locais; os muçulmanos passam a rezar em

¹ Cronologia baseada em:

LOPES, David - *O domínio árabe*, in «História de Portugal» (dir. de Damião Peres), vol. I, Barcelos, Portucalense editora, 1928
ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, CTT Correios de Portugal, Abril de 2001
LOPES, Margarida Santos - *Dicionário do Islão*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002

- direcção a Meca e já não voltados para Jerusalém.
- 625 A tribo dos Quraysh derrota os muçulmanos na batalha de Uhud e Maomé expulsa a tribo judia dos Banû Nadhîr de Medina.
- 626 Extermínio da tribo judia dos Banû Qorayza, em Medina.
- 628 Os Bizantinos concluem uma paz vitoriosa e as conquistas persas ficam sob o seu controlo.
- 630 Maomé conquista Meca. Destruição dos ídolos Ka'aba (*Caaba*). O recinto deste santuário é declarado sagrado (*haram*). Assinado um tratado com os cristãos de Nadjrân.
- 632 Maomé faz a «peregrinação do adeus» a Meca e morre em Medina. Com a sua morte, surge a rivalidade entre os *ansâr* (auxiliares do Profeta e convertidos de Medina) e os *muhâdjirûn* (emigrados de Meca em Medina). Estes vencem, escolhendo Abu Bakr como califa, sucessor do mensageiro de Deus (Alá) e chefe da Comunidade dos crentes.
- 633 Secessão política e religiosa de diversas tribos, também designada guerra da *ridda* ou da apostasia. Os secessionistas são derrotados; os Árabes conquistam a Síria e a Mesopotâmia.
- 634 Os exércitos árabes conquistam a Palestina, à excepção de Jerusalém e de Cesareia. Este é também o ano da morte de Abu Bakr. Inicia-se o califado de Omar bin al-Khattab, que progressivamente unifica a Arábia; começam as campanhas militares contra os Sassânidas.
- 635-636 Batalha de Yarmuk: os Bizantinos abandonam a Síria. Ocupação definitiva de Damasco pelos muçulmanos.
- 639-642 Os árabes muçulmanos conquistam o Egipto.
- 642-646 Os Árabes conquistam Alexandria.
- 644 Assassínio do Califa Omar I. Sucede-lhe 'Uthman bin Affan, que haveria de emprender a organização do Corão, o livro sagrado dos muçulmanos.
- 649 Primeiras expedições marítimas árabes. Ocupação de Chipre.
- 654 Batalha dos Mastros: vitória naval dos muçulmanos sobre os Bizantinos.
- 656 Assassínio do califa 'Uthman e início da primeira guerra civil no Islão. A 'Uthman sucede Ali bin Abu Talib, o genro de Maomé que os xiitas queriam que tivesse sido o seu primeiro sucessor e não Abu Bakr. Os adversários de Ali agrupam-se em torno de Aisha, viúva do Profeta, e

- travam combates na batalha do Camelo. Ela perde e ele transfere a sua capital de Medina para Al-Kufa (Iraque).
- 657 Mu'awiya bin Abu Sufyan contesta o califado de ali e os dois batem-se na batalha de Siffin. Ali aceita uma arbitragem e uma parte dos seus aliados abandonam-no: são os kharijitas.
- 660 Depois de ter vencido o processo de arbitragem contra Ali, Mu'awiya, fundador da dinastia dos Omíadas, é proclamado califa e é reconhecido na Síria, Palestina, Egipto e Hejaz (actual Arábia Saudita). A legitimidade de Ali é aceite no Iraque e no Irão.
- 661 Ali é assassinado em Al-Kufa por um kharijita e torna-se um dos mártires venerados pelos xiitas. O califado de Mu'awiya é reconhecido por Hassan e Hussein, filhos de Ali.
- 674-678 Cerco árabe de Constantinopla.
- 680 Hussein é morto na batalha de Kerbala (Iraque), no feriado islâmico de *ashura*, que ainda hoje é comemorado como dia de luto e de martírio pelos xiitas.
- 691 Construção da Cúpula do Rochedo em Jerusalém.
- 696 Adopção do árabe como língua administrativa; cunhagem das primeiras moedas de ouro muçulmano; construção de uma rede de estradas estratégicas delimitadas por marcos miliares, no âmbito da reorganização da administração imperial.
- 705 Construção da mesquita dos Omíadas de Damasco.
- 709 Reconstrução da Mesquita de Medina. Construção da Mesquita de Al-Aqsa em Jerusalém.
- 710 Desembarque de Taríf na Península Ibérica.
- 711 Entrada de Tarîq na Península Ibérica. Queda do reino visigótico e conquista de Córdova e Toledo.
- 712 Conquista de Samarcanda.
- 713 Tomada de Ossónoba (Algarve) por Mūsa Ibn Nusayr.
- 714 Campanha no centro e norte da Lusitânia por 'Abd al-Azîz, filho de Mūsa. Provável tomada de Lamego e Viseu.
- 716 O governo árabe da Hispânia é assumido em nome dos Califas Omíadas de Damasco.

- 717-718 Cerco de Constantinopla, cidade Ortodoxa e capital do Império Bizantino.
- 718 Revolta de Pelayo, nas Astúrias.
- 719 Primeiras expedições muçulmanas na Gália.
- 732 Batalha de Poitiers: a 25 de Outubro, em Moussais, perto da velha via romana que liga Poitiers a Tours, o exército franco, comandado por Carlos Martel, prefeito dos palácios do reino de Nêustria e da Eustrásia, e por Eudes, príncipe da Aquitânia, esmaga após sete dias de escaramuças as tropas berberes lideradas pelo mais alto dignitário militar de Espanha, o emir ‘Abd al-Rahman. Este perde a vida no campo de batalha. Depois de Poitiers, a Gália (França) fica «a salvo» do Islão.
- 739 Início do reinado de D. Afonso I, rei das Astúrias.
- 744 Posicionamento de egípcios e iemenitas no Al-Gharb (Algarve).
- 750 Queda dos Omíadas de Damasco e ascensão dos Abássidas no Iraque.
- 751 Os Árabes derrotam os Chineses próximo de Talas. Os prisioneiros de guerra chineses introduzem as técnicas de fabrico de papel.
- 755 Chegada à Península de ‘Abd al-Rahmān.
- 756 Fundação, por ‘Abd al-Rahmān, do Emirato Independente de Córdoba.
- 762 Al-Mansur funda Bagdad, capital do seu califado abássida.
- 784 Início da construção da grande Mesquita Aljama de Córdoba, Espanha.
- 786 Início do califado abássida de Harun al-Rashid, protagonista dos contos *as Mil e Uma Noites*. O seu reinado durou até 809.
- 789 Fundação de Fez, cidade que foi capital religiosa do Reino de Marrocos.
- 809-813 Guerra civil entre Al-Amin e Al-Ma’mun, filhos de Harun al-Rashid.
- 813-833 Depois da morte do irmão (por doença), Al-Ma’mun inicia o seu reinado, desenvolvendo as artes e as ciências árabes.
- 816 Introdução do rito *mālikî* no al-Ândalus.
- 827 Conquista da Sicília pelos árabes do Magrebe Oriental (até 909)
- 833-842 Reinado de Mu'tasim. Início do domínio turco.
- 839 Troca de embaixadores entre Córdoba e Bizâncio.
- 844 Primeira invasão normanda do Garb al-Ândalus
- 868 Conquista cristã do Porto e de Braga.
- 879 Sublevação de Ibn al-Marwân (“*al-Jiliqui*”), em Mérida. Início da rebelião de Ibn Hafsun.

- 886 Revolta do *vali* de Lisboa.
- 910 Estabelecimento do califado Fatimita no Norte de África.
- 912 Início do reinado de ‘Abd al-Rahman III - Califado de Córdova (até 961)
- 929 Restauração do califado Omíada no al-Ândalus. Início de trocas de embaixadores entre o Califado de Córdova e os reis cristãos.
- 931 Morre em Córdova o sufi, filósofo e asceta Ibn Masarra.
- 945 Os Buyidas ocupam Bagdad.
- 948 Nasce o poeta Ibn Darrâj de Cacela.
- 956 Intensifica-se o comércio externo entre o Califado e os reinos cristãos do norte.
- 961 O Califa al-Hakam II inicia a ampliação da Mesquita Aljama de Córdova.
- 966 Segunda invasão normanda. Batalha naval no rio Arade.
- 969 Os Fatimitas conquistam o Egipto e fundam o Cairo, actual capital.
- 970 Os Fatimitas fundam a Universidade-Mesquita de Al-Ahzar no Cairo; os turcos seljúcidas entram em territórios do Califado Fatimita a partir do Leste.
- 976 Controlo do poder no Califado de Córdova por Almançor (Al-Mansûr).
- 987 Início da última ampliação da Mesquita Aljama de Córdova.
- 997 Campanha de Almansor contra o Norte de Portugal, Galiza (Santiago de Compostela).
- 998 Início do reino de Mahmud, sultão de Ghazni, no Afeganistão.
- 1001 O Sultão Mahmud inicia a sua primeira expedição à Índia.
- 1002 Morte de Almansor.
- 1013 Nasce, em beja, o teólogo, jurista e poeta Abû l-Walîd al-Bâjî.
- 1017 O conde portugalense Mendo Luz (ou Lucides) reconquista o castelo de Montemor-o-Velho, a oeste de Coimbra, e estabelece a sua autoridade sobre a Terra de Santa Maria. Esta operação guerreira, aparentemente de importância secundária, é o primeiro sinal visível de que começara o período de expansão das forças cristãs no Ocidente da Península Ibérica, depois das destruidoras expedições de Almansor em território asturiano-leonês.
- 1022 Badajoz torna-se capital da dinastia berbere dos aftácidas e começa o governo Abádida em Sevilha.

- 1026 Domínio dos Banû Harun em Faro.
- 1028 Fundação, em Silves, do principado autónomo dos Banû Muzayn.
- 1031 Abolição do Califado Omíada de Córdova e início do período das primeiras Taifas, pequenos reinos autónomos em que se dividiu a Península Ibérica muçulmana após a desintegração do Califado de Córdova. Nasce em Estômbar o poeta e vizir Ibn ‘Ammâr.
- 1034 O português Gonçalo da Maia reconquista Montemor-o-Velho aos Mouros.
- 1037 Morte de Ibn Sina, Médico e filósofo iraniano, mais conhecido no Ocidente como Avicenas. A sua obra foi influenciada por Aristóteles e Platão e constitui uma referência na Europa medieval e do Renascimento.
- 1039 Os Abáidas conquistam Lisboa e Mértola.
- 1040 Nasce, em Beja, o príncipe e poeta al-Mu' tamid ibn ‘Abbâd.
- 1048 Último reino Taifa do Garb, em Silves.
- 1052 Nasce, em Silves, o filósofo e poeta Ibn al-Sîd. Subida de al-Mu' tamid ao trono de Sevilha.
- 1054 Os Abáidas conquistam Silves.
- 1055 Os Seljúcidas apoderam-se de Bagdad.
- 1057 D. Fernando I de Castela e Leão, conquista Lamego e Viseu.
- 1064 D. Fernando I conquista Coimbra.
- 1070-1080 Os Seljúcidas ocupam a Síria e a Palestina; fundação de Marraquexe (Marrocos), capital dos Almorávidas.
- 1071 Os exércitos bizantinos são derrotados em Mazikert (ou Manzierta) e os Seljúcidas expandem-se até à Anatólia.
- 1075 Os Almorávidas fazem chegar o Islão ao antigo reino do Gana.
- 1076 Início da construção da cidade de Damasco.
- 1082 Nasce o poeta Ibn al-Tallâ, em Silves.
- 1084 Morte de Ibn ‘Ammâr às mãos de al-Mu' tamid.
- 1085 Entrega de Toledo a Afonso VI, rei de Castela.
- 1086 Primeira vinda a Espanha dos Almorávidas. Derrota de Afonso VI na batalha de Zalaca.
- 1091 Al-Mu' tamid é destronado pelos Almorávidas, na Segunda vinda destes à Península. Desterro de al-Mu' tamid para Agmat (Marrocos).

- 1094 O al-Ândalus converte-se em província almorávida. Lisboa cai em poder dos Almorávidas. Morte do Califa fatimita Al-Mustansir; cisão no movimento ismailita; Hassan Sabbah lidera o movimento dos Assassinos.
- 1095 Al-Mu' tamid morre na prisão em Agmat. O Conde D. Henrique compartilha o senhorio do Condado Portucalense com D. Teresa. No concílio de Clermont d' Auvergne, o Papa Urbano II apela à primeira de oito cruzadas, conhecidas, em árabe, como Al-Hurab al-Salibiyya ou As Guerras da Cruz. Estas expedições militares empreendidas pela Europa cristã até ao século XIII, no intuito de «socorrer» os cristãos do Oriente, reconquistar aos turcos e muçulmanos o Santo Sepulcro (local do túmulo de Cristo) e, mais tarde, defender os Estados fundados pelos cruzados na Síria e na Palestina.
- 1096 Os cruzados ou francos (como eram designados pelos Árabes) chegam ao Próximo Oriente. Esta primeira cruzada, que se prolongará até 1099, é a do apelo de Urbano II. Dá lugar a duas campanhas distintas: uma desordenada, mas popular, realiza-se sob a direcção de Pedro, *o Eremita*, e rapidamente é aniquilada pelos Turcos; a outra, já poderosamente organizada, porque inclui vários exércitos feudais, toma Antioquia, Edessa e Jerusalém (1099). Dá origem à criação dos Estados latinos do Oriente: o principado de Antioquia, o condado de Edessa, o reino de Jerusalém (confiado a Godofredo de Bolhão) e o condado de Tripoli.
- 1099 Os cruzados conquistam Jerusalém, chacinando praticamente toda a população, independentemente de serem muçulmanos, judeus ou cristãos.
- 1100 Os alfaquis, intérpretes da lei religiosa, preponderam no al-Ândalus. É notável a produção de tratados de Agronomia andalusinos.
- 1106 Morre o emir almorávida Yûsuf ibn Tâshfîn. Inicia-se em Toledo, já sob domínio cristão, a tradução de obras de saber árabes e judaicas.
- 1109 Queima, por instigação dos alfaquis, das obras místico-filosóficas de al-Gazâlî (Algazel).
- 1111 Sublevação em Coimbra, de moçárabes (cristão que viviam na Península Ibérica sob domínio político dos muçulmanos, sem se converterem ao islamismo), comandados por Martim Moniz, contra o conde D. Henrique. Este aceita as suas principais reivindicações e concede foral á cidade.

- 1114 Início das expedições marítimas dos muçulmanos do Garb à costa da Galiza.
- 1117 Coimbra esteve em risco de ficar sob o domínio dos Almorávidas, que se aproveitaram das lutas internas dos cristãos. Um poderoso exército, dirigido pelo próprio emir de Marrocos, Ali Ben Yussuf, cercou a cidade durante 20 dias.
- 1121 Os Almôadas iniciam a sua dinastia no Magrebe.
- 1123 Morte do poeta Ibn Sâra de Santarém.
- 1128 D. Afonso Henriques derrota sua mãe na batalha de S. Mamede e assume a soberania do Condado Portucalense.
- 1135 Morre al-Rashîd, poeta e príncipe, filho de al-Mu'tamid, a quem havia acompanhado no exílio em Agmat. Morte, em Évora, aos 84 anos, do poeta Ibn Abdun, nascido naquela cidade. Era considerado um dos últimos representantes da escola poética do Garb al-Ândalus, que floresceu durante a época dos reinos independentes das Taifas.
- 1139 D. Afonso Henriques começa a assumir o título de rei.
- 1142 O místico, poeta e emir, Ibn Qasî de Silves, encabeça a revolta contra o poder almorávida no al-Ândalus.
- 1144 Desagregação do poder almorávida. Segundo período Taifa.
- 1147 D. Afonso Henriques conquista Santarém e Lisboa. Os Almôadas tomam Sevilha aos Almorávidas. É lançada a Segunda Cruzada, pregada por S. Bernardo e dirigida por Luís VII de França e pelo imperador Conrado III que, em vão, cercam Damasco.
- 1148 Morre o poeta e historiador da Literatura Ibn Bassâm de Santarém.
- 1149 Os Almôadas tomam Córdova.
- 1150 Os Almôadas conquistam Badajoz. Ibn Qasî recusa-se a ir a Salé prestar vassalagem ao califa almôada, desencadeando nova rebelião.
- 1151 Ibn Qasî, aliado de D. Afonso Henriques, é assassinado no seu próprio palácio, o castelo de Silves, provavelmente a mando dos Almôadas.
- 1157 Os Almôadas apoderam-se de Granada.
- 1158-1159 D. Afonso Henriques toma Alcácer do Sal. Os portugueses tomam Évora e Beja.
- 1170 1.º foral de Alcácer do Sal reconhecendo os direitos dos mudéjares ou mouros forros.

- 1171 O comandante curdo Saladino põe fim ao Califado Fatimita e funda a dinastia dos Ayyúbidas, na Síria e no Egipto.
- 1176 Início da construção, pelos Almóadas, da Mesquita de Sevilha.
- 1184 Os Almóadas reconquistam territórios portugueses até à linha do Tejo. O Califa almôada Abû Ya' qûb Yûsuf falha a reconquista de Santarém e morre na sequência do cerco.
- 1187 Saladino reconquista Jerusalém aos cruzados, na batalha de Hittin, não há derramamento de sangue da população civil. O reino afegão de Ghur continua a conquista da Índia.
- 1189 Assalto a Alvor e conquista de Silves por D. Sancho I. Início da Terceira Cruzada, a qual tem como objectivo a libertação de Jerusalém, reconquistada por Saladino. Conduzida por Frederico, *Barba Roxa*, Filipe Augusto e Ricardo I, *Coração de Leão*, esta expedição apenas consegue conquistar Chipre e São João de Acre.
- 1191 Reconquista de Silves, Alcácer do Sal, Palmela e Almada por Yaqûb al-Mansûr.
- 1192 A Índia torna-se muçulmana com Mohamed de Ghur.
- 1193 Morte de Saladino.
- 1197 Conquista definitiva de Silves pelos portugueses com a ajuda de cruzados alemães.
- 1198 O historiador bejense Ibn Sâhib al-Salâ, conclui a sua obra histórica.
- 1202-1204 A Quarta cruzada, pregada pelo Papa Inocêncio III, é dirigida por Balduíno IX da Flandres e Bonifácio II de Montferrato. A expedição acaba desviada do seu objectivo inicial (a conquista do Egipto) pelos Venezianos que, ambicionando vantagens comerciais e territoriais, instigam as tropas que transportam a apoderarem-se de Constantinopla (1204). A cidade é saqueada durante vários dias e, em seguida, o Estado bizantino é suprimido e substituído pelo Império Latino do Oriente, governado por um Ocidental. Uma guerra que se queria «piedosa» transforma-se numa «operação de espoliação».
- 1207 Morre o mestre sufî de Mértola, Abû Imrân al-Mirtulî.
- 1212 Início do desmoronamento do poder almôada no Alandalus e do germinar do período das terceiras Taifas, com a sua derrota na batalha de Navas de Tolosa.

- 1217 Conquista definitiva de Alcácer do sal pelos portugueses. É lançada (até 1221) a Quinta Cruzada, conduzida pelo rei de Jerusalém, mas só consegue conquistar temporariamente Damietta, no Egipto.
- 1220 Os Mongóis (que os Árabes chamavam Tártaros) conquistam ao califado a ásia Central e o Irão Oriental.
- 1227-1228 Conquista leonesa das cidades muçulmanas de Cáceres e Mérida; nesta última, os cristãos são chefiados pelo infante português Pedro sanches.
- 1228-1229 Conquista leonesa da cidade muçulmana de Badajoz e ocupação portuguesa, por abandono, das fortalezas islâmicas de Elvas e Jeromenha. A sexta cruzada, realizada até 1229, contra a vontade do Papa, é dirigida pelo imperador Frederico II, que negocia com os muçulmanos de Al-Malik al-Kamil, e obtém, por algum tempo, a restituição das cidades de Jerusalém, Belém e Nazaré.
- 1232 Tomada de Serpa e Moura por D. Sancho I. Fim do império almôada no al-Ândalus. Período das terceiras Taifas. No mesmo ano e até 1234, dá-se a ocupação, por abandono, da cidade muçulmana de Beja.
- 1234 Tomada da vila muçulmana de Aljustrel com a ajuda dos Espatários.
- 1236 D. Fernando III de Castela conquista a cidade muçulmana de Córdoba.
- 1237 Começam as obras do Alhambra da cidade muçulmana de Granada.
- 1238 Conquista da cidade muçulmana de Mértola.
- 1239 Também com a ajuda dos Espatários são conquistadas Cacela e Tavira.
- 1240 Morre em Damasco o maior dos sufis, Ibn al-‘Arabî de Múrcia.
- 1241-1242 Conquista das povoações muçulmanas de Alvor, Paderne e Silves pela ordem de Sant’ Iago.
- 1243 Os Mongóis derrotam os turcos seljúcidas na Anatólia.
- 1244 Os muçulmanos reconquistam Jerusalém.
- 1248 D. Fernando III conquista a cidade muçulmana de Sevilha. Início da Sétima Cruzada, dirigida pelo rei Luís IX (São Luís) de França, que «jura solenemente» aniquilar o Egipto para libertar a Terra Santa. Após a conquista de Damietta, o monarca tem de a restituir quando é feito prisioneiro em Mansurá e forçado a partir.
- 1249 Conquista régia, por D. Afonso III, das cidades muçulmanas de Faro e Loulé, com a ajuda dos Espatários. Conquista das fortalezas de Albufeira e Porches.

- 1250 Conquista de Aljezur, derradeiro bastião árabe do nosso território.
- 1250-1260 O sultanato mameluco no Egipto e na Síria emerge com a decadência dos reinos ayyúbidas.
- 1255-1256 Os Mongóis, liderados por Hulagu, arrasam a Transaxónia e o Irão, destruindo também Alamut.
- 1258 Os Mongóis conquistam Bagdade, aniquilando o último Califa abássida.
- 1267 Afonso X de Castela (*o Sábio*), renuncia às suas pretensões sobre o Algarve.
- 1270 Oitava Cruzada, a última, serve sobretudo interesses económicos ou ambições políticas. Organizada por São Luís e Carlos I de Anjou, rei da Sicília, encaminha-se para Tunes, onde o soberano de França morre.
- 1290-1320 Ascensão dos principados otomanos no Ocidente da Anatólia.
- 1326-1375 Sucessão de conquistas otomanas até à invasão da Sérvia, iniciada em 1371.
- 1389 Batalha do Kosovo; os Otomanos governam a Sérvia.
- 1400-1401 Timur-i Lang (ou Tamerlão), que sonhava refazer a unidade da Ásia em nome do Islão sunita, ataca a Síria.
- 1401 Timur-i Lang derrota os turcos otomanos em Ancara.
- 1406 Morte, no Cairo, de Ibn Khaldun, considerado o primeiro sociólogo árabe. Deixou uma *Crónica Universal* precedida de *Prolegómenos*, onde expõe a sua filosofia da História.
- 1444 Batalha de Varna: os Otomanos governam a Bulgária.
- 1453 Mehmed II, *o conquistador*, apodera-se de Constantinopla (actual Istambul). A cidade era a capital política do Império Bizantino, herdeiro do velho Império Romano do Oriente. Era também a sede do patriarcado do Oriente, ou seja, a metrópole dos católicos separados de Roma, os ortodoxos. A sua queda nas mãos dos Otomanos marca, simbolicamente, o fim de uma época: a Idade Média termina e começa a Idade Moderna.
- 1462 Os Otomanos anexam a Bósnia ao seu império.
- 1463-1464 D. Afonso V, rei de Portugal, tenta, sem êxito, conquistar Tânger.
- 1471 Conquista portuguesa de Arzila e ocupação de Tânger. (Marrocos).
- 1475 Os Otomanos conquistam a Crimeia.
- 1492 Rendição de Granada e última página da História do al-Ândalus. As cláusulas de capitulação estipulam que os cerca de 15 mil muçulmanos

- granadinos possam manter-se fiéis ao Islão, mantenham as suas leis, usos e costumes. Por outro lado, os soberanos cristãos intimam, por um édito sem apelo, cerca de 200 mil judeus a abandonarem a Espanha, sob pena de morte. Neste ano Cristóvão Colombo chega à América.
- 1496 À semelhança do que sucedeu em Espanha, dá-se a expulsão dos muçulmanos de Portugal. São extintas as *mourarias*, bairros habitados exclusivamente por mouros livres, administrados por um magistrado seu - o *alcaide*. Estes bairros possuíam mesquita, cemitério, cadeia, escola, banhos públicos, curral, açougue e loja para recolha de impostos. Nas *mourarias*, que fechavam ao toque das Trindades, era obrigatório o uso de traje específico com sinais distintivos (aljubas de mangas largas, capuzes, balandraus, albornozes).
- 1498 Com a ajuda de um piloto árabe, Ibn Majid, que o guia a partir de África, o navegador português Vasco da Gama «abre o caminho marítimo para a Índia», através do cabo da Boa Esperança. Tratava-se de dar o golpe fatal nas rotas da Índia (terrestres), dominadas pelos árabes e estabelecia-se novo monopólio, por via marítima.
- 1502 Depois de tentativas várias de conversão, é decretada a expulsão dos muçulmanos de Espanha que se não convertessem ao cristianismo. A maioria resigna-se à violência da conversão e passam a designar-se por “mouriscos”. No entanto, são sempre suspeitos de manterem a anterior religião e são perseguidos. É-lhes proibido o uso da língua árabe.
- 1550 Nas serras de Granada os “mouriscos” revoltam-se contra a repressão imposta pelos cristãos “*violadores dos seus privilégios e opressores das suas consciências*”². Após longa luta de guerrilha são dominados pela força das armas.
- 1609 Filipe III de Espanha decreta a expulsão dos “mouriscos”. Cerca de 500.000 espanhóis são obrigados a deixar a sua terra natal e dos seus antepassados. Refugiam-se, sobretudo, nos países do norte de África, os quais haviam já recebido os Judeus de Portugal e Espanha. Em parte graças a esta sangria populacional a Espanha entra em recessão económica e social.

² LOPES, David in - *História de Portugal*, pág. 405

2004 Em Espanha, desde a instauração da democracia, passa a haver liberdade religiosa. Estima-se que a população muçulmana (que não existia anteriormente) seja, neste momento, cerca de dois milhões.
Em Portugal serão cerca de 200.000.

<i>Abácida</i>	Dinastia califal sediada em Bagdade, de 750 a 1258, depois de ter derrubado a dinastia Omíada*.
<i>Abádida</i>	Relativo à dinastia taifa dos Banû ‘Abbād, de Sevilha, da qual foi membro, por exemplo, Al-Mu' tamid (século XI)
<i>‘Abd</i>	Escravo, servo, servidor.
<i>Adab</i>	Cortesias, cultura geral, Literatura.
<i>Aftácidas</i>	Dinastia da época taifa (século XI) que governou o território de Badajoz.
<i>Ajimez</i>	Janela arqueada e bipartida por um colunelo vertical. (Do árabe <i>ax-xamís</i> , «soalheiro», pelo castelhano <i>ajimez</i> , «janela»)
<i>Al-Ândalus</i>	A Hispânia muçulmana. (Ver M ^a Santos Lopes)
<i>Alarife</i>	Arquitecto
<i>Alcáçova</i>	(de al-kasbā) Cidadela fortificada.
<i>Alcova</i>	Aposento de dormir da casa muçulmana.
<i>Alfaqui</i>	Especialista da lei islâmica que interpreta usando das regras teológicas e jurídicas.
<i>Alfiz</i>	Pormenor em relevo decorativo que faz de cercadura a um arco.
<i>Algara</i>	Incursão militar feita em terra inimiga. Palavra que acabou por originar outras significações em português, nomeadamente: investida, mas também algazarra; vozearia ou algarada.
<i>Aljama</i>	Mesquita-catedral onde podia seguir a oração toda a comunidade local à sexta-feira.
<i>Aljamia</i>	Escrita de línguas não árabes através do uso do alifato. Existem antigos documentos portugueses grafados em árabe.
<i>Allâh/Alá</i>	Traduz-se vulgarmente por Deus, embora o morfema encerre um potencial transcendente e imanente que esta palavra, no seu sentido convencional, não exprime inteiramente.
<i>Almóadas</i>	Movimento berbere* dos unitários: o seu nome vem de privilegiarem

¹ Glossário baseado, essencialmente, em:

MANDEL, Gabriele - *Como reconhecer a arte islâmica*, Amadora, Edições 70, 1985

LOPES, David - *O domínio árabe*, in «História de Portugal» (dir. de Damião Peres), vol. I, Barcelos, Portucalense editora, 1928

ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, CTT Correios de Portugal, Abril de 2001

LOPES, Margarida Santos - *Dicionário do Islão*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002

THORAVAL, Yves - *Abecedário do Islão*, Paris, Flammarion/Público, 2000

a proclamação da unicidade de Alá*. A partir da sua capital, em Marráquexe, organizaram, de 1146 a 1269, um enorme império que ia de Marrocos à Líbia e ao al-Ândalus*, depois de derrotarem os Almorávidas.

Almorávidas Outro movimento berbere que se organizou em dinastia, dominante, desde o Sudão Ocidental à costa atlântica, incluindo o al-Ândalus* a norte. Fundaram a cidade de Marráquexe e liquidaram, na Península Ibérica, um por um, os reinos taifas.

Andalusino Adjectivo e substantivo que designa a qualidade do que é próprio do al-Ândalus*, ou o seu habitante. Não confundir com andaluz, que nomeia o que se refere à Andaluzia, uma região da Espanha actual.

Arabesco Motivo decorativo estilizado, de três tipos: vegetal, geométrico e caligráfico.

Arco Estrutura arquitectónica disposta a coroar um vão (porta ou janela, etc.) e cujos componentes são dispostos de modo a descarregar para os lados o peso das paredes que sustentam. Assumindo o arco romano colocado sobre colunas gregas, próprio do estilo bizantino, os muçulmanos ampliaram-lhe consideravelmente as variantes, criando o típico arco de ferradura, também chamado ultrapassado (arco de volta perfeita, com os apoios salientes) o arco quebrado (que depois passou para a arquitectura gótica) e os arcos lanceolados, rebaixados, quebrados, trilobados e polilobados, de carena, de lanceta, inflectidos, com alvéolos. A arte islâmica usou com frequência o arco como elemento decorativo, com ordens sobrepostas ou polilobados e inflectidos de belo efeito.

Arkān al-Islam Os Pilares do Islão, nomeadamente: profissão de fé (*shahâda*)*, a oração ritual (*salât*), a esmola legal (*zakât*), o jejum do Ramadão* (*sawm*) e a peregrinação a Meca (*hajj*).

Baraka Benção ou fluido espiritual que emana de tudo o que é sagrado. Por exemplo, de um santo, em vida, ou do lugar onde se encontra sepultado.

Barbotina Mistura líquida dos vários componentes da massa cerâmica, usada para fabricar objectos mediante o processo de filtragem.

Berberes	Designação dada a povos que habitam o território entre o oeste no Egipto e a costa de Marrocos. Foram largamente arabizados e islamizados.
Burâq	Prodigiosa montada alada de Maomé* na sua viagem espiritual e nocturna de Meca a Jerusalém.
Cadi	ver qâdî.
Califa	(<i>de Khalîfa</i>) Representante ou sucessor do Mensageiro de Deus, isto é, de Maomé*.
Caravançarai	Habitualmente, um grande edifício de dois ou três corpos, com um vasto pátio rectangular contornado por galerias; fundado como instituição de benemerência ou por munificência dos poderosos, acolhia viajantes e peregrinos, que ali podiam permanecer gratuitamente por três dias.
Cerâmica	Material para execução de vários objectos (regra geral, de uso doméstico) obtida pelo amassamento de terra de vários tipos, como greda e caulino, endurecida por cozedura em fornos especiais ou, como na Antiguidade, a sol (cerâmica crua). O objecto poderá ser decorado com cores (óxidos ou pigmentos), ou então vidrado com sílica, sendo depois cozida em fornos. Se lhe for retirado o oxigénio durante a cozedura, as cores adquirem um reflexo metálico, chamado lustro ou brilho. A arte islâmica enriqueceu as técnicas persas e bizantinas, recriando formas e motivos, até alcançar uma rica gama de trabalhos, cujos valores técnicos e decoração estiveram na origem da cerâmica europeia da Idade Média.
Corda-Seca	Técnica de cerâmica para delimitar as cores da peça, mediante linhas de manganês.
Cúfico	Estilo de escrita árabe antiga, de formato anguloso e considerada a primeira de carácter monumental artístico.
Cúpula	Cobertura idealmente criada pela rotação de um arco de círculo em torno do seu próprio eixo vertical central. A arte islâmica tirou inspiração quer da cúpula romana (calote semiesférica de círculos concêntricos), quer da bizantina (apoiada sobre pendentes e com um anel, ou tambor), mas, depois dos primeiros exemplares de cúpulas baixas apostas sobre uma sala cúbica, criou uma variedade

considerável de cúpulas com bases poligonais e circulares, com arcos de sustentação, altos tambores e arcos de carena. Estas eram cúpulas rebaixadas ou realçadas, cúpulas de bolbo, cúpulas com a face externa carenada ou alveolada. Na Índia, a cúpula era posta sobre colunas, criando-se um varandim aéreo. Na Turquia, houve cúpulas carenadas de planta quadrada ou rectangular.

<i>Dār al-Islam</i>	Morada do Islão, ou seja a globalidade dos territórios onde é seguida a lei muçulmana.
<i>Derviche</i>	(<i>de darwish</i>). Ver <i>faqîr</i> .
<i>Dhimma</i>	Pacto islâmico de protecção que garantia vida, bens e liberdade de culto a cristãos, judeus e mazdeístas (os <i>dhimmis</i>) que viviam sob soberania muçulmana.
<i>Dînâr</i>	Nome da unidade de ouro do sistema monetário islâmico.
<i>Dirham</i>	Moeda de prata, com o peso aproximado de três gramas.
<i>Divã</i>	(<i>de diwân</i>) O conjunto da obra poética de um autor.
<i>Emir</i>	(<i>de amîr</i>) Comandante, governador de uma jurisdição, príncipe.
<i>Engobo</i>	Revestimento de um objecto em cerâmica com barbotina branca ou colorida, que pode ser pintada ou decorada com esgrafitos, ou envernizada.
<i>Esgrafito</i>	Técnica ornamental que consiste na definição dos motivos ornamentais riscando a superfície.
<i>Esmalte</i>	Revestimento vítreo opaco das cerâmicas e objectos metálicos.
<i>Faqîr</i>	Faquir, pobre, aquele que escolheu a vida da pobreza como forma de se dedicar a Alá*.
<i>Fitna</i>	Guerra civil, tumulto, estado em que mergulhou a al-Ândalus* após a queda do califado de Córdoba, fragmentando-se nas Taifas*.
<i>Futuwwa</i>	Cavalaria espiritual, bravura e generosidade que era o código de honra dos cavaleiros muçulmanos. ‘Aly, genro do Profeta Maomé, é considerado um exemplo, por excelência, da Futuwwa, tal como Saladino.

<i>Garb al-Ândalus</i>	Occidente da Península Ibérica muçulmana que englobava o centro e sul de Portugal, e ainda o extremo oeste das actuais Estremadura espanhola e Andaluzia.
<i>Ghiordes</i>	Tapete de oração turco, com urdidura de lã ou algodão, trama e fios de lã; regra geral vermelho, apresenta no centro um nicho com uma lâmpada pendente do arco. Também se dá este nome ao nó turco.
<i>Hadîth</i>	Tradição, tendo por base ditos do Profeta Maomé alicerçados em fontes credíveis.
<i>Hammâm</i>	Banhos públicos. A sua importância nas sociedades islâmicas, mesmo nos dias de hoje, transcende as evidentes finalidades higiénicas ligadas às prescrições religiosas, para se transformar numa verdadeira instituição social.
<i>Harém</i>	Recinto sagrado de Meca e de outros santuários; lugar inviolável destinado à mulher na casa.
<i>Hájibe</i>	Chambelão ou superintendente do palácio. Passou a designar uma espécie de condestável.
<i>Hégira</i>	(de <i>hijra</i>) Emigração, de Maomé, de Meca para Medina, em Setembro de 622, e que marca o início da era muçulmana.
<i>Hisba</i>	Procedimento de proveniência corânica que «ordena o bem e proíbe o mal». Por extensão, tornou-se numa magistratura de dimensão moral e quotidiana que se ocupava do controlo do mercado, para evitar a fraude e manter a ordem pública.
<i>Ibn ou Ben</i>	«Filho de». A parte do nome árabe que designa a relação de filiação.
<i>Íd</i>	Festa. Por exemplo <i>Íd al-Fitr</i> , Festa da Ruptura do Jejum (do Ramadão).
<i>Ílm al-Kalâm</i>	Teologia muçulmana.
<i>Imâm ou Imã</i>	Guia religioso, dirigente da oração.
<i>Islam</i>	Islão, submissão ou abandono à vontade de Alláh.
<i>Ismaelitas</i>	Uma das tendências xiitas.
<i>Iwan</i>	Grande sala de abóbada de berço e com um lado aberto em arco, separada das salas de audiências persas. O primeiro <i>iwan</i> remonta à dinastia dos Abássidas (750-1258); em seguida, tornou-se em elemento decorativo das mesquitas e <i>madrassas</i> persas.

<i>Jihâd</i>	«Esforço» no aperfeiçoamento da via de Deus. É uma «Guerra Santa pequena» (<i>saghir</i>), se é travada contra os inimigos exteriores, mas «grande» (<i>kabir</i>) se travada contra si mesmo, no sentido do aperfeiçoamento individual. Tal é o ensinamento de Maomé.
<i>Ka'ba</i>	Cubo Sagrado, <i>axis mundi</i> do Islão onde se encontra a Pedra Negra, em Meca, para onde se voltam os muçulmanos durante a oração.
<i>Kâtib</i>	Secretário, alto funcionário administrativo.
<i>Kharâj</i>	Imposto territorial, a pagar pelos <i>dhimmis</i> pelo usufruto das terras que conservavam ao abrigo de um tratado de capitulação.
<i>Kahfîb</i>	Pregador
<i>Kilim</i>	Tapete tecido, diferente do tapete de nós.
<i>Laylat al-Qadr</i>	<i>Noite do Destino</i> , assim chamada por ser a primeira revelação do Profeta.
<i>Madrassa</i>	Madraça ou medersa, escola corânica que mais tarde se transforma em verdadeira universidade, com salas de aula, biblioteca, alojamento para os alunos, etc. A primeira foi criada pelos Ghasnavidas (977-1186)
<i>Magrib</i>	Magrebe, o Oeste.
<i>Mahdî</i>	Aquele que é guiado por Allâh para, no fim dos tempos, vir restaurar a Justiça.
<i>Majólica</i>	Louça cerâmica de pasta colorida porosa (faiança), coberta de esmalte branco ou colorido e recoberto de verniz opaco. Esta técnica pode ter sido transmitida pelos persas aos árabes e por estes passada para o ocidente.
<i>Malik</i>	Rei.
<i>Maqsura</i>	Espaço fechado no interior da mesquita, sobre o lado da <i>qibla</i> , para uso dos sultões ou dos notáveis.
<i>Marchetaria</i>	Decoração do metal batido em placas, consiste em abrir sulcos por incisão no metal de suporte (geralmente cobre), enchê-los com fios de ouro, prata ou cobre de outra cor, batidos e depois alisados por forma a que a superfície apareça bem alisada.
<i>Maristan</i>	Hospital; conjunto de instalações que compreende enfermaria, local de internamento e escola de medicina.

Mesquita	(de <i>masjîd</i>) «Lugar da prostração». Edifício destinado ao culto islâmico. É formado por uma sala hipostilar para os fiéis e um pátio, tendo ainda anexos o minarete e a <i>mida</i> ou sala para abluções.
Minbar	Cátedra donde, durante a oração, se procede à alocução (<i>khutba</i>).
Mi'râj	Ascensão do Profeta, após a viagem nocturna, até ao trono de Allâh.
Mihrab	Nicho que na mesquita indica a direcção de Meca, para o qual o muçulmano deve voltar-se para orar.
Mina	Termo persa que indica a cerâmica esmaltada de coloridos vivos.
Minarete	De <i>minara</i> , farol. Espécie de torre que no primeiro século da arte islâmica foi tratada como elemento decorativo de um edifício, imitando as torres romanas e bizantinas, ou as torres sepulcrais do Médio Oriente, faróis, obeliscos. Depressa passou a funcionar como local elevado para a chamada à oração efectuada pelo <i>muezzin</i> . Em África e Espanha, teve, na maior parte das vezes, planta quadrada; na Ásia, planta redonda, por vezes poligonal e polilobada. O minarete persa foi esguio e quase sempre teve cúpula, com um varandim saliente (minarete de tubo de órgão), o turco foi fino, com um alto tecto cónico (minarete de agulha), o indiano atarracado e, regra geral, coroado com um varandim com cúpula. Nos primeiros tempos, na África e no Egipto, o minarete aparece incorporado na parede exterior da mesquita, enquanto que na Ásia esteve isolado. Mais tarde, na Ásia, começou-se a postá-los aos pares sobre as fachadas das mesquitas ou dos <i>iwan</i> , e até mesmo quatro, um em cada esquina da mesquita.
Minbar	Local sobreelevado no interior de uma mesquita, à direita do <i>mihrab</i> , o qual, à maneira de púlpito, serve para o sermão das sextas-feiras.
Moçárabes	(de <i>musta'rib</i>) Os cristãos que sob o domínio muçulmano se arabizaram, excepto na religião.
Mouriscos	Muçulmanos que se converteram forçadamente ao cristianismo para evitarem a expulsão de Portugal, após o decreto de D. Manuel I.

<i>Morábito</i>	pequena construção, misto de fortificação e oratório, onde o guerreiro muçulmano, geralmente voluntário, cumpria o seu dever de <i>Jihâd</i> *, em defesa do Islão.
<i>Mudéjares</i>	(de <i>mudajjan</i>) Domados. Os árabes que puderam ficar em território cristão guardando os seus hábitos e a religião muçulmana.
<i>Muezzin</i>	Muezim ou almuadem (de <i>um'adhin</i>), aquele que, do alto do minarete da mesquita, chama à oração.
<i>Muhammad</i>	(<i>Mohammed</i>) Maomé, o selo da profecia, segundo o Islão.
<i>Muladi</i>	(de <i>muwallad</i>) Os habitantes da Península Ibérica que a partir de finais do século VIII se converteram ao Islão.
<i>Mu'min</i>	Crente, por oposição a <i>kafir</i> (infidel), de onde a palavra portuguesa cafre.
<i>Muqarnas</i>	Espécie de junção feita com mísulas e pequenos arcos, ou alvéolos, entre um plano horizontal e um ou mais verticais, usado sobretudo como elemento decorativo entre as paredes e o soffito, ou entre uma sala e uma cúpula.
<i>Muridinos</i>	Tarîqa sufi fundada por Ibn Qasî em meados do século XII. O seu nome significa «os Adeptos». Combateram quer contra Almorávidas, quer contra Almôadas, cujos regimes consideraram iníquos.
<i>Muslim</i>	muçulmano, «submisso» (à vontade de Alá).
<i>Nafs</i>	A alma, impulso das paixões por oposição a <i>rûh</i> , o espírito, sinal da presença de Allâh no homem.
<i>Nasridas</i>	A última dinastia muçulmana da Península e que reinou em Granada de 1238 a 1492.
<i>Omíada</i>	Dinastia califal de Damasco (661-750) e de Córdova (756-1031).
<i>Qadî</i>	Cadi, juiz.
<i>Qasida</i>	Ode, na poesia árabe clássica ou neoclássica. A parte chamada <i>nasîb</i> (prelúdio amoroso) trata da saudade e pode ter influenciado o surgimento de tal tema na lírica portuguesa.
<i>Qasr</i>	Alcácer, palácio, castelo.
<i>Qîbla</i>	Direcção de Meca, indicada na mesquita pelo nicho da oração (<i>mihrab</i>).
<i>Quirate</i>	Moeda equivalente a metade do <i>dirham</i> .

<i>Qur'ân</i>	Alcorão, « <i>a recitação</i> ». Corão. Recompilação da palavra de Alá*, tal como foi revelada a Maomé*.
<i>Ramadão</i>	(de <i>Ramadân</i>) Nono mês do calendário islâmico em que se segue o jejum obrigatório. Período sagrado de comemoração de diversas efemérides religiosas, simboliza também o sacrifício pessoal em solidariedade com os mais desfavorecidos.
<i>Ribât</i>	Arrábida, rábita ou ermitério fortificado, onde os sufis* defendiam as fronteiras do Islão dos ataques dos seus inimigos exteriores.
<i>Rûh</i>	ver <i>nafs</i> .
<i>Senneh</i>	Tapete persa de urdidura em algodão, trama de algodão ou lã, fios de lã, ornamentado com flores. Dá-se-lhe o nome de <i>senneh</i> também à maneira persa.
<i>Shahâda</i>	Profissão de fé islâmica: « <i>Não há divindade senão Deus (Allâh) e Muhammad é o seu mensageiro!</i> »
<i>Saqâliba</i>	Designação dos escravos na Idade Média, geralmente europeus. No al-Ândalus tornavam-se, frequentemente, artistas ou funcionários do Estado. A palavra árabe vem de eslavões ou esclavões.
<i>Sharî'a</i>	Lei Canónica do Islão, base do ordenamento jurídico do Estado.
<i>Sufismo</i>	(de <i>tasawwuf</i>) Espiritualidade esotérica do Islão, sobretudo sunita*, baseada numa psicologia e gnose (<i>ma'arifa</i>) próprias.
<i>Sultão</i>	Título ostentado pelos governantes do antigo Império Otomano, usado ainda hoje em países como Oman ou o Brunei (sultanatos).
<i>Suna</i>	Palavras e acções do Profeta Maomé*. Estas “tradições” são uma das fontes directas do Direito muçulmano. Literalmente significa «o caminho percorrido».
<i>Sunitas</i>	Constituem nove décimos da comunidade muçulmana, aceitando a eleição como forma de escolha do dirigente da Comunidade dos Crentes, em vez da via hereditária dos xiitas*.
<i>Sufi</i>	Iniciado na gnose islâmica.
<i>Sûq</i>	Mercado. Daí as palavras açougue e soco (mercado).
<i>Sûra</i>	Capítulo do Alcorão*.
<i>Taifas</i>	Reinos «partidários» (<i>tawâ'if</i>), surgidos da derrocada do Califado de Córdoba. A guerra civil subsequente (<i>fitna</i>)* alicerçou-se em torno das facções que se formaram: andalusinas, berberes e eslavónicas.

<i>Tarîqa</i>	Via sufi* de realização espiritual. Passou a designar as próprias confrarias de iniciados.
<i>Tasawwuf</i>	O mesmo que sufismo, via e doutrina dos sufis*.
<i>Tawhîd</i>	A unicidade de Alá* o qual é chamado pelo nome-atributo de Wâhid (o Uno).
<i>Túmulo</i>	A princípio, os túmulos dos notáveis eram constituídos por uma sala cúbica, sobrepujada por uma cúpula; foi para este tipo que se viraram os ricos túmulos turcos, persas e indianos. Todos os túmulos muçulmanos, que habitualmente têm o mesmo eixo que a <i>qibla</i> *, são intocáveis, uma vez que contém um corpo que não deve ser removido até ao Dia do Julgamento Final.
<i>Ulema</i>	(de ' <i>alim</i>), «sábio» da Lei Corânica.
<i>Umma</i>	Comunidade dos Crentes (muçulmanos).
<i>Walî</i>	«Amigo de Alá»; santo.
<i>Vali</i>	Vali, governador civil e militar de uma circunscrição administrativa.
<i>Vizir</i>	(Wazîr) Ministro, alto funcionário do Estado muçulmano.
<i>Xiïtas</i>	Ponto principal de separação em relação à maioria sunita* gira em torno da autoridade suprema sobre a comunidade dos crentes e das prerrogativas do respectivo poder, sendo valorizada a direcção santa e infalível do imâm*.
<i>Zâwiya</i>	Azóia, oratório ou túmulo encimado por uma cúpula. Em Portugal vários topónimos recordam a frequência das azóias dos sufis* do nosso território.

X - BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AL-BAKRĪ, Abū ‘Ubayd - *Geografia de Espanha (Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik)*, Zaragoza, Anubar Ediciones, 1982, tradução, notas e índices por Eliseo Vidal Beltran

ALBUQUERQUE, José de Pina Manique e, *Lamego - Raízes Históricas*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 1986

ALEDRI, Xerif - *Descripcion de España* (segundo a edição de 1799), Madrid, Ediciones Atlas, 1980, tradução e notas de Antonio Conde

ALMACÁRI - “*The History of Mohammedan Dynasties in Spain*”, (trad. Parcial de Gayangos), vol. I

ALMEIDA, José António Ferreira de - *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, 1976

AL-RAZI, Ahmad Ibn Muhammad Ibn Musà - *Cronica del Moro Rasis*, Madrid, Seminario Menéndez Pidal y Editorial Gredos, 1975

ALVES, Adalberto - *Arabesco - Da música árabe e da música portuguesa*, Lisboa, Assírio & Alvim, Outubro 1989

ALVES, Adalberto - *O Meu Coração é Árabe*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991, 2.^a edição

ALVES, Adalberto - *Al-Mu'tamide, Poeta do destino*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996

ALVES, Adalberto - *A herança árabe em Portugal*, CTT Correios de Portugal, Abril de 2001

ALVES, Adalberto - *Portugal e o Islão - Escritos do Crescente*, Lisboa, Teorema, 1991

ALVES, Adalberto - *Nítido Crescente*, Lisboa, Hugin, 1997

AMIN, Samir - *O eurocentrismo. Crítica de uma ideologia*, Lisboa, Edições Dinossauro, 1999

AMORIM, Maria Norberta - *Demografia Histórica. Um Programa de Docência*. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. 1995

AZEVEDO, Rui Pinto de - “*A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16*”, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973

AZEVEDO, Rui Pinto de (prefácio e organização) - *Documentos Medievais Portugueses*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940

BALBÁS, Leopoldo Torres - *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Tomo I, Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, s. d.

BENDIHA, Mohamed - *A fonte árabe do léxico português*, Aveiro, 1999

BORGES COELHO, António - *Portugal na Espanha Árabe*, (2 volumes) Lisboa, Caminho, 1989, 2.^a edição

BURCKHARDT, Titus - *La civilización Hispano-Árabe*, Madrid, Alianza Editorial, 1977

BURLOT, Joseph - *A civilização islâmica*, Lisboa, Europa-América, 1992

CAMPOS, José A. Correia de - *Arqueologia árabe em Portugal*, Lisboa, ed. do autor, 1965

CAMPOS, José A. Correia de - *Monumentos da antiguidade árabe em Portugal*, Lisboa, ed. do autor, 1970

CASA REGIONAL DA BEIRA-DOURO - *Lamego, Centro de Turismo*, Lamego, s. d.

CASTRO, Fátima Roldán - *El Occidente de Al-Andalus en el Atār al-bilād de Al-Qazwīnī*, Sevilla, Ediciones Alfar, 1990

CERVEIRA PINTO, Manuel da - *Boassas, uma aldeia na fronteira do Garb al-Ândalus*, Dissertação do Seminário em Património e Turismo da Universidade do Minho, 2002

CONDE, Antonio - *Dominación de los Arabes en España*, vol. I, ed. 1840

COSTA, J. Almeida / MELO, A. Sampaio e - *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1997, 7.^a edição.

COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, (6 volumes), Lamego, 1977-1984

DACOSTA, Fernando; MENÉRES, Clara - *Paixão de Marrocos*, Porto, Edições Asa, 1991

DEGEORGE, Gérard/PORTER, Yves - *L'art de la Céramique dans l'architecture musulmane*, Flammarion, 2001

DOMINGUES, José D. Garcia - *História Luso-Árabe, Episódios e figuras meridionais*, Lisboa, Editora Pro Domo, 1945

DOMINGUES, José D. Garcia - *Portugal e o al-Andalus*, Lisboa, Hugin, 1997

DIAS, Augusto - *Lamego do Século XVI* (descrição da região de Lamego por Rui Fernandes em 1532), Lamego, Edições Beira-Douro, 1947

DIAS, Jorge - *Estudos de Antropologia*, volume II, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993

DIONÍSIO, Sant' Anna - *Guia de Portugal*, V volume, 2.^a edição, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988

DOZY, Reinhart P. - *História de los Musulmanes de España*, 1861 (4 volumes), Madrid, Ediciones Turner, edição de 1982

DUARTE, Joaquim - *S. Martinho de Mouros (guia do visitante)*, Resende, Câmara Municipal de Resende, 1999

DUBY, Georges - *O ano mil*, Lisboa, Edições 70, 1992, Tradução de Teresa Matos, 224 pág.

EPALZA, Míkel et ali. - *Agua y Poblamiento Musulman*, Benissa, Ayuntamiento de Benissa, 1988

ESPÍRITO SANTO, Moisés - *Lição, introdução sociológica ao Islão*, V. N. Gaia, Estratégias criativas, 1995

FARINHA, António Dias - *Contribuição para o estudo das palavras portuguesas derivadas do árabe hispânico*, Lisboa, 1973

FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia portuguesa (exame a um dicionário)*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1999

FERNANDES, A. de Almeida - *Censual da Sé de Lamego (século XVI)*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 1999

FERNANDES, A. de Almeida - *Portugal Primitivo Medieval*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001

FERREIRA, Natália F./ BARROS, Susana P. - *Douro, Rotas Medievais*, Associação Comercial e Industrial de Lamego e vale do Douro sul, 2000

GIL, Júlio - *Os mais belos castelos de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986

GIRÃO, Aristides de Amorim - *Montemuro, a mais desconhecida serra de Portugal*, Coimbra Editora, 1940

GOITIA, F. Chueca - *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Presença, 2003

GOMES, Rosa Varela - «A arquitectura militar muçulmana», in *História das fortificações portuguesas no mundo*, (direção de Rafael Moreira), Lisboa, Publicações Alfa, 1989

GONÇALVES, António Custódio (coord.) - *O Islão na África Subsariana*, Porto, Faculdade de Letras/Centro de Estudos Africanos/Universidade do Porto, 2004

- GREUS, Jesus - *Así vivían en al-Andalus*, Madrid, 1988
- GUICHARD, Pierre - *Al-Andalus, 711-1492*, Paris, Hachette, 2000
- GUICHARD, Pierre - *Les Arabes ont bien envahi l'Espagne*, Annales, n.º 29, 1974
- HATTSTEIN, Markus, et ali, - *El Islam, Arte y Arquitectura*, Colónia, Könemann, (edição espanhola) 2001
- HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, Volume I, Lisboa, Viúva Bertrand e filhos, 1846
- HÜNKE, Sigrid - *Le Soleil d'Allah brille sur l'Occident*, Paris, 1963
- LARANJO, F. J. Cordeiro - *Alguns Sumários da História de Lamego*, Lamego, 1979
- LARANJO, F. J. Cordeiro - *A Igreja de Santa Maria de Almacave*, Lamego, 1980
- LARANJO, F. J. Cordeiro - *Lamego Antiga*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 1989
- LARANJO, F. J. Cordeiro - *Vultos e Ruas de Lamego*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 1993
- LARANJO, F. J. Cordeiro - *No Compasso do Concelho de Lamego*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 1995
- LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, (1873-1890), 12 volumes.
- LÉVI- PROVENÇAL, Évariste - *Histoire de l'Espagne Musulmane* (3 volumes), Paris, Maisonneuve et Larose, 1999 (1.ª ed.1950)
- LÉVI- PROVENÇAL, Évariste - *La Civilización Árabe en España*, Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1977, 4.ª edição
- LEWIS, Bernard - *A linguagem política do islão*, Lisboa, Edições Colibri, 2001
- LEWIS, Bernard - *Os árabes na história*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 2.ª edição
- LOPES, David - *O domínio árabe*, in «História de Portugal» (dir. de Damião Peres), vol. I, Barcelos, Portucalense editora, 1928
- LOPES, David - *Nomes árabes de terras portuguesas* (colectânea organizada por José Pedro Machado), Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968
- LOPES, David - *Páginas Olisiponenses* (Introdução, selecção e notas de Fernando Castelo Branco), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968

- LOPES, Flávio e GAMBOA, Teresa - *Património arquitectónico e arqueológico classificado, Distrito de Viseu*, Lisboa, IPPAR, 1993
- LOPES, Margarida Santos - *Dicionário do Islão*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002
- LOSA, António - *A dominação árabe e a toponímia a Norte do Douro*, Edições Bracara Augusta, Braga, 1956
- LOSA, António - “*Os «mouros» de Entre Douro e Minho no Século XIII*”, [Separata de Bracara Augusta vol. XVI-XVII, n.º 39/40 (51-52)], Braga, Bracara Augusta, 1964
- LOSA, António - *Islamismo e Cristianismo nas Décadas de Diogo do Couto*, Coimbra, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1965
- LOSA, António - *Influência Andaluza na Arquitectura Portuguesa dos Séculos XIX e XX*, Coimbra, (separata das actas do IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos), Leiden - E. J. Brill, 1971
- MACHADO, José Pedro - *Ensaio arábico-portugueses*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997
- MACHADO, José Pedro - *Vocabulário português de origem árabe*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991
- MACHADO, José Pedro - *A Península Hispânica segundo um geógrafo árabe do século XII*, Lisboa, 1964
- MACIAS, Santiago - *Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ândalus*, Catálogo Portugal Islâmico os últimos sinais do Mediterrâneo, Lisboa, 1998
- MALDONADO, Basílio Pávon - *Tratado de arquitectura Hispano-musulmana II. Ciudades e fortalezas*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- MALDONADO, Basílio Pávon - *Ciudades e fortalezas lusomusulmanas*, Madrid, Instituto de Cooperacion com el Mundo Arabe, 1993
- MALOUF, Amin - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, Lisboa, Difel, 1983
- MALOUF, Amin - *As identidades assassinas*, Algés, Difel, 1999
- MANDEL, Gabriele - *Como reconhecer a arte islâmica*, Amadora, Edições 70, 1985
- MANTAS, Vasco Gil - *Arqueologia e história antiga, dos monumentos aos homens de ontem e de hoje*, in “As Oficinas da História”, Lisboa, Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002
- MANTAS, Vasco Gil - *A inscrição rupestre da Estação Luso-Romana de Mogueira (Resende)*, in “Revista de Guimarães”, volume XCIV, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Janeiro-Dezembro 1984

MARÇAIS, G. - *Notes sur les ribats en Berbérie*, in *Mél. D'histoire e d'archéologie de l'Occident musulman*, I, p. 23-36, Paris, 1957 (1ère éd. Mél. R. Basset, Paris, 1925)

MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Cidades medievais portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)*, Separata da Revista de História Económica e Social, 1982

MARQUES, António Henrique de Oliveira - *O Portugal Islâmico* in «Nova História de Portugal» (dir. de Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques), vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1993

MATTOSO, José - *História de Portugal* (vol.1), Lisboa, Editorial Estampa, 1993

MERNISSI, Fatema - *O Harém e o Ocidente*, Porto, Edições Asa, 2001

MIRANDA, Ambrosio Huici - *Los Almohades en Portugal*, in «Anais da Academia Portuguesa de História», 2.ª série, vol. 5, Lisboa, 1954

MONTEREY, Guido de - *Terras ao léu - CINFÃES*, Porto, edição do autor, Novembro de 1985

MONTEREY, Guido de - *Terras ao léu - LAMEGO*, Porto, edição do autor, Dezembro de 1983

PEREIRA, João José - *História da vida, conquistas e religião de Mafoma, e do governo civil e militar do Império Ottomano; Dos empregos, e funções religiosas, e de algumas particularidades curiosas do mefmo Imperio da Turquia, composta pelo Bacharel João José Pereira*, Lisboa, Offic. De Simão Thaddeo Ferreira, 1791

PEREIRA, Vergílio - *Cancioneiro de Cinfães*, Porto, Junta de Província do Douro-Litoral, 1950

PICARD, Christophe - "*Les Ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions*", in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001

PICARD, Christophe - *Le Gharb al-Ândalus - étude régionale d'après les sources littéraires arabes et archéologiques*, Thèse de III cycle, Paris-Sorbonne, 1986

PICARD, Christophe - *Le renouveau urbain en Occident Ibérique aux IX-X siècles sous l'impulsion des seigneurs muwalladun*, in «Les princes et le puvoir au Moyen Age», 23 e Congrès de la Societé des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public - Brest, Paris, Publications de la Sorbonne, Mai 1992

PICARD, Christophe (e outros) - *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998

PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman (VIII.e – XIII.e siècle) L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000

- PINHO, Luís M. Silva - *Subsídios para o inventário arqueológico do vale do Bestança*, Cinfães, Associação para a Defesa do Vale do Bestança, 1996
- PINHO, Luís M. Silva / LIMA, António M. C. / CORREIA, Alexandre L. - *Roteiro Arqueológico de Cinfães*, Cinfães, Câmara Municipal de Cinfães/Pronorte, 1998
- PINTO, Basílio Alberto de Sousa - *Memória do concelho de Ferreiros de Tendais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1836
- REDOL, Alves - *Porto Manso*, Lisboa, editorial “Inquérito”, L.da, s.d.
- RIBEIRO, Orlando - *Opúsculos Geográficos, IV Volume, O Mundo Rural*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991
- RODRIGUES, António Jacinto - *O Priscilianismo, mitos e factos numa peregrinação entre a luz e as trevas*, Póvoa de Varzim, Separata do boletim cultural Póvoa de Varzim vol. XXXVII, 2002
- ROSEIRA, Maria João Queiroz - *Lamego, um passado presente*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981
- ROSSELLO BORDOY, Guillermo - «*Almacabras, ritos funerários y organización social en al-Ándalus*», in *Actas del III Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. I, Universidad de Oviedo, 1989
- SALVADOR, C. Martinez - *Los rubûts de al-Andalus: un ensayo de localización. Trabajos de Antropología e Etnología*, 34 (3-4), Porto, 1994
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio - *El Islam de España y el Occidente*, Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1974
- SARAIVA, José Hermano (dir.) - *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986
- SERRA, Pedro Cunha - *Contribuição Topo-Antroponímica Para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1967
- SERRA, Pedro Cunha - *Sobre a Intercultura de Mouros e Cristãos*, (separata do n.º 307 da Revista Labor), Aveiro, Lusitânia, 1973
- SERRA, Pedro Cunha - *Mouros e Mouros*, Lisboa, (Separata dos Anais, II Série, vol. 29), Academia Portuguesa de História, 1984
- SERRA, Pedro Cunha - *Alguns Aspectos da Toponímia Lamecense*, Lisboa, Academia Portuguesa de História (separata dos «anais» II série, vol. 31), 1986
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo - “*A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX*”, in *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1973
- SIDARUS, Adel - *O ocidente peninsular islâmico em finais do século XI*, Évora, 1996

SIDARUS, Adel - *Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Ândalus* in «A Cidade de Évora», n.º 71-76 (1988-1993), Câmara Municipal de Évora, 1993

SIDARUS, Adel - *Islão minoritário na Península Ibérica*, Lisboa, Hugin, 2001

SIDARUS, Adel (edição) - *Islão e Arabismo na Península Ibérica, Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos*, Évora, Universidade de Évora, 1986

SIMÕES, Augusto Filipe - *Relíquias da arquitectura romano-bizantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, Lisboa, 1870

SIMONET, Francisco Javier - *Historia de los Mozarabes de España*, (4 volumes), 1867, Ediciones Turner, Edição de 1983

SOUSA, João de - *Vestígios da língua árabe em Portugal*, Lisboa, Academia Real das Ciencias, 1789, - reedição e prefácio de A. Farinha de Carvalho, Porto, 1981

STIERLIN, Henri - *Islão, de Bagdade a Córdova (A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII)*, Colónia, Taschen, 1997, tradução de Maria Filomena Duarte

TEIXEIRA, Ricardo - «Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro», in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001

THORAVAL, Yves - *Abecedário do Islão*, Paris, Flammarion/Público, 2000

TORRES, Cláudio - *Cerâmica islâmica portuguesa*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1987

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago - *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Fundação Círculo de Leitores, 1998

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago - «A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz», in Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa*, volume 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 150-177

VALLVÉ, Joaquin - *La division territorial en la España Musulmana*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1986

VANEIGEM, Raoul - *A Economia Parasitária*, Lisboa, Antígona, 1999

VERNET, Juan - *Lo que Europa debe al Islam de España*, Barcelona, 1999

CERVEIRA PINTO, Manuel da - *A Casa do Cubo*, in «Terras de Serpa Pinto», n.º 6, Cinfães, Câmara Municipal de Cinfães, 1997

FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Taraucense*, in «Beira Alta», volume XLIV, (fascículo 4), Assembleia Distrital de Viseu, 4.º trimestre de 1985

FERNANDES, A. de Almeida - *A Toponímia da Beira Alta no “Dicionário Onomástico Etimológico” de José Pedro Machado*, in «Beira Alta», volume LXI (fascículos 1 e 2), Assembleia Distrital de Viseu, 1.º e 2.º trimestres de 2001

FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», volume LXI, (fascículos 3 e 4), Assembleia Distrital de Viseu, 3.º e 4.º trimestres 2001

FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», volume LXI, (fascículos 1 e 2), Assembleia Distrital de Viseu, 1.º e 2.º trimestres de 2002

FERNANDES, A. de Almeida - *Povoações do Distrito de Viseu (Origens)*, in «Beira Alta», volume LXI (fascículos 3 e 4), Assembleia Distrital de Viseu, 3.º e 4.º trimestres de 2002

LUCENA, José N. Sousa - *A Beira Alta na História Militar Portuguesa*, in “Beira Alta”, vol. LI, (fascículos 3 e 4), Assembleia Distrital de Viseu, 3.º e 4.º trimestres de 1992

MELO E FARO, D. Joaquim de - “*S. Martinho de Mouros*”, in *Jornal Miradouro*, n.º 699, Boassas, 12 de Maio de 1989

MONTEREY, Guido de - “*Terras ao Léu, Miomães (Resende), 2. O rio Douro, os barcos rabelos*”, in *Jornal Miradouro*, n.º 1337, 11 de Janeiro de 2002

PINHO, Eng.º Augusto de - “*O Monte do Facho, em Oliveira, Cinfães*”, *Jornal Miradouro*, n.º 534, Boassas, 18 de Outubro de 1985

ROBIN, Christian Julien - “*As Tribos da Arábia Deserta*”, *Revista «História»*, n.º especial “Para Compreender o Islão”, Lisboa

ROCHA, Arnaldo, “*A Muralha das Portas, algumas considerações para uma leitura diferente*”, in «Terras de Serpa Pinto», n.º 2, Cinfães, Câmara Municipal de Cinfães, 1992

TORRES, Cláudio - “*O Mito da Invasão*”, in *Jornal Público* de 31 de Agosto de 2003, pág. 35

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: www.monumentos.pt

Câmara Municipal de Tabuaço: www.cm-tabuaço.espigueiro.pt

Planetaclix.pt: <http://castelos>.

www.unex.es

Textos e documentos

CARTAS MILITARES DE PORTUGAL, Instituto Geográfico do Exército – Esc. 1:25.000; n.º 125 (BAIÃO); 126 (PESO DA RÉGUA); 127 (TABUAÇO); 128 (S. JOÃO DA PESQUEIRA); 136 (CINFÃES); 137 (LAMEGO); 138 (ARMAMAR); 146 (TENDAIS - Cinfães).

CERVEIRA PINTO, Manuel da - Texto inédito: *Questões de Identidade e Património*, 2002

PLANTA DA CIDADE DE LAMEGO, Séc. XVIII (Câmara Municipal de Lamego)